

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Fátima Maria de Ramos

**DISSONÂNCIAS TEMPORAIS NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO
PATRIMONIAL DAS ÁREAS DE ENTORNO DE BENS TOMBADOS: um estudo de
caso nos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola no município de Sabará – MG.**

Belo Horizonte

2012

Fátima Maria de Ramos

**DISSONÂNCIAS TEMPORAIS NO PROCESSO DE PRESERVAÇÃO
PATRIMONIAL DAS ÁREAS DE ENTORNO DE BENS TOMBADOS: um estudo de
caso nos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola no município de Sabará – MG.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da
Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e
Território

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no
Ambiente Construído

Orientadora: Prof. ^a Doutora Beatriz Alencar D'
Araújo Couto

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

R175d

Ramos, Fátima Maria de.

Dissonâncias temporais no processo de preservação patrimonial das áreas de entorno de bens tombados [manuscrito]: um estudo de caso nos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola no município de Sabará - MG / Fátima Maria de Ramos. - 2012.

130f. : il.

Orientadora: Beatriz Alencar D'Araújo Couto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio histórico – Estudo e ensino. 2. Patrimônio histórico – Preservação - Teses. 3. Patrimônio Cultural – Preservação – Sabará (MG). 4. Tempo – Sabará (MG). 5. Largo Nossa Senhora do Ó (Sabará, MG). 6. Largo do Jogo da Bola (Sabará, MG). I. Couto, Beatriz Alencar D'Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

FÁTIMA MARIA DE RAMOS

" Dissonâncias temporais no processo de preservação patrimonial das áreas de entorno de bens tombados: um estudo de caso nos largos Nossa Senhora do Ó e do Joga da Bola no município de Sabará -MG "

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

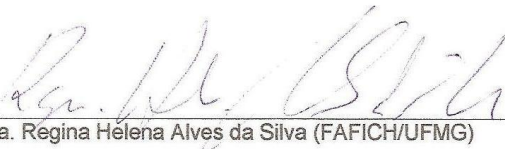
Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Beatriz Alencar D'Araújo Couto (EAUFMG – orientadora)



Prof. Dra. Marieta Cardoso Maciel (EAUFMG)



Prof. Dra. Regina Helena Alves da Silva (FAFICH/UFMG)

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2012

*À minha mãe Maria José e meu pai Sérgio, que
não ficou para ver o término deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Ao término deste trabalho, agradeço a Deus, pelo alento nos momentos difíceis, como aqueles
que fazem a gente quase desistir...

Agradeço à minha família, por estar sempre presente e apoiar minhas decisões...

À Professora Doutora Beatriz Alencar D' Araújo Couto, pela generosidade, por uma enorme
paciência e pelas sugestões, críticas e ideias, na concretização deste trabalho.

A todos os meus entrevistados, em especial ao Sr. Jorge e D. Tudy, sempre prontos a me
receberem e a contribuírem com um pouco mais de sua rica vivência.

Aos funcionários da Biblioteca da EA – UFMG, do Centro de Documentação e Informação –
13ª SR/IPHAN, do Arquivo Histórico Casa de Borba Gato e da Secretaria de Obras da
Prefeitura de Sabará.

À Victoria M. de Leon Grego, secretaria MACPS – UFMG, pela prontidão em ajudar e
cortesia na solução das pequenas questões do cotidiano acadêmico.

À Izabella Menezes do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil, por me auxiliar
na busca pela informação.

Aos amigos sempre presentes que através do apoio incondicional me ajudaram a superar as
crises: Edvaldo, Cristiano, Rejane, Sílvia, Thaís e Wallace.

Quero agradecer a todos que, de alguma forma, colaboraram para que eu chegasse até aqui. Se
consegui, foi porque não me faltou apoio nem nas horas mais difíceis. Obrigada!!!

*O meu tempo não é o seu tempo.
O meu tempo é só meu.*

O seu tempo é seu e de qualquer pessoa, até eu.

*O seu tempo é o tempo que voa.
O meu tempo só vai onde eu vou.*

*O seu tempo está fora, regendo.
O meu dentro, sem lua e sem sol.*

*O seu tempo comanda os eventos.
O seu tempo é o tempo, o meu sou.*

*O seu tempo é só um para todos,
O meu tempo é mais um entre muitos.*

*O seu tempo se mede em minutos,
O meu muda e se perde entre outros.*

*O meu tempo faz parte de mim,
não do que eu sigo.*

*O meu tempo acabará comigo
no meu fim.*

O meu tempo

ARNALDO ANTUNES

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o estudo das dissonâncias temporais no processo de preservação patrimonial das áreas de entorno imediato dos bens tombados na cidade de Sabará – MG, que são designadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do município como APC I. No intuito de compreender a dinâmica desses espaços, as análises apresentadas concentram-se em duas regiões específicas desse município - o Largo Nossa Senhora do Ó e o Largo do Jogo da Bola. Partiu-se da hipótese de que os atores envolvidos no processo de preservação do patrimônio possuem diferentes temporalidades, sendo essas quase sempre conflitantes. Visando endossar ou refutar essa proposição, foram realizadas entrevistas com os moradores locais, análises da legislação de âmbito municipal e das formas de tratamento das áreas de entorno dos bens tombados em alguns documentos produzidos por instituições intragovernamentais e associações profissionais. No caso do Largo Nossa Senhora do Ó também foram analisadas algumas fichas cadastrais referentes ao controle de reformas nas edificações dessa localidade entre os anos de 1942 e 1957. Conclui-se que essas dissonâncias são, sob o enfoque da pesquisa, decorrentes das diferentes temporalidades dos agentes envolvidos no processo de preservação patrimonial, sendo cada uma delas detentoras de características particulares. O choque dessas temporalidades foi observado, principalmente, em situações em que os moradores locais tentam adequar suas residências, que já não atendem às suas necessidades cotidianas, às novas formas de morar do mundo contemporâneo. Objetivando conter a descaracterização dessas localidades, o órgão de tutela dessas edificações impõe algumas normas a serem seguidas por seus proprietários. Durante a pesquisa, observou-se que é justamente nesse momento que as temporalidades das necessidades imediatas dos moradores, da administração pública e do processo de entropia do patrimônio se confrontam. Para que essas temporalidades sejam sincronizadas e menos conflitantes, seria necessário que o órgão de tutela dessas edificações fizesse um acompanhamento contínuo do estado de conservação das mesmas e, em caso de intervenções, o desenrolar dos trâmites legais para a execução das obras se tornassem menos burocráticos. A adoção dessa postura, ao mesmo tempo enfatizaria a prevenção do processo de entropia dessas edificações, reduzindo a necessidade de intervenções de grande porte sobre as mesmas, como também diminuiria a quantidade de obras sem acompanhamento técnico nessas áreas, fato que acaba ocasionando a destruição das características originais dos imóveis dessas localidades e comprometem a identidade local.

ABSTRACT

This present work has as an object of study the time dissonances in the process of patrimony preservation towards areas closely surrounding to properties declared part of historic heritage in Sabará – Minas Gerais (MG), which are assigned by the city's Law of Ground Use and Occupation, as APC 1. In order to grasp those spaces' dynamic, the presented analyses focus on two specific regions within that city: Largo Nossa Senhora do Ó and Largo do Jogo da Bola. We departed from the hypothesis that individuals involved in the patrimony preservation process have different temporalities whereas they are commonly clashing. In order to endorse or refute that hypothesis, interviews were carried out with inhabitants of those places added to analyzing municipal legislation and the treatment given to areas closely surrounding properties declared part of historic heritage throughout papers developed by government laws and professional association. Concerning Largo Nossa Senhora do Ó, there have been made some registering files regarding buildings improvements in that place from the year 1942 to 1957. We may assume that these dissonances, as a result of that research, arise from the temporality of the agents involved in the patrimony preservation, having each one their own particular features. The clash towards those temporalities has been observed, mainly, in situations though which local residents seek to match their residencies, which do not fit to their daily needs, to new ways of living in the contemporary scenario. As an attempt to prevent the localities' mischaracterization, the department of guardianship for those edifications establishes standards to be applied by owners. During the research, it has been observed that it is precisely the moment when temporalities towards inhabitants' immediate needs, public administration and patrimony entropy process clash. In order to synchronize those temporalities in less conflicting way, that would be necessary the guardianship department of those buildings to make a continuous supervision regarding the conservation state and, as for cases of intervention, the unfolding of legal processing to accomplish works and make it less bureaucratic. Taking that position, at the same time, would highlight prevention in terms of entropy for those buildings, decreasing the need for great-scale sort of intervention on them, whereas the quantity of works lacking technical supervision would diminish in those areas, which is a fact responsible for destructing properties' original characteristics in these places compromising local identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Bens patrimoniais tombados em Sabará.....	14
Figura 2: Solar Melo Viana – Final do século XIX	24
Figura 3: Solar Melo Viana – Sem data	25
Figura 4: Solar Melo Viana após obras de escoramento – Em 05/03/2012	25
Figura 5: Localização de Sabará na RMBH, segundo vetores de expansão urbana.....	59
Figura 6: Croqui de ocupação da cidade de Sabará.....	61
Figura 7: Mapa de localização atual dos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola em Sabará - MG	62
Figura 8: Fachada e interior da igreja Nossa Senhora do Ó – Em 21/03/2012	65
Figura 9: Largo a partir da Rua Nossa Senhora do Ó – Em 1943.....	66
Figura 10: Visão do Largo a partir da Rua Nossa Senhora do Ó – Em 21/03/2012.....	66
Figura 11: Croqui de distribuição das edificações do Largo Nossa Senhora do Ó	68
Figura 12: Chafariz do Kaquende – Em 21/03/2012.....	70
Figura 13: Vista do Largo do Jogo da Bola a partir da Rua Kaquende – Em 21/03/2012	71
Figura 14: Croqui de distribuição das edificações do Largo do Jogo da Bola	71
Figura 15: Mapa de zoneamento da Sede do município de Sabará	83
Figura 16: Croqui de datação das edificações do Largo Nossa Senhora do Ó.....	88
Figura 17: Largo Nossa Senhora do Ó, casas de n ^{os} 22, 26, 32, 38,42 e 48 – Em 21/03/2012.....	89
Figura 18: Largo Nossa Senhora do Ó, casas de n ^{os} 56, 72, 78, 84, 90 e 96 – Em 21/03/2012 e casas de nos 78, 84, 90, 96 e 100 no início da década de 1960	90
Figura 19: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 100, 118 e 140 – Em 21/03/2012	91
Figura 20: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 43, 49, 81 e 81 “A” – Em 21/03/2012.....	92
Figura 21: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 69/75 e 95 –.....	92
Figura 22: Croqui de mapeamento das temporalidades das edificações do Largo do Jogo da Bola.....	93
Figura 23: Largo do Jogo da Bola, casas 16, 20 e 20 “A” – Em 21/03/2012.....	94
Figura 24: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 25 e 64 – Em 21/03/2012	94
Figura 25: Largo N.Sra do Ó na década de 1950	96
Figura 26: Parque instalado no Largo N.Sra do Ó no início década de 1960	96
Figura 27: Planta da casa 204 – Em 1954	98
Figura 28: Ficha de cadastro da casa 140 - Em 1956.....	104
Figura 29: Planta da casa 140 - Em 1956.....	105
Figura 30: Fachada atual da casa 140 – Em 21/03/2012	106
Figura 31: Construção de telhado na Rua Nossa Senhora do Ó - Em 21/03/2012.....	110
Figura 32: Janelas externas e interna no Largo do Jogo da Bola – Em 09/04/2012.....	112
Figura 33: Ruínas da casa de número 78, no Largo do Ó – Em 2006.....	114
Figura 34: Reconstrução da casa de número 78, no Largo do Ó – Em 02/2012	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Assentamento das edificações no lote – logradouros especiais	85
Quadro 2: Dimensões das portas e janelas	86
Quadro 3: Intervenções nas casas do Largo do Ó e Rua Nossa Senhora do Ó pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira entre os anos de 1942 e 1957	99

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APC – Área de Proteção do Patrimônio Cultural

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

IBGEI – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios de Veneza

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OEA – Organização das Nações Unidas

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS FACES DO TEMPO: Uma breve reflexão conceitual	18
2.1 Acepções do tempo nas ciências físicas	19
2.1.2 <i>O processo de entropia nas edificações: um tempo que se materializa em ruínas..</i>	22
2.2 Acepções do tempo nas ciências humanas	26
2.2.1 <i>Tempo histórico.....</i>	26
2.2.2 <i>O tempo lógico</i>	29
2.2.3 <i>O tempo cronológico.....</i>	30
3 TEMPO X ESPAÇO	37
3.1 Espaço geográfico: uma visão temporal	37
3.2 Transformações do tempo no mundo capitalista urbano	44
3.3 O tempo na administração pública: uma temporalidade roubada	50
4 TERRITÓRIO X PATRIMÔNIO	53
4.1 O território e suas múltiplas dimensões	53
4.2 O patrimônio no contexto territorial	56
5 SABARÁ.....	59
5.1 Formação territorial	60
5.1.2 <i>Largo Nossa Senhora do Ó.....</i>	64
5.1.3 <i>Largo do Jogo da Bola.....</i>	69
5.2 <i>Largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola: relações espaço-temporais.....</i>	72
5.3 Gestão das áreas de entorno dos bens tombados: abordagem dos instrumentos legais de planejamento	74
5.3.1 <i>Lei de uso e ocupação do solo</i>	82
5.3.2 <i>Código de Obras</i>	84
5.3.3 <i>Preservação das áreas de entorno dos bens tombados em Sabará: limites e contradições</i>	87
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	117
REFERÊNCIAS	121

APRESENTAÇÃO

Atualmente, observa-se que o tempo linear e homogêneo está presente praticamente em todas as trajetórias de nossas vidas e na elaboração desse trabalho não poderia ser diferente. Por estar inserido em um processo produtivo que se fecha em 24 meses, as pesquisas acadêmicas pressupõem uma linearidade marcada pela cadência e previsibilidade de todas as etapas e agentes envolvidos no processo. Entretanto, não podemos esquecer que o trabalho intelectual não se enquadra na regularidade linear do tempo burocrático que lhe é imposto, mas sim numa temporalidade irregular e sujeita a acasos, imprevistos, recomeços e indecisões, o que lhe acarreta uma maior duração do tempo lógico tão essencial aos trabalhos acadêmicos.

Assim, por mais que nos esforcemos, as temporalidades que regem um trabalho acadêmico não se deixam absorver pela temporalidade linear que conduz a nossa sociedade. Diante disso, temporalidade burocrática, que oficialmente norteou essa dissertação, foi influenciada por inúmeras temporalidades, que vão desde aquelas que são próprias à minha pessoa até aquelas que estão relacionadas a cada indivíduo e órgãos nos quais a pesquisa esteve de alguma forma dependente. Todas elas, repletas de atropelos e imprevistos que fogem do nosso controle.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos últimos decanos, a legislação brasileira tem se ocupado da elaboração de normas e leis que normatizam a preservação dos patrimônios culturais materiais e imateriais. O artigo 216, da Constituição Federal de 1988, reconheceu como Patrimônio Cultural Brasileiro os bens “(...) tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, (...) e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, (...)”. Contudo, mesmo com leis de proteção ao patrimônio, observa-se que esses bens, assim como suas áreas de entorno ainda continuam sendo alvo de degradação. Processo esse ainda mais agravado pela dissonância existente entre as temporalidades das comunidades envolvidas, dos órgãos de tutela dos bens e do patrimônio.

Em Minas Gerais, a ausência de políticas que desenvolvessem novas potencialidades econômicas aos bens culturais arquitetônicos acelerou a destruição de conjuntos patrimoniais importantes, em função da especulação imobiliária e da falta de ações de preservação efetivas. Entretanto, em virtude da estagnação econômica vivenciada por muitos municípios, alguns patrimônios culturais arquitetônicos permaneceram em parte conservados (NOGUEIRA, 1995), o que tem contribuído para que o turismo seja visto como alternativa econômica por grande parte das cidades históricas do Estado.

Diante disso, o recorte territorial escolhido para essa pesquisa interdisciplinar é a cidade de Sabará, situada a 19 km da capital mineira. Com aspectos socioeconômicos e implicações próprias de um município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte, Sabará detém inúmeras edificações do período Barroco tombadas de forma isolada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e pela Prefeitura Municipal. Entre os patrimônios que mais se destacam por suas características históricas, artísticas e culturais no município estão: a matriz de Nossa Senhora da Conceição, erguida por volta de 1710, a Igreja de Nossa Senhora do Ó, datada de 1717, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo de 1763 – que teve entre seus construtores o mestre de obras Aleijadinho. Além dessas, a Igreja do Rosário, construída pelos escravos, entre 1767 e 1878, o Teatro Municipal construído no início do século XIX – tendo recebido as visitas dos imperadores D. Pedro I em 1831 e D. Pedro II em 1881 – e o chafariz do Kaquende, construído em 1757 (FIG. 1).

Figura 1- Bens patrimoniais tombados em Sabará



Fonte: Henrique, 2006. Adaptado pela autora

Contudo, o foco desse trabalho concentra-se em duas localidades específicas desse município, sendo elas o Largo Nossa Senhora do Ó e o Largo do Jogo da Bola. O primeiro localiza-se no entorno da Igreja Nossa Senhora do Ó, no bairro Siderúrgica, que se formou, em grande parte, em função da Companhia Siderúrgica Mineira - atual ArcelorMittal Brasil -, instalada em Sabará em 1917. Atualmente, o Largo é composto de 21 edificações com influências arquitetônicas de diversas épocas, sendo quatro delas ocupadas por pequenos estabelecimentos comerciais e o restante por residências. Nestas, quase a totalidade dos seus moradores é composta por pessoas idosas representantes do ex-operariado da siderúrgica ou por suas viúvas que ali vivem há mais de 40 anos. O Largo do Jogo da Bola situa-se nas proximidades do chafariz do Kaquende, sendo composto por apenas cinco edificações.

A motivação para a realização dessa pesquisa interdisciplinar nasceu das dificuldades que os moradores dessas regiões enfrentam para adequar suas residências, que estão sob a tutela do IPHAN, às novas necessidades da vida cotidiana. Para realizarem qualquer tipo de alteração em suas casas, esses moradores encontram como barreira o trato com a burocracia dos órgãos governamentais que tutelam seus imóveis. Esse processo é, quase sempre,

conflituoso e com isso alguns moradores acabam burlando os procedimentos legais, a fim de adaptarem suas residências às novas formas de morar do mundo contemporâneo.

Tendo a preservação patrimonial das áreas de entorno imediato dos bens tombados como principal objeto de estudo, a pesquisa foca as dissonâncias temporais presentes na condução desse processo, buscando também identificar as possíveis datações das edificações presentes nessas localidades. Diante disso, a noção de temporalidade – entendida no decorrer da pesquisa como uma maneira de viver e fazer o tempo (CASTORIADIS, 2007) – e o tema tempo serão recorrentes neste trabalho.

Segundo Carsalade (2007, p. 384) “um dos grandes problemas metodológicos associados ao patrimônio histórico na contemporaneidade é a sua sustentabilidade e a sua sobrevivência física no desenrolar do tempo (...)”, um tempo que a nosso ver possui várias temporalidades conflitantes que contribuem ainda mais para o agravamento do processo de deterioração ambiental, tanto dos bens patrimoniais, quanto das áreas de seu entorno. Esses eventos nos levam a questionar, entre outras coisas, o porquê dessa dissonância entre os tempos da administração pública, do processo de degradação dos bens patrimoniais e das comunidades locais. Quais consequências eles acarretam aos bens patrimoniais? Quais temporalidades influenciam cada um desses agentes? Quais os meios por eles utilizados para compatibilizar essas temporalidades? O que fazer para sincronizar essas temporalidades de uma forma menos conflituosa?

Ansiando por tais repostas, também serão analisados, no trabalho, os elementos que compõem a assincronia de tempos entre os órgãos administrativos, a comunidade e o patrimônio cultural no município de Sabará/MG. Isso tornará possível a compreensão dos mecanismos que criam e apoiam as barreiras temporais, legais e políticas do processo de preservação das áreas de entorno dos bens patrimoniais da cidade.

A pesquisa sobre o patrimônio, no âmbito da temporalidade, pode gerar estratégias que favoreçam a qualidade de vida das populações que vivem no seu entorno, promovendo visibilidade ao processo de degradação das edificações da cidade de Sabará. Também oferece possibilidades para a criação de novos entendimentos a respeito da importância social e da relevância de políticas públicas que atuem de forma mais efetiva e permanente na preservação dessas áreas, buscando patamares mínimos no sentido de cumprir as Normas Constitucionais que garantem o direito dos brasileiros à proteção dos patrimônios culturais, como componente da identidade nacional.

Para tal empreita, as categorias de análises mais relevantes que serão discutidas são o tempo e suas temporalidades distintas, espaço, entropia e o processo de preservação patrimonial. Categorias essas, entendidas como as que melhor se adaptam ao recorte espacial e metodológico adotados na pesquisa, evidenciando as fronteiras disciplinares impostas pelo problema.

Essa dissertação divide-se em cinco parte e com exceção do Capítulo 1 que se refere a introdução, cada uma delas apresenta um tema central que se relaciona com o tema original da pesquisa. No Capítulo 2 será discutida a questão do tempo e suas diversas faces no campo das ciências físicas e humanas. Para tanto, serão trabalhados diversos autores como Agostinho (1973), Elias (1998) e Duncan (1998). Com eles, foi possível o entendimento de como o tempo, que até então pertencia a Deus e era compreendido como algo ligado estritamente a linguagem e aos eventos naturais como os ritmos e os ciclos da natureza, tornou-se controlado pelos calendários e relógios. Com as contribuições de Greene (2005) sobre o processo de entropia buscaremos compreender, mesmo que de forma sucinta, como o tempo evolutivo e irreversível da natureza atua nas edificações até sua materialização em ruínas.

No Capítulo 3, apresenta-se uma discussão sobre o espaço e suas relações temporais segundo a ótica de alguns autores como Massey (2008), Harvey (2009) e Santos (2002), que nos forneceram algumas propostas teóricas sobre a dinâmica do tempo no âmbito do espaço geográfico. Castoriadis (2007), Whitrow (1993), LeGoff (1980) e Simmel (1979), nos trazem as transformações do tempo a partir do mundo capitalista urbano. Com as análises referentes à administração burocrática de Weber (1971) e Mota e Pereira (1991), torna-se possível inferirmos como a instituição pública de gestão do patrimônio se relaciona com o tempo de forma a atropelar a temporalidade dos próprios moradores das áreas de entorno dos bens tombados. No Capítulo 4 será abordada a questão do território no contexto patrimonial. Para tanto, será discutido a visão de alguns autores como Raffestin (1993), Santos (1999) e Haesbaert (2002). No capítulo 5 serão analisadas as práticas materiais e temporais que se estabelecem nas áreas de estudo e a gestão das áreas do entorno dos bens tombados. Além disso, também serão abordadas as visões e relações dos moradores com os órgãos de tutela de suas casas.

Como metodologia para o desenvolvimento desta dissertação, foram realizadas pesquisas de campo, em que moradores locais foram entrevistados a fim de compreendermos as relações e visões desses indivíduos a respeito das imposições normativas dos órgãos gestores do patrimônio sobre suas residências. Dentre as técnicas disponíveis, optou-se pela

entrevista não diretiva (THIOLLENT, 1987), por entendê-la como um meio que possibilita ao interlocutor discorrer sobre o tema em questão sob uma lógica própria. No caso do Largo Nossa Senhora do Ó, após as entrevistas foram selecionadas algumas casas para que as informações obtidas por meio de seus moradores fossem cotejadas com as respectivas fichas cadastrais que se encontram nos arquivos pertencentes aos acervos da Fundação ArcelorMittal Brasil. Isso nos tornou possível inferir como a siderúrgica controlava e realizava as reformas nas edificações entre os anos de 1942 e 1957, época em que os imóveis ainda eram de sua propriedade. Também foi realizada uma análise sobre as formas de tratamento das áreas de entorno dos bens tombados em alguns documentos produzidos por instituições intragovernamentais e associações profissionais, que refletem diretamente nas práticas normativas brasileiras aqui representadas pelo IPHAN. No âmbito municipal foi realizado um estudo da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras do município de Sabará, tendo como foco as propostas referentes às áreas de preservação patrimonial.

2 AS FACES DO TEMPO: Uma breve reflexão conceitual

As discussões sobre o tempo sempre foram uma preocupação constante em diferentes ramos do saber, seja nas ciências humanas ou nas ciências físicas. Dentro de suas especificidades, cada uma dessas ciências contribui com novas possibilidades de compreensão do tempo. Essas linhas do pensamento que ora são divergentes, ora são congruentes, tendem a se direcionar para duas questões centrais, ligadas ou à *natureza* do tempo ou à forma como o percebemos. Na primeira visão, o tempo é concebido como uma realidade em si, absoluto e externo ao homem; na segunda, o tempo é subjetivo, concebido pela mente humana e relacionado à nossa experiência (MOURA 2007). Entretanto, por ser uma categoria universal e estar tão ligado ao nosso cotidiano, o tempo, quase na totalidade dos casos, é visto pela grande maioria das pessoas como algo totalmente natural, sendo que muito raramente discutimos seu sentido. Fato que lhe confere fortes atribuições de senso comum.

Em nosso dia a dia, percebemos o transcorrer do tempo em consequência do ciclo dos movimentos terrestres. O tempo de nossas rotinas diárias é, dessa forma, contabilizado em segundos, minutos, dias, meses, anos, décadas, séculos, eras; tudo isso como se essas escalas temporais existissem por si só, independentes de um meio externo. Mas o que dizer quando diante de algumas situações desagradáveis os segundos parecem uma eternidade ou quando momentos aprazíveis passam com tanta rapidez, que mal nos damos conta? Também não podemos deixar de levar em consideração o fato de que diferentes grupos sociais possuem uma noção de tempo distinta.

Por ser um conceito de grande complexidade e interdisciplinar, o capítulo aqui proposto não tem a pretensão de esgotar as várias dimensões do conceito de tempo ao longo dos séculos. Sendo assim, focaremos nas visões que nos parecem mais pertinentes ao propósito do presente trabalho, contemplando principalmente as abordagens que nos levam a uma melhor compreensão da experiência humana acerca do tempo. Embasamento esse que será, adiante, um dos pilares para que possamos entender como as diferentes formas de apreensão do tempo interferem ou não no processo de preservação do Patrimônio Histórico na cidade de Sabará, MG.

Norbert Elias é categórico ao afirmar que “o problema do tempo coloca-se em termos tais que não podemos esperar resolvê-lo sem explorarmos suas dimensões físicas e sociais independentemente uma da outra” (ELIAS, 1998, p. 39). No intuito de irmos ao encontro de

tal afirmativa, faremos a seguir uma revisão teórica das principais compreensões sobre o tempo no campo das ciências físicas e humanas.

2.1 Acepções do tempo nas ciências físicas

Nas ciências físicas, o conceito de tempo é algo de difícil apreensão e objeto de grandes discussões. No Período Antigo, Aristóteles (384-322) foi um dos primeiros pensadores à abordar o tempo como algo mensurável, relacionando-o com o movimento e também com a alma. Mesmo estando imerso em uma formação filosófica, Aristóteles tratou o tempo de uma forma racional por meio da física. Para esse pensador, o tempo só poderia ser compreendido se analisado juntamente com o movimento. Diante disso, propõe a mensuração do tempo a partir do movimento, levando-se em consideração a lógica do antes e do depois. Assim, Aristóteles classifica o tempo como “o número do movimento segundo o anterior-posterior”, proposição essa que está intimamente relacionada com a alma humana. Todavia, ao analisar as concepções do tempo nas obras de Aristóteles, Puente (2001) tece o seguinte comentário:

(...) a definição aristotélica do tempo não é propriamente uma definição, porquanto os termos que a constituem não se encontram em uma relação de gênero e espécie. O número, por exemplo, não é o gênero do movimento ou este daquele, bem como tampouco o movimento é o gênero do anterior-posterior ou este daquele. De modo que a ausência de um gênero próprio impossibilita aplicar significativamente a noção de definição ao discurso definitório sobre o tempo. (PUENTE, 2001, p. 156).

Para esse autor, a natureza da definição aristotélica estaria calcada nas composições de gênero e de suas diferenças específicas, além de significar a essência substancial do termo proposto.

Ainda para Puente (2001),

(...) a relação entre tempo e alma está toda ela calcada na própria definição do tempo como “número de um movimento segundo o anterior-posterior”, pois, sem a capacidade de perceber agoras distintos – o agora anterior e o agora posterior do ente móvel –, os homens não perceberiam o transcorrer do tempo, (...). (PUENTE, 2001, p. 168).

Dessa forma, somente o intelecto humano seria capaz de perceber o transcorrer do tempo, numerando suas etapas dentro do contexto do movimento. Deve-se ressaltar que, na

concepção de Aristóteles, apesar de o tempo estar diretamente relacionado com a alma, ele não perde sua objetividade, haja vista que, ao refletirmos a seu respeito, torna-se necessário que

(...) pensemos, por um lado, em seu substrato e, por outro, em seu ser. O substrato do tempo é o movimento, e este independe da alma intelectiva capaz de numerar; já o tempo *qua* tempo, ou seja, em seu ser próprio, é dependente do intelecto, pois ele é um número numerado, e este só pode existir se houver um intelecto capaz de numerar. (PUENTE, 2001, p. 225-226).

O autor também ressalta que por ser “contínuo, uniforme e eterno”, Aristóteles elege o movimento circular do céu como medida padrão de mensuração do tempo. Com seu caráter cíclico e, portanto, repetível, nota-se a ausência do início e fim desse movimento, já que ambos se encerram em si próprios. Assim, o movimento se repete consecutivamente e, por conseguinte, o tempo. Partindo-se dessa lógica, tornou-se possível que os movimentos dos corpos celestes fossem considerados como uma unidade de medida do tempo. Vale lembrar que, mesmo derivando a partir da noção de movimento, o tempo não é o movimento, mas algo inerente a esse. Não podendo existir tempo onde não há movimento (PUENTE, 2001).

Isaac Newton (1642-1727) rompe com a física aristotélica acerca do tempo. Em um dos escólios de sua obra *Principia*, Newton aborda o tempo em duas categorias distintas, subdividindo-o em absoluto e relativo. Essa distinção tornou-se necessária para o físico à medida que alguns conceitos como espaço, lugar, movimento e tempo só se tornam palpáveis para a grande maioria das pessoas a partir do cotidiano. Portanto, segundo o autor, despertam “certos preconceitos, para a remoção dos quais será conveniente distingui-las entre absolutas e relativas, verdadeiras e aparentes, matemáticas e comuns”. (NEWTON, 2002, p. 44).

Desta forma, na concepção newtoniana:

O tempo absoluto verdadeiro é matemático, por si mesmo e da sua própria natureza, flui uniformemente sem relação com qualquer coisa externa e é também chamado de duração. O tempo comum aparente e relativo é uma medida de duração perceptível e externa (seja ela exata ou irregular) que é obtida por meio de movimento e que é normalmente usada no lugar de tempo verdadeiro, tal como uma hora, um dia, um mês, um ano. (NEWTON, 2002, p. 45).

Conclui-se, portanto, que, para Newton, o tempo absoluto independe do meio externo, ele existe por “si mesmo”, sendo idêntico para todos e em todos os lugares, pois é invariável, constante e imutável, o que lhe confere características universais e quase divinas. Diferentemente dos demais movimentos, o fluxo do tempo absoluto não aceita nenhum tipo de alteração, seja no âmbito da redução ou aceleração. Já o tempo relativo apresenta-se como

a medida do tempo absoluto, estando vinculado às coisas sensíveis. Sua medida irá ocorrer por meio de movimentos como os celestes, tornando-o susceptível à variabilidade.

Ainda a esse respeito, Newton relata que os tempos absoluto e relativo são diferenciados na astronomia pela “equação ou correção do tempo aparente” (NEWTON, 2002). Em decorrência dos dias naturais não serem iguais entre si, há a necessidade de que esses sejam ajustados, para que o tempo relativo tenha certa equivalência com os dias naturais:

Os astrônomos corrigem essa desigualdade, para que possam medir os movimentos celestes por um tempo mais rigoroso. Pode ser que não haja algo como movimento uniforme, por meio do qual o tempo possa ser rigorosamente medido. Todos os movimentos podem ser acelerados ou retardados, mas o fluxo de tempo absoluto não é passível de mudanças. A duração ou perseverança da existência das coisas permanecem a mesma, sejam movimentos rápidos ou lentos, ou até completamente nulos. E, portanto, essa duração deve ser distinguida daquelas que não são apenas suas medidas perceptíveis, a partir das quais aquela é deduzida através da equação astronômica. (NEWTON, 2002, p. 46).

Leibniz (1646-1716), contemporâneo de Newton, refutou veemente a visão do tempo absoluto newtoniano, afirmando que o tempo não poderia se fundar independentemente do meio externo, sendo sua noção relacionada à “ordem sucessiva das coisas”. Em trechos de correspondências enviadas a Samuel Clarke, discípulo de Newton, Leibniz tece alguns comentários acerca de suas concepções sobre o tempo e o espaço.

Quanto a mim, deixei assentado mais de uma vez que, a meu ver, o espaço é algo puramente relativo, como o tempo; a saber, na ordem das coexistências, como o tempo na ordem das sucessões. De fato, o espaço assimila em termos de possibilidade uma ordem das coisas que existem ao mesmo tempo, enquanto existem junto, sem entrar em seu modo de existir. E quando se vêem muitas coisas junto, percebe-se essa ordem das coisas entre si. (LEIBNIZ, 1974, p. 413).

Em suas críticas aos conceitos newtonianos, Leibniz deixa claro a dimensão relativa do tempo, sendo sua existência vinculada às coisas materiais e a partir das relações.

Mesmo com toda essa discussão sobre o tempo se arrastando por séculos, as dúvidas a seu respeito continuam. Prigogine ¹, em uma conferência realizada em Roma, em 1987, expõe que o mundo atual necessita de uma nova noção de tempo que seja capaz de transpor as categorias aristotélicas do movimento e da eternidade. Em sua percepção, a física clássica produziu apenas duas noções de tempo, sendo elas o tempo enquanto uma ilusão e o tempo enquanto degradação, entendido como entropia. Para esse autor, se a entropia existe então a

¹ Físico laureado pelo Prêmio Nobel da Química em 1977.

flecha do tempo também existe e pode ser demonstrada pelos processos irreversíveis presentes no universo. Aliás, na concepção de Prigogine (1988), o próprio universo e tudo que nele se encontra é um sistema rumo à entropia.

2.1.2 O processo de entropia nas edificações: um tempo que se materializa em ruínas

O espaço urbano e suas construções arquitetônicas nos mostram o acúmulo de diferentes tempos, que também pode ser físico e biológico, o tempo da vida, que se torna pequeno se comparado ao seu tempo histórico (de acúmulo). Esse tempo evolutivo e irreversível da natureza é demarcado por uma linha reta, seta do tempo, que caminha da ordem para a desordem, da baixa entropia para a alta entropia (PRIGOGINE, 1988). Tal fato revela-se a nossos olhos a todo o momento, quando as coisas são deixadas ao acaso. As edificações entram em processo de degradação por falta de manutenção, a organização de uma biblioteca deixada por si mesma torna-se comprometida, sem a presença constante de um (a) bibliotecário (a), para organizar os livros de forma lógica e sequencial.

Segundo Greene, a ideia de entropia surgiu no período da Revolução Industrial, por cientistas que estudavam os fornos e as máquinas a vapor. De início, sua aplicação era restrita aos sistemas fechados, aqueles que não trocam energia nem informação com o meio. Posteriormente, as pesquisas dessa área, que é denominada termodinâmica, deram origem à teoria de Boltzmann que é uma generalização desse princípio para sistemas abertos, empregando “o raciocínio estatístico para estabelecer um vínculo entre o enorme número de componentes individuais que integram um sistema físico e as propriedades globais desse sistema.” (GREENE, 2005, p. 181).

Para esse autor, a entropia é a “medida da desordem de um sistema físico” e se alicerça em dois aspectos básicos: a alta entropia que indica um sistema extremamente desordenado, uma vez que “muitos rearranjos dos componentes que integram o sistema passariam despercebidos”² e a baixa entropia indicando um sistema extremamente ordenado, pois nesse caso “muito poucos rearranjos passariam despercebidos”³. (GREENE, 2005, p.

² Segundo Greene (2005), quando muitas páginas de um livro são misturas, qualquer embaralhamento adicional que ocorra acabará passando por despercebido porque ele simplesmente fará com que as folhas permaneçam misturadas, não afetando a aparência geral do sistema.

³ Nessa proposição o autor irá enfatizar que quando as páginas de um livro encontram-se todas na ordem correta qualquer rearranjo que por ventura venha acontecer afeta o grau de organização do sistema e isso é perceptível com muita facilidade.

185). Diante de tais circunstâncias, os sistemas compostos de muitos componentes evoluem em direção à desordem, alta entropia. No intuito de ilustrar esse raciocínio, Greene lança mão de alguns exemplos, sendo dois deles aqui expostos: o primeiro se remete às páginas de um livro que, ao serem lançadas para o ar, apresentam uma tendência natural a uma maior desordem. Haja vista que, obviamente, os números de possibilidades que as folhas caíam desordenadamente são infinitamente maiores que as possibilidades que as folhas caíam na sequência correta de paginação. O segundo exemplo se refere aos gases armazenados em uma garrafa de refrigerante, que ao se expandirem no interior de uma sala, distribuem-se por igual, de forma que muitos rearranjos moleculares acabam passando despercebidos. Ou seja, a distribuição uniforme do gás é imperceptível a um número enorme de rearranjos de seus componentes moleculares, o que indica um sentido rumo à alta entropia. “Assim como as páginas dos livros mais finos têm menos arranjos possíveis, os espaços menores também propiciam menos lugares para a localização das moléculas e, por conseguinte, menos arranjos possíveis.” (GREENE, 2005, p.186).

Estatisticamente, isso indica que as probabilidades para que um sistema chegue a mais alta entropia são maiores, sendo esta a base da segunda lei da termodinâmica⁴, que também nos dá o sentido de uma seta do tempo. Para o autor, essa metáfora é utilizada para esboçar a tendência dos sistemas físicos de evoluírem em direção à alta entropia, assinalando o futuro como a direção para o qual a entropia aumenta. No entanto, o caminho reverso não é fácil de alcançar, pois ir da alta entropia para a baixa entropia, da desordem para a ordem é muito difícil.

Greene ainda acrescenta que:

Em princípio, esse raciocínio é válido para todas as coisas que encontramos na vida diária – ou seja, coisas que têm um grande número de componentes: a seta do tempo que avança aponta na direção da entropia crescente. (GREENE, 2005, p.188).

Por meio da entropia, a física, a arquitetura e a cidade andam de mãos dadas. Entretanto, é nas edificações antigas - que muitas vezes, lutam para sobreviver fora do tempo e da cultura que as produziu- que esse fenômeno se materializa com mais intensidade.

Um exemplo de processo avançado de entropia, no âmbito da cidade de Sabará, são as ruínas remanescentes do emblemático Solar Melo Viana, construído provavelmente no final do século XVIII. Atualmente esse edifício encontra-se totalmente deteriorado. Nas figuras a

⁴ A primeira lei da termodinâmica está relacionada à conservação da energia.

seguir, podemos verificar-se a referida edificação em três estágios distintos do processo de entropia. Nesta figura 2, ainda nota-se essa edificação em bom estado de conservação.

Figura 2: Solar Melo Viana – Final do século XIX⁵

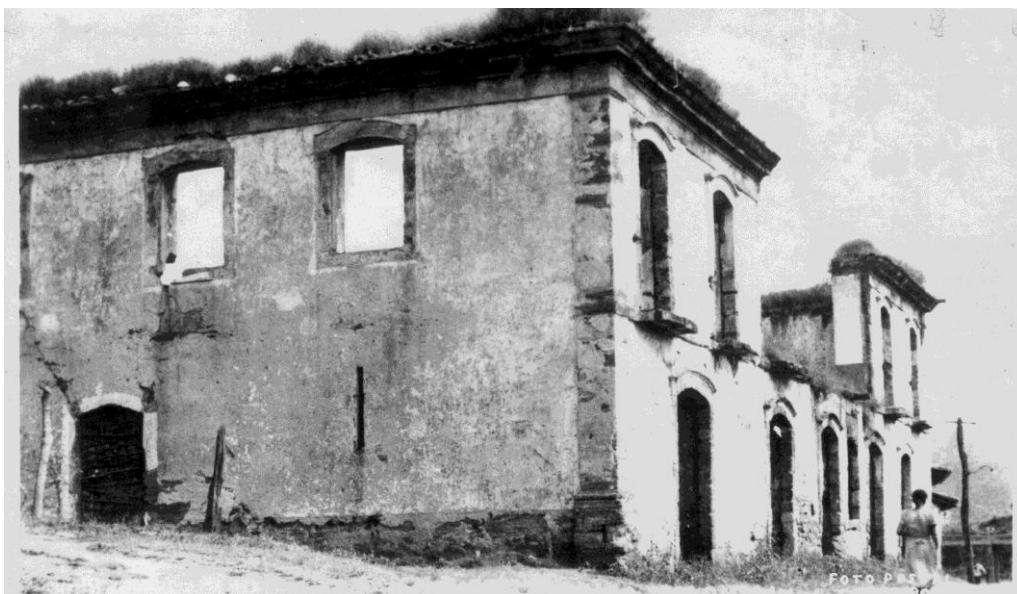


Fonte: Conselho de Arte de Sabará – Centro de Memória do Museu do Ouro

Contudo, em 1893, com a construção da ferrovia nas proximidades, a sua estrutura ficou totalmente abalada. Na figura 3, verifica-se o Solar Melo Viana já em estado avançado de processo degenerativo.

⁵ Data inferida.

Figura 3: Solar Melo Viana – Sem data



Fonte: Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil

Em 2010, a justiça mineira concedeu uma liminar em ação em ação do Ministério Público Estadual, obrigando a Prefeitura local a executar obras emergenciais para preservar as ruínas do solar, evitando assim o desabamento. Na figura 4, constata-se a situação atual dessa edificação.

Figura 4: Solar Melo Viana após obras de escoramento – Em 05/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Apesar de no presente trabalho estarmos nos referindo a sistemas abertos, com intensa interação com o ambiente, podemos notar que, de uma forma natural e espontânea, a ação do tempo flui nas construções arquitetônicas no sentido da perda de sua estrutura, de abalo dentro em seu sistema, da perda de sua beleza original.

Entretanto, por mais que a entropia nos demonstre fortes indícios da existência do tempo em si, Prigogine (2008) ressalta que a ciência só pode analisar fenômenos que se repetem, ou seja, aqueles fenômenos reversíveis. Além disso, ao fazer algumas reflexões sobre a origem do tempo ele expõe que esse evento não poderia estar associado ao Big Bang⁶, sendo este um fenômeno irreversível, único e singular, o que lhe confere características quase transcendentais, que fogem à ciência. Assim, na concepção de Prigogine, o tempo precede o universo e mesmo com o avanço da ciência, as teorias sobre o tempo ainda se encontram em estágio pouco avançado e não se pode afirmar que o nascimento do tempo em si tenha acontecido, mas sim o do tempo humano.

2.2 Acepções do tempo nas ciências humanas

No intuito de uma melhor compreensão de algumas das diversas acepções do tempo no âmbito das ciências humanas, neste tópico abordaremos essa categoria de análise nos aspectos histórico, lógico e cronológico.

2.2.1 *Tempo histórico*

Em um misto de fé e razão, Santo Agostinho possui uma visão subjetiva do tempo. Para esse filósofo, o tempo é uma criação divina e sua compreensão está além do entendimento humano, apresentando-se como um mistério.

Em suas Confissões, as indagações a respeito das dimensões temporais do presente, passado e futuro são constantes. Essa tridimensionalidade do tempo é algo de difícil sustentação na concepção agostiniana, haja vista que o passado já não existe e o futuro ainda está por vir. Quanto ao presente, “se pudermos conceber um espaço de tempo que não seja

⁶ Termo cunhado por F. Hoyle para explicar as teorias contrárias à idéia de Universo Estacionário, que se baseia na contínua criação da matéria.

suscetível de ser subdividido em mais partes, por mais pequeninas que sejam, só a esse podemos chamar tempo presente”. (AGOSTINHO, 1973, p. 245). Além disso, em virtude do presente ser mutável e instantâneo, sua existência também é colocada em dúvida, posto que a causa de sua existência é a mesma pelo qual deixa de existir. Assim, para ser considerado uma dimensão temporal, o presente tem que passar, necessariamente, para o pretérito, pois caso contrário não seria tempo, mas sim eternidade. (AGOSTINHO, 1973).

Diante de tais inquietações, Agostinho (1973) chega à seguinte conclusão,

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras. (AGOSTINHO, 1973, p. 248).

O tempo para Santo Agostinho é algo relativo à memória humana e suas dimensões se encerram no presente. O passado só existe na medida em que é rememorado no presente e o futuro assim será a partir do momento que é desejado também no presente. (GILSON, 2006).

Ainda refletindo sobre a existência de “fatos passados”, ele profere: “E os que narram fatos passados, sem dúvida não os poderiam veridicamente contar, se os não vissem com a alma.” (AGOSTINHO, 1973, p.246).

Diante de tal contexto, o tempo se define e se mede pela “distensão” da alma entre a “expectação” em relação ao futuro, a “atenção” em relação ao presente e a “memória” em relação ao passado. Sendo assim, a linguagem seria uma forma de se experimentar e testemunhar aquilo que se passou, por meio das categorias fundamentais de nossa experiência com o tempo. (AQUINO, 2006).

Fato esse que pode ser observado com bastante clareza no fragmento agostiniano a seguir:

Vou recitar um hino que aprendi de cor. Antes de principiar, a minha expectação estende-se a todo ele. Porém, logo que o começar, a minha memória dilata-se, colhendo tudo o que passa de expectação para o pretérito. A vida deste meu ato divide-se *em memória*, por causa do que já recitei, e *em expectação*, por causa do que hei de recitar. A minha atenção está presente e por ela passa o que era futuro para se tornar pretérito. Quanto mais o hino se aproxima do fim, tanto mais a memória se alonga e a expectação se abrevia, até que esta fica totalmente consumida, quando a ação, já toda acabada, passa inteiramente para o domínio da memória. (AGOSTINHO, 1973, p. 255).⁷

⁷ Grifos do autor.

A memória é algo fundamental nesse processo, pois as lembranças do passado ficam gravadas em nossa alma e, quando evocada, a memória traz essas visões para o presente. A linha que divide essa dimensão do tempo entre o futuro e o passado é tão tênue que esse último não apresenta nenhuma duração, fato esse que dificulta sua medida.

Diferentemente de Aristóteles, em Santo Agostinho o tempo é histórico e não cíclico (AQUINO, 2006). Para esse filósofo, o tempo não pode ser concebido pelos movimentos dos corpos celestes, pois mesmo na ausência do tempo astronômico, ainda assim podemos analisar se o movimento de uma roda é mais lento ou mais rápido no curso de suas voltas. É no mínimo instigante o argumento que ele utiliza para dissociar os movimentos dos astros da passagem do tempo:

Ninguém me diga, portanto, que o tempo é o movimento dos corpos celestes. Quando, com a oração de Josué, o Sol parou, a fim de ele concluir vitoriosamente o combate, o Sol estava parado, mas o tempo caminhava. Este espaço de tempo foi o suficiente para executar e para pôr termo ao combate. (AGOSTINHO, 1973, p. 250).

Embora se distancie da associação entre tempo e movimento, Santo Agostinho se aproxima de Aristóteles ao considerar o espírito humano como o detentor da mensuração temporal.

Visto por si mesmo e alheio à alma, o tempo agostiniano se encerra em um instante indivisível que chamamos de presente e “o que é indivisível não poderia ser mais longo ou mais curto do que é; assim, como podemos falar de um tempo mais longo ou mais curto ou mesmo de um tempo que é o dobro de outro?” (GILSON, 2006, p.366). O futuro, assim como o presente, também é imensurável se considerado fora da alma, uma vez que simplesmente ainda não existe. E por fim, o passado também não pode ser medido, pois não existe mais.

Com efeito, medimos os tempos, mas não os que ainda não existem ou já passaram, nem os que não têm duração alguma, nem os que não têm limites. Não medimos, por conseguinte, os tempos futuros nem os passados, nem os presentes, nem os que estão passando. Contudo, medimos os tempos. (AGOSTINHO, 1973, p. 253).

Entretanto, ao reportar o tempo à alma humana, sua medida torna-se possível, sobretudo no que tange ao passado, visto que, mesmo não existindo por si mesmo, esse subsiste na memória.

Em ti, ó meu espírito, meço os tempos! Não queiras atormentar-me, pois assim é. Não te perturbes com os tumultos das tuas emoções. Em ti, repito, meço os tempos. Meço a impressão que as coisas gravam em ti à sua passagem, impressão que permanece, ainda depois de elas terem passado. Meço-a a ela enquanto é presente, e não àquelas coisas que se sucederam para a impressão ser produzida. É a essa

impressão ou percepção que eu meço, quando meço os tempos. (AGOSTINHO, 1973, p. 254).

O presente enquanto instante indivisível distende-se ao ser remetido ao espírito, já que é na atenção do presente que ocorre o trânsito entre a espera do futuro e as recordações do passado, fato esse que confere ao tempo certa extensão. Assim, se percebe o tempo no momento da fala e ao pensar nos fatos passados e futuros, o que torna a experiência temporal algo relativo à linguagem, sendo sua mensuração possível a partir da comparação subjetiva entre sílabas curtas e longas no ato de narrar (VIEIRA, 2001).

2.2.2 O tempo lógico

Para Lacan (1996), é a partir da lógica que se alcança a verdade, estando esta intimamente relacionada com o tempo. Em seu artigo sobre o tempo lógico, o autor em questão nos traz a baila a temporalidade do nosso inconsciente que é mediada pelo instante de olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir. Para esse psicanalista, cada uma dessas modulações do tempo possui valores lógicos diferentes entre si e obedece a uma ordem crescente, posto que é na passagem para um estágio seguinte que o estágio anterior se realiza, permanecendo apenas o último que absorve todos os precedentes. O corte em qualquer um desses intervalos de elaboração pode interferir na interpretação do indivíduo, precipitando sua conclusão. Questão essa muito próxima do estágio vivenciado pela sociedade atual, pois o curso de nossas vidas é quase sempre controlado por fatores externos, tornando nosso tempo individual cada vez mais comprimido, o que de certa forma acaba por afetar nossos intervalos de elaboração.

E, tão importante quanto os três momentos do tempo lógico são, no pensamento lacaniano, as denominadas moções suspensas que correspondem aos intervalos de hesitação, que se articulam às modulações do tempo lógico (GONDAR, 2006). As instâncias da temporalidade lacaniana não perpassam pelo “tempo cronológico que engole os instantes na corrida do passado ao futuro, mas em um tempo lógico que faz valer o instante como decisivo.” (FINGERMAN, 2009, p.63). Em função do dito, observa-se que o tempo do inconsciente não pode ser mensurado por padrões de medidas cronológicas. Da mesma forma, o tempo cronológico, enquanto um padrão de medida, não obedece à mesma temporalidade do inconsciente humano, tornando problemática a distinção entre o tempo do sujeito e o da sociedade.

2.2.3 O tempo cronológico

A relação entre a linguagem e o tempo também é abordada por Elias (1998). No entanto, para esse sociólogo o tempo é cronológico e o cerne da questão está justamente na forma substantivada através do qual nos referimos ao tempo cotidianamente. Ao ser tratado como um substantivo, o tempo ganha status de algo “tátil” e é rumo a esse tempo objetivo que muitos intelectuais direcionam suas análises. Esses costumes linguísticos acabam por deturpar as reflexões, assim como “fortalecem incessantemente o mito do tempo como uma coisa de certo modo presente, existente, e, como tal, determinável e mensurável pelo homem, ainda que não se deixe perceber pelos sentidos”. (ELIAS, 1998, p. 37-38).

O tempo é algo tão presente na vida humana que somos conduzidos pela ideia de que ele é sentido e compreendido por todos os indivíduos da mesma forma, mas afinal como percebemos o tempo cronológico? Para esse autor, no decorrer da história ocidental a palavra tempo foi utilizada com diferentes sentidos, que variavam de acordo com a necessidade prática das pessoas. Nas sociedades tribais, as orientações acerca do tempo ocorriam por meio de eventos naturais como os ciclos e ritmos da natureza e à medida que as estruturas sociais se tornaram mais complexas, o tempo passou a ser controlado pelos calendários e relógios. No pensamento elisiano, o enigma do tempo está justamente na impressão que temos de sua existência desvencilhada de todos os dados observáveis, pois a partir do momento que os símbolos são amplamente utilizados pelas pessoas, eles adquirem uma espécie de vida própria tanto na linguagem, quanto no pensamento dos indivíduos. Soma-se ainda a essa questão, o fato dos instrumentos de medição do tempo possuírem um movimento próprio e socialmente padronizado. Em nossa sociedade capitalista industrial, tal fenômeno pode ser observado com bastante clareza no ato de medir o tempo incessantemente, proporcionando, segundo o autor, a coerção necessária para o controle da ordem social. Nesse contexto, a forma como os relógios são produzidos e utilizados atualmente remetem a “utilização das máscaras em inúmeras sociedades pré-urbanas (...). As máscaras parecem encarnar espíritos. Do mesmo modo, os relógios parecem encarnar o tempo”. (ELIAS, 1998, p. 95).

Por não ser percebido concretamente através dos sentidos, o tempo não pode ser medido por meio de aparatos como os relógios, que exercem na sociedade urbana as mesmas funções que os fenômenos naturais exerciam em épocas passadas. Caso os relógios meçam alguma coisa, não é o tempo em si, mas algo que possa ser plenamente captado, como a duração de um dia de trabalho ou a velocidade de um corredor no ato da prova por exemplo. (ELIAS, 1998). Os relógios possibilitam cotejar “processos que se desenrolam

sucessivamente e que, por isso mesmo, não podem ser diretamente comparados – como a duração de dois discursos, proferidos um após o outro.” (ELIAS, 1998, p. 7).

Independente de se vincular à natureza física ou humana, o tempo sempre estará ligado a algo subjetivo, tornando-se indispensável a sua compreensão a partir daqueles que sentem a sua passagem. Elias (1998) aponta a ruptura entre as ciências humanas e naturais como fator limitante para entendimento das diversas relações estabelecidas entre o homem e o tempo. Diante da necessidade de superação dessa dicotomia, ele propõe o tempo social. Nessa concepção, a forma como o homem apreende o tempo é resultado do desenvolvimento⁸ da sociedade ao longo de sua existência e está intimamente vinculada à capacidade de síntese e representação simbólica dos indivíduos. A partir da observação coletiva da regularidade das ocorrências dos fenômenos naturais, as sociedades urbanizadas construíram simbolicamente uma noção unificadora acerca do tempo com alto nível de síntese, “uma vez que relaciona posições que se situam, respectivamente, na sucessão dos eventos físicos, no movimento da sociedade e no curso de uma vida individual”. (ELIAS, 1998, p. 17). Nessa perspectiva, o autor ressalta que houve uma evolução na capacidade de abstração dos indivíduos, passando das sínteses intelectuais de categorias mais particularizadas, para formas mais generalizadas. Tal fato tornou-se possível devido à capacidade que os indivíduos possuem de estabelecer relações entre dois ou mais processos, sendo um deles padronizado para servir de medida para aquela sociedade. Entretanto, ao perceber que processos naturais como os ritmos das marés, nascer e pôr do sol ou da lua eram imprecisos para a demarcação de suas necessidades, tornou-se necessário a construção de padrões de medidas mais exatos, como os relógios e calendários, que assumiram o papel de “contínuos evolutivos⁹” servindo de referência nos processos de natureza social ou física. Na ausência desses instrumentos de medida “as pessoas não têm como indicar sua data de nascimento ou sua idade, a não ser em referência a acontecimentos singulares conservados na memória coletiva, (...)”. (ELIAS, 1998, p. 40-41). Entretanto os eventos que se tornam marcos na memória coletiva como “pouco antes do assassinato do velho chefe” ou o “ momento da grande tempestade”, não podem servir de referência para sociedades como a nossa, pois fatos como esses “não dispõem de um contínuo

⁸ O termo desenvolvimento aqui empregado pelo autor, não se refere a um avanço linear, mas sim aos progressos e retrocessos vividos pela sociedade.

⁹ Elias (1998) caracteriza os contínuos evolutivos como uma continuidade nas transformações que ligam um estágio posterior a um estágio anterior.

social padronizado que possa servir de quadro de referência para o contínuo evolutivo representado por cada pessoa.” (ELIAS, 1998, p.41).

No ponto de vista desse autor, o tempo terá como função a coordenação e a integração das tarefas humanas, sendo que, nos estágios primitivos, a incumbência de determinação do tempo era exercida por figuras como os sacerdotes. Após o surgimento das sociedades-Estado, essas autoridades religiosas passaram a dividir com os governantes o exercício de determinação do tempo das atividades sociais. Por um longo período, essa partilha e a busca pela supremacia das partes foi alvo de diversas contendas, o que culminou, posteriormente, na vantagem da monarquia sobre a igreja. O calendário tornou-se um monopólio do Estado e, mesmo com o poder de determinação do tempo centralizado nas mãos dos reis, os sacerdotes continuaram a ser durante séculos os grandes especialistas nesta área do conhecimento e, à medida que os territórios foram se expandindo e as redes comerciais se complexificando, a adoção de um sistema cronológico unitário tornou-se algo imperativo.

As instituições jurídicas dos Estados exigiam sistemas unificados de mensuração do tempo, adaptados à diversidade e à complexidade dos negócios que eles tinham que regular. Com os avanços da urbanização e a expansão do comércio, fez-se sentir com intensidade cada vez maior a necessidade de sincronizar o número crescente das atividades humanas, e de dispor de uma rede de referências temporais cuja extinção regular pudesse servir de quadro de referência. Construir essa rede e fazê-la funcionar era uma das tarefas da autoridade central – clerical ou leiga. Dela dependiam o pagamento regular e periódico de impostos, dos juros e dos salários, bem como a execução de inúmeros contratos e diversos compromissos; o mesmo acontecia com os numerosos feriados em que as pessoas repousavam de seu trabalho. (ELIAS, 1998, p. 46).

A determinação do tempo que até então funcionava como um instrumento de orientação das atividades coletivas, apontando os movimentos favoráveis para as semeaduras, caça ou festividades, transformou-se com a instituição dos Estados em um instrumento de coordenação das atividades públicas. Em Roma, o imperador Júlio César foi uma das figuras públicas adeptas dessa concepção, reformulando o calendário romano oficial que já não estava de acordo com os movimentos dos corpos celestes. Em 1563 o rei francês Carlos IX determinou que o dia 1º de janeiro fosse uma data única para o início do ano, rompendo a tradição que associava o começo do ano com a festa de Páscoa. Essa ordem entrou em vigor em 1566, ano que surpreendentemente teve apenas oito meses e 17 dias, começando no dia 17 de abril e terminando em 31 de dezembro. Além disso, os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro que representavam o sétimo, oitavo, nono e décimo meses do ano – em função do calendário romano se iniciar em março, transformaram-se em nono, décimo,

décimo primeiro e décimo segundo meses (ELIAS, 1998). Discrepâncias como essas mal são percebidas nos dias atuais, o que acaba por ofuscar a verdadeira função social do ano, pois vemos nele apenas o elemento de ordem natural.

A reforma gregoriana foi a última tentativa de adequação do calendário romano a um ano social que não desviasse em demasia do “ano natural”. Em 1582 o Papa Gregório XIII fixou uma bula pontifícia decidindo que o dia posterior a 4 de outubro não seria 5, mas sim 15 de outubro. Essa supressão de dez dias foi ocasionada devido ao equinócio de primavera o qual dependia a festa de Páscoa, que se deslocou com o decorrer dos séculos de 21 de março para 11 de março (DUNCAN, 1999).

Naqueles países que aderiram ao novo calendário foram inevitáveis as perturbações tanto de ordem religiosa quanto de ordem civil. Muitas pessoas, principalmente aquelas mais esclarecidas, sentiram como se tivessem tomado seus dias. Outras se mostravam temerosas quanto à fúria divina, por venerarem seus santos de devoção em datas erradas.

Mais mundanos mas práticos eram os navegantes, muleteiros, tecelões, ferreiros e reis que se preocupavam com impostos não coletados, salários não recebidos e prazos que passariam a vencer dez dias mais cedo. Banqueiros coçaram a cabeça para chegar a uma conclusão em relação a como calcular os juros durante um mês de apenas 21 dias, e padres locais tentaram explicar aos fiéis ansiosos que dias santos não eram os únicos dias atropelados, o mesmo tinha acontecido com outras datas, de aniversário de casamento até feiras locais e cerimônias civis. Até o aniversário do papa tinha mudado: de 1º de janeiro de 1502 para 11 de janeiro de 1502. (DUNCAN, 1999, p.350).

Entretanto, a situação em outubro de 1582 era bem mais complicada. Em meio ao conturbado período da Contra-Reforma, muitos países europeus não católicos se negaram a aderir ao novo calendário. Na Alemanha, assim como em várias regiões da Europa, o povo viu-se a lidar com dois calendários: um juliano nos países protestantes e outro gregoriano nos países católicos. Para os países protestantes, o novo calendário era visto muito mais como uma questão de imposição religiosa do que civil, com muitos intelectuais alegando que tais mudanças não passavam de “um cavalo de Tróia com o objetivo de enganar os cristãos de verdade (...)”. (DUNCAN, 1999, p.355). Enquanto outros, temerosos com as possíveis alterações nos ciclos naturais, argumentavam “que os fazendeiros não sabiam mais quando cultivar suas terras e que os pássaros estavam confusos sobre quando cantar e quando migrar.” (DUNCAN, 1999, p.355).

Para o referido autor, no ponto de vista prático, o novo calendário trouxe pouca influência sobre a vida das pessoas comuns que viviam nas regiões que tomaram por lei o

calendário gregoriano. As pessoas nessa época não estavam envolvidas com a preocupação de seguir o tempo exato como hoje em dia. Além disso, para a maioria daqueles que viviam no interior das aldeias, ainda não havia uma conscientização do tempo do trabalho, comércio, impostos, contratos; fato esse que só veio a se modificar com a difusão de alguns aparatos como os sinos e relógios. Contudo, ele também ressalta que foi justamente na Inglaterra que os desconfortos gerados pelo calendário proposto por Gregório XIII mostraram-se mais presentes. Por questões políticas e religiosas, os ingleses levaram 170 anos para adotar o novo calendário e até então as pessoas eram obrigadas a conviver tanto com o calendário Juliano, que denominavam de “velho estilo”, quanto com o gregoriano, denominado de “novo estilo”. Com o decorrer dos anos, à medida que esse país despontava como uma potência militar e econômica, tornou-se necessário sua conformidade temporal com seus parceiros comerciais, pois a essa altura

A inconveniência do “velho estilo” e do “novo estilo” se tornava cada vez mais um problema para os homens de negócio e um embaraço para qualquer um com conexões com o continente. “O populacho inglês prefere que seu calendário esteja em desacordo com o Sol a que esteja em desacordo com o papa”, debochava Voltaire. (DUNCAN, 1999, p.370).

Visando uma melhor adequação ao cenário mundial, no dia 2 de setembro de 1752 os ingleses passaram a adotar o calendário promulgado por Gregório XIII, com o dia seguinte a essa data se transformando repentinamente em 14 de setembro. Diante disso, houve a necessidade de grandes manobras por parte do parlamento, a fim de reduzir as complicações surgidas com bancos, contratos, feriados e até mesmo com os assuntos públicos e particulares (DUNCAN, 1999). Com a reforma do calendário inglês, todos os deveres e obrigações sejam de cunho pessoal ou institucional passaram a vencer 11 dias mais cedo e mesmo com todos os esforços para minimizar os impactos sobre a economia e a vida do povo, a adoção do calendário gregoriano provocou reações de protestos em parte da população, como pode ser percebido no trecho a seguir de um editor da época.

Na prática... esta inovação recebeu uma forte oposição, até entre as altas classes da sociedade. Muitos donos de terra, inquilinos e mercadores estavam apreensivos em relação às dificuldades com aluguéis, arrendamentos, letras de câmbio, dívidas, todos dependentes de períodos fixados pelo velho estilo...maior dificuldade houve, porém, em acalmar o clamor do povo contra a suposta profanidade de mudar os dias dos santos no calendário e alterar o tempo em todas as festas móveis. (COXE *apud* DUNCAN, 1999, p.378).

O autor ainda ressalta que as ruas de cidades como Londres foram palco de manifestações com multidões aclamando pela devolução dos 11 dias que lhes tinham sido tomados e até mesmo os banqueiros da cidade reagiram com protestos, o que culminou com o pagamento dos impostos 11 dias após a data habitual.

No entanto, curioso mesmo é verificar que, assim como na Europa de 1582, para a maioria dos ingleses da época a mudança do calendário fez pouca diferença. Ao averiguar diários escritos nesse período, Duncan (1999) constatou que a adoção do novo calendário passou quase que por despercebido por grande parte da população local, uma vez que “a maioria das pessoas, porém, não parecia muito sacudida pela mudança, com a maioria dos diaristas na época simplesmente mencionando o evento com poucos comentários. (DUNCAN, 1999, p.380).

O tempo do calendário é objetivado e vazio do vivido humano, ou seja, de qualquer temporalidade. Com tais reações diante da reforma do calendário, percebe-se com certa clareza que as experiências do tempo vivido e do tempo instituído não obedecem aos mesmos padrões de medidas, sendo regulados por ritmos diferentes. Assim, tanto na Roma do século XVI, quanto na Inglaterra do século XVIII, as pessoas que reagiram com maior relutância ao novo calendário, foram aquelas que se encontravam, sob certa medida, inseridas no processo de conscientização do tempo do trabalho. Por outro lado, aquela parcela da população que ainda não estava familiarizada com esse tempo burocrático, pouco sentiu os impactos da reforma. Sendo assim, como o tempo vivido das pessoas que residem em áreas de preservação patrimonial permeia o tempo burocrático do aparato estatal? Será que essas diferentes relações com o tempo influenciam de alguma forma no processo de preservação de nossos bens patrimoniais no âmbito do território?

O tempo cronológico, responsável pela coordenação de nossas atividades diárias, é métrico e corre de maneira uniforme. Em contrapartida, o tempo que rege a natureza humana não obedece a um fluxo contínuo e é o reflexo de um emaranhado de temporalidades que se percolam umas às outras. Além disso, em virtude da experiência humana do tempo ser, por sua natureza, carregada de subjetividade, a percepção do tempo também pode variar de pessoa para pessoa, em função da idade, vivências e até mesmo do estado de espírito presente em cada um. Portanto, a forma como percebemos o tempo nem sempre irá coincidir com a sua marcha cronológica que nos é imposta. Partindo-se da concepção agostiniana, os acontecimentos que presenciamos em nosso cotidiano só existem no “agora”, sendo esse um momento presente que se desloca, articulando-se com o passado e o futuro. Assim a

experiência humana do tempo torna-se algo que foi ou será, mas que, contudo, não é. Santo Agostinho, mesmo alegando explicitamente sua dificuldade em definir o tempo, considera-o como a presença de coisas passadas: a memória; presença de coisas presentes: a atenção; e presença de coisas futuras: a expectativa.

3 TEMPO X ESPAÇO

O espaço geográfico, assim como o tempo, é dinâmico, complexo e desafiador. E compreendê-lo, dentro de sua dimensão temporal, torna-se algo de suma importância, para que, mais à frente, consigamos vislumbrar como se dá a relação espacial e temporal em Sabará. Sua força motriz assenta-se sobre as relações humanas e práticas sócio-espaciais que podem ser tanto culturais, quanto políticas e econômicas. Sejam essas simbólicas ou materiais, todas trazem consigo implicações espaciais e temporais, pois são reflexo da produção do espaço que varia no transcorrer dos tempos.

3.1 Espaço geográfico: uma visão temporal

Na abordagem de Massey (2008), o espaço é visto sob a ótica de três esferas que intercomunicam entre si. Na primeira, o espaço é um produto das inter-relações, só existindo a partir da identidade e da relação com o outro. Na segunda o espaço é compreendido como “a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade (...)”. (MASSEY, 2008, p.31). A autora acrescenta que contemporaneamente essa abordagem pode ser entendida como a esfera da coexistência da heterogeneidade. Em virtude disso, as histórias que atravessam o mundo não podem mais ser narradas apenas sob uma ótica, sendo necessário o reconhecimento de outras histórias que coexistem simultaneamente. Para ela, a ideia única de história acaba empurrando todas as diferenças para uma mesma ordem temporal. Ou seja, trata-se de reconhecer os outros, enquanto indivíduos com trajetórias e histórias próprias, caminhos esses que se entrelaçam e se desconectam, dando sentido ao espaço. Se em sua primeira premissa, Massey (2008) nos traz a luz um espaço que é resultado das inter-relações, e estas se configuram a partir de sua multiplicidade, na segunda, o espaço terá como referência a sua própria multiplicidade. Diante dessa lógica, a autora afirma que sem espaço não há multiplicidade e sem multiplicidade não há espaço.

Na terceira, o espaço é um produto de relações e de suas respectivas práticas materiais. Ele está sempre em movimento e por isso, nunca fechado ou acabado, numa “existência coetânea de uma pluralidade de trajetórias, uma simultaneidade de histórias-até-agora”. (MASSEY, 2008, p.33). Assim, o espaço se forma no conjunto dessas relações, onde diversas trajetórias se entrelaçam a partir das práticas materiais que ali se tornam possíveis. No momento em que passamos a enxergar o espaço enquanto um sistema aberto e contínuo, injetamos nele a temporalidade. Ainda segundo a autora, “o ‘papel do espaço’ poderia ser

caracterizado como fornecendo a condição para a existência dessas relações que geram o tempo.” (MASSEY, 2008, p.90). Para ela, tempo e espaço são conceitos independentes, apesar de estarem interligados um ao outro. A multiplicidade presente no espaço é essencial para a geração de temporalidade e para que haja multiplicidade tem que haver espaço. Nesse sentido, as mudanças tornam-se possíveis por meio das interações que se configuram no espaço.

Em cidades com grandes acervos arquitetônicos como Sabará, também podemos encontrar similaridades com a questão apresentada por Massey (2008). Tanto as áreas dos bens patrimoniais, quanto a cidade como um todo são acima de tudo o lugar da vida, da multiplicidade e por isso estão repletas de temporalidades. Entretanto, quase sempre imaginamos esses lugares como estáticos e atemporais. Concepção essa reforçada pelos órgãos gestores do território que, por meio de leis e normalizações concebidas por códigos de gestão dos espaços, buscam a todo o momento implementar medidas que passam muito mais pelo engessamento da cidade do que pela preservação de sua ambiência. Isso sem contar com a áurea de vida pacata forjada pelos veículos de propaganda. Por questões como essas, não imaginamos as cidades tidas como históricas enquanto lugares abertos e flexíveis. Não percebemos sua multiplicidade cotidiana e, como consequência, suprimimos parte da temporalidade espacial ali existente. Contudo, ao explorar a cidade com um pouco mais de acuidade, percebe-se que ela está repleta de pessoas com os mais variados interesses, necessidades e atividades. É justamente sobre esses encontros e desencontros de trajetórias que o espaço e o tempo se estruturam, pois ambos são relacionais.

Diante disso, Harvey (2009) também nos oferece importantes contribuições acerca das práticas materiais que ocorrem no espaço, sendo que essas se estendem desde a forma como o apreendemos até as interações que nele se estabelecem. Em sua concepção, espaço é uma categoria vista pela grande maioria das pessoas como algo objetivo, um atributo da natureza, o que o torna sujeito às mais diversas atribuições do senso comum.

Ao analisar as implicações do espaço e do tempo na sociedade capitalista e pós-moderna, Harvey esclarece que a forma como percebemos o espaço relaciona-se a nossa experiência subjetiva que nos conduz a “domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente real.” (HARVEY, 2009, p. 188).¹⁰ Nesse contexto, observa-se que a nossa forma de perceber

¹⁰ Aspas do autor.

o espaço é repleta de “sutilezas” e “sinuosidades”, não perpassando única e exclusiva por sua materialidade, mas sim pelos diversos modos de percepções inerentes a cada sujeito ou grupo social.

Mesmo afirmando a necessidade de voltarmos nossos olhares para as percepções subjetivas do tempo e espaço, refutando a ideia predominante de sentido único e mensurável, Harvey (2009) é enfático ao postular que também devemos reconhecer a imensa gama de visões objetivas que essas categorias de análises possuem e a importância das atividades humanas nas construções de seus significados. Para esse autor, o que está em jogo não é o impasse entre objetividade e subjetividade, mas sim o reconhecimento das múltiplas facetas do tempo e espaço e a importância das atividades humanas na construção dessa multiplicidade.

Alicerçando-se em algumas ideias já difundidas por teóricos como Dilthey e Durkheim, Harvey conclui que somente pela investigação dos processos materiais poderemos fundamentar, de forma sólida, os conceitos de tempo e espaço. Partindo dessa lógica materialista, ele escreve que as noções existentes acerca desses conceitos são geradas fundamentalmente “através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social.” (HARVEY, 2009, p. 189). O que, por sua vez, seria um resultado da organização e das transformações dos modos de produção capitalista, produzindo o fenômeno denominado de compressão do espaço-tempo.

E justifica:

Uso a palavra ‘compressão’ por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. (HARVEY, 2009, p.219).

A esse respeito cabe notar uma importante sinalização de Massey (2008). Para essa autora, o espaço em muito se diferencia de distância. E o tempo, aqui representado pela velocidade dos transportes e telecomunicações, certamente reduz alguns efeitos aniquilantes da distância. Porém, em seu entendimento, não é o espaço que está sendo reduzido, mas sim o tempo. O espaço por sua vez, está sendo expandido, em decorrência das maiores possibilidades de relações e interações. Sendo assim, o que deveria ser cogitado, para essa autora, não é o aniquilamento ou não do espaço, mas as novas multiplicidades e relações que surgirão com essa reconfiguração espacial.

Ainda para Harvey (2009), a forma como o espaço é planejado influencia diretamente nossas práticas diárias. Entretanto, os espaços construídos para uma determinada função podem, ao longo dos anos, adquirir novas funções, recriando ali um novo tempo e história. Segundo esse autor, isso torna as práticas diárias influenciadas pelo ambiente construído, como dito anteriormente, mas não é um fator determinante.

Trilhando caminhos abertos por Hagerstrand, Foucault, Certeau e Bourdieu, Harvey (2009) faz uma análise do espaço sem, contudo, desconsiderar a esfera temporal. Em sua concepção, a diversidade das relações espaço-temporais dos indivíduos está diretamente relacionada aos mecanismos de reprodução e transformação da sociedade. Diante disso, ele elabora uma “grade de práticas espaciais”, elencando e sintetizando suas três esferas fundamentais, sendo elas: (1) práticas espaciais materiais: situam-se no âmbito do vivido, dizem respeito às interações, ou seja, todos os contatos materiais que ocorrem sobre o espaço; (2) representações do espaço: fazem parte do campo do percebido, são modelos conceituais elaborados no intuito de tornar inteligível a espacialidade como os mapeamentos e os sistemas de medidas; (3) espaços de representação: estão relacionados ao imaginado e compõem-se pelas diversas formas de significação do espaço, recriando-lhe e tornando possível o surgimento de novas práticas sociais.

Essas três esferas fundamentais se cruzam com outros quatro aspectos das práticas espaciais. (1) acessibilidade e distanciamento: dizem respeito às implicações da fricção da distância, que pode ser tanto um empecilho quanto uma defesa contra a interação humana; (2) apropriação e uso do espaço: são as formas como o espaço é apropriado e organizado; (3) domínio e controle do espaço: estes relacionados aos mecanismos que os grupos ou indivíduos utilizam para controlar a apropriação e produção do espaço; (4) produção do espaço: está relacionada à forma e como a estrutura espacial e seus sistemas de representação são produzidos.

Com as estruturas espaciais apresentadas, o autor faz um estudo das práticas espaciais e temporais presentes no capitalismo e que são de grande relevância para a manutenção do poder social. Nesse contexto, tempo e espaço se articulam com o capital, uma vez que:

Medidores do tempo e mapas precisos há muito valem o seu peso em ouro, e o domínio dos espaços e tempos é um elemento crucial na busca do lucro. Por exemplo, o especulador imobiliário que tem dinheiro para esperar enquanto controla o desenvolvimento dos espaços adjacentes está numa situação muito melhor, para obter ganhos pecuniários, do que alguém que não tenha poder em algumas dessas dimensões. Além disso, o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo (o nosso ou o de outras pessoas) e o espaço. Inversamente, o domínio do tempo e do espaço pode ser reconvertido em domínio sobre o dinheiro. (HARVEY, 2009, p.207).

Para o referido autor, a relação entre o tempo e o espaço impulsionou o emprego das mais diversas formas de conhecimento para a obtenção de riquezas. Com esse argumento, ele cogita outras duas questões. Primeiramente, quem “define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social.” (HARVEY, 2009, p.207). Já a segunda tese, por ele defendida, está relacionada ao fato de em nosso cotidiano haver certa aceitação de que há um “tempo e espaço para tudo”, o que facilita, segundo o autor, a reprodução e difusão de determinadas formas de poder social.

Tendo como fio condutor as questões acima suscitadas, Harvey (2009) faz algumas reflexões acerca da relação entre o dinheiro, o espaço e o tempo, enquanto fontes de poder social. O dinheiro apresenta-se como um elemento que mede o valor e está relacionado com o tempo de trabalho. Além de tudo ele é responsável por grandes mudanças na concepção do tempo que temos atualmente em nosso cotidiano. A fim de explicar tal prerrogativa, o autor em questão recorre a Le Goff, que analisa a construção da medida do tempo por parte dos mercadores no início do período medieval. Os comerciantes desse período estavam se deparando com a propagação de suas atividades pelo continente, e como consequência, viram-se obrigados a buscar uma medida de tempo mais adequada às suas necessidades. A exploração do espaço pelos mercadores trouxe certa consciência da relação entre o dinheiro e o tempo. E, como a expansão das redes comerciais envolvia um deslocamento no espaço, os preços eram ajustados de acordo com o tempo gasto no deslocamento. A partir desse evento, o autor conclui que “o mercador medieval só descobriu o conceito fundamental do ‘preço do tempo’ no curso da exploração do espaço.” (HARVEY, 2009, p.208). Esse processo culminou na mercantilização das relações e consequentemente na transformação das qualidades de tempo e espaço. Os trabalhadores passaram a se organizar de acordo com as disciplinas do negócio e do trabalho e assim como o tempo foi modificado, ao ser apropriado pela burguesia, o espaço também foi. O mapeamento do mundo tornou-se um importante artifício para a apropriação privada do espaço, servindo aos interesses comerciais e fortalecendo os poderes individuais.

A outra consequência apresentada por Harvey (2009) está ligada ao fato do dinheiro só ter sentido a partir do seu vínculo com o tempo e o espaço. Sendo assim, o lucro poderá ser alcançado por meio da alteração das formas de uso e da definição do tempo e espaço. A busca por vantagens comerciais exige que as barreiras espaciais sejam superadas e isso depende de tempo e dinheiro. A associação entre o tempo de produção e o tempo de circulação é o que se

denomina de “tempo de giro de capital” e segundo o autor, uma das formas utilizadas pelos capitalistas para reduzir esse tempo de giro é acelerando os processos sociais, ao mesmo tempo em que se diminui o tempo gasto nas tomadas de decisões. E para tanto, diversas inovações técnicas e organizacionais são introduzidas a fim de romper as barreiras desse processo de aceleração. As conclusões de Harvey (2009) acerca da experiência do espaço são similares. As dificuldades que o capitalismo encontra para o aumento de seu domínio espacial são rompidas por processos como a criação de blocos econômicos, racionalização do espaço produtivo, criação de redes de circulação e consumo, dentre outros. Tudo isso com o objetivo primordial de maximizar sua dominação do espaço e controlar a política do lugar.

Se por um lado, para Harvey (2009) as tecnologias aceleram o “tempo de giro do capital”, proporcionando aos capitalistas um maior controle do espaço, para Santos (1999) as técnicas são responsáveis pela materialização do tempo no espaço. Para esse autor, mesmo tendo uma grande carga de subjetividade, não se pode negar que o espaço também se faz por sua materialidade. E, para se tornar possível o entrelaçamento entre espaço e tempo, este também deve assumir formas empíricas, tornando-se concreto, materializado. Assim,

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. (SANTOS, 1999, p.44)

A técnica, para esse autor, pode ser compreendida como aqueles instrumentos utilizados pelo homem com a finalidade de modificar a natureza e criar o espaço. Por meio dos objetos e ações atribuídos às técnicas, o tempo se mistura no lugar e se funde ao espaço, proporcionando a esses as características de cada época. É justamente na necessidade de empiricização do tempo, que Santos reconhece a técnica enquanto elemento passível de fornecer a materialização necessária ao tempo, pois “é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo.” (SANTOS, 1999, p.44).

Em 2002, fundamentando-se nos pensamentos do filósofo Sérgio Pagú, Santos analisa o tempo a partir de duas variáveis: numa ele é visto enquanto sucessão de eventos, o que torna possível a periodização dos mesmos; e na outra o tempo revela-se como algo que nos é

concomitante. Para ele, essas duas interpretações do tempo nos permitem tanto pensar o espaço geográfico como um todo, quanto analisar a cidade individualmente. No que se refere especificamente ao tempo sob o ponto de vista da periodização, Santos (2002) conclui que essa abordagem abre caminhos para se analisar a cidade enquanto uma sucessão de gerações urbanas ao longo da história. Cidades que foram erguidas segundo diferentes maneiras, materiais e ideologias, o que confere a elas características únicas, relacionadas às necessidades e possibilidades de sua época.

Assim:

A materialidade, que é uma adição do passado e do presente, porque está presente diante de nós, mas nos traz o passado através das formas: basta passar por uma cidade, qualquer que seja, e nos defrontaremos nela, em sua paisagem, com aspectos que foram criados, que foram estabelecidos em momentos que não estão mais presentes, que foram presentes no passado, portanto atuais naquele passado, e com o presente do presente, nos edifícios que acabam de ser construídos, esse presente que escapa de nossas mãos. Na realidade, a paisagem é toda ela passado, porque o presente que escapa de nossas mãos, já é passado também. Então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas. (SANTOS, 2002, p. 21).

Para esse autor, as sociedades deixam sinais de seu tempo no espaço não somente através das técnicas, mas também por meio de suas relações sociais e da linguagem. Isso impede que o tempo se dissolva. As marcas deixadas no espaço pelas técnicas apresentam-se como testemunho de tempos passados. Dessa forma, o espaço urbano torna-se o lócus privilegiado de uma “acumulação de tempos desiguais”, um elemento coordenador dos mais diversos tempos, visto que nele se torna possível o convívio de pessoas e instituições, todos com temporalidades diversas.

Assim, partindo-se do princípio de que o tempo se estabelece de formas diferentes sobre nós, Santos (2002) toma como referência Fernand Braudel e conclui que as nossas ações no espaço se organizam segundo tempos que podem ser classificados como rápidos ou lentos. O tempo rápido é aquele restrito às economias e classes detentoras de capitais, enquanto o tempo lento é o tempo daqueles que estão à margem do capital. A explicação para tal conclusão está ligada ao fato de que para os indivíduos e instituições hegemônicos há todo um aparato material e tecnológico, como pontua Harvey (2009), a fim de que o tempo gasto por eles, em suas práticas diárias, seja o menor possível. Já as economias pobres e hegemônicas estão circunscritas a áreas onde o baixo nível tecnológico impõe àqueles que ali se fixam velocidades lentas. É nesse sentido que o mundo capitalista urbano nos impõe um ritmo de

vida cada vez mais frenético. Entretanto, não se pode esquecer que, somando a essa temporalidade que é intrínseca aos mais variados tipos de espaço, temos vários outros tempos que se comunicam entre si. Sendo assim, o tempo histórico, que se manifesta no espaço, também traz consigo uma intensa carga humana, o que lhe confere muitas fissuras que podem ser preenchidas por um tempo que é íntimo, próprio de cada indivíduo e, portanto, ligado ao mundo subjetivo.

3.2 Transformações do tempo no mundo capitalista urbano

Atualmente vivenciamos uma aceleração constante em nosso ritmo de vida. Com isso, nossas temporalidades individuais são obrigadas a se sincronizar cada vez mais com o ritmo frenético do mundo capitalista urbano. Um mundo que, segundo Castoriadis (2007), visa intensamente ao progresso, tendo o futuro como palavra de ordem em detrimento do presente e do passado. Temporalidade essa, que se choca com a nossa experiência direta do tempo que, segundo Whitrow (1993), é sempre o presente. Para esse autor, o relógio tornou-se o principal símbolo dessa transformação, pois o desenvolvimento do relógio mecânico e posteriormente do relógio bolso influenciou profundamente o nosso modo de viver, sobrepondo-se ao nosso “tempo individual da experiência pessoal”. O tempo que até então estava ligado aos ritmos naturais, às atividades agrárias e religiosas, transformou-se em um novo tempo, agora linear, homogêneo, divisível, mensurável e calculável. Características essas que, na concepção de Castoriadis (2007), são a bases estruturais do sistema capitalista.

De acordo com Le Goff (1980), um dos principais motivos que levaram a sociedade urbana a absorver essa forma de medida do tempo - que se iniciou no século XIV e difundiu-se cada vez mais no século XVI - foi a necessidade de adequar-se à evolução econômica e às inquietações de produtividade que emergiam no meio urbano. Até então, no Ocidente medieval, tinha-se o dia como unidade de tempo de trabalho rural e, à medida que a sociedade urbana foi se desenvolvendo, tornou-se necessário um maior esforço, a fim de se criar uma subdivisão do tempo de trabalho mais adequada a essa nova realidade. Inicialmente, com o intuito de regular os diferentes momentos¹¹ das atividades laborais dos operários das

¹¹Thierry citado por Le Goff (1980, p. 64) informa que em Amiens, a 24 de abril de 1335, Filipe VI defere o pedido do presidente da câmara e dos vereadores que desejavam (...) fazer uma ordem pela qual os trabalhadores da dita vila e arredores se regulassem para irem nos dias de trabalho ao seu trabalho pela manhã; a que horas deverão comer e quando deverão retomar o seu trabalho depois de comer; e também à tarde, quando deverão

manufaturas têxteis, adotou-se em algumas cidades da Europa, os denominados *werkglocken*, que são sinos especiais para coordenar o ritmo de trabalho dos operários das tecelagens. Diante de tal medida, “pelo menos nas cidades têxteis, abate-se sobre elas um novo tempo, o tempo dos tecelões.” (LE GOFF, 1980, p. 65).

O autor também ressalta que o novo ritmo do trabalho ordenado pelo badalar dos sinos encontrou uma forte resistência perante aos trabalhares que almejavam, a todo custo, “calar os *werkglocken*”, fato esse que levou a burguesia têxtil a tomar algumas medidas coercitivas, a fim de proteger o sino do trabalho. Além disso, também havia o receio de que os operários utilizassem o sino em seu benefício próprio como, por exemplo, dar sinal de revolta contra seus patrões. Em sua concepção, ao se adotar o sino do trabalho para controlar as atividades dos operários ocorre

a substituição de um tempo *factual* que só episodicamente se manifesta por um tempo da igreja pelas horas *certas* de que falam os burgueses de Aire. Tempo, não de cataclismo ou de festa, mas do quotidiano, sistema cronológico que aprisiona, que enquadra a vida urbana. (LE GOFF, 1980, p. 68).¹²

Entretanto, para esse autor, a adoção do sino nas cidades têxteis não apresentou inovações técnicas, sendo o relógio mecânico o elemento decisivo para marcar as horas certas dentro de uma lógica matemática. Até o século XVI, esse aparato de medida do tempo ainda apresentava muitas falhas, com variações de cidade para cidade e, apesar dele já se encontrar inserido na vida cotidiana dos cidadãos, os relógios ainda eram tidos como um objeto de prestígio acessível a poucos.

Contudo, mesmo com todas as limitações e imperfeições existentes, Le Goff conclui que essas mudanças no quadro cronológico geraram “um abalo mental e espiritual” para a sociedade. Esse tempo novo indica para ele o surgimento “de uma nova concepção do tempo, de um tempo que já não é uma essência, mas uma forma conceptual, a serviço do espírito que o utiliza segundo as suas necessidades, pode dividi-lo, medi-lo – um tempo descontínuo.” (LE GOFF, 1980, p. 70).

A metamorfose do tempo social predominante na sociedade medieval para o tempo moderno trouxe profundas mudanças nas estruturas mentais do homem da época. Aquele tempo que até então pertencia somente a Deus, como bem nos coloca Santo Agostinho,

deixar a obra; e que por essa dita ordenança pudessem pôr um sino na torre da dita cidade que fosse diferente dos outros sinos.

¹² Grifos do autor.

tornou-se agora objeto de controle e quem sabe até mesmo de propriedade do homem. A sua preponderância sobre a vida das pessoas chega a tal ponto que ainda no século XIV a sua perda torna-se, segundo Le Goff, um pecado grave para a alma humana. Fato esse que gerou no século XVIII o princípio da não ociosidade, que se fundamenta na concepção de que o tempo é “contado por Deus e pago pelos homens”. (FOUCAULT, 1988, p. 140).

Diante disso, surge o que Foucault (1988) denomina de lógica da disciplina, que por meio do controle do tempo de trabalho busca o máximo de rapidez com uma eficiência constante. Para esse autor, assim como para Le Goff (1980), a transformação do tempo em um objeto passível de medidas e ajustes, tornou as atividades humanas sincronizadas com o regime de atenção e disciplina que eram indispensáveis ao capitalismo industrial. Ao mesmo tempo em que o relógio permite medir o tempo gasto no trabalho, ele também irá permitir um gerenciamento efetivo sobre o tempo realmente empregado nas atividades laborais, sincronizando suas diferentes etapas ao longo da jornada.

Entretanto, longe de se localizar apenas na indústria, Foucault (1988) nos apresenta uma lógica temporal que também é objeto de inquietações nas mais diversas instâncias e instituições sociais como nos exércitos, escolas, prisões, hospitais. Em sua ótica, o controle do tempo é peça-chave no exercício do poder e instauração da disciplina. Para tanto, nessas instituições, assim como nas fábricas, o tempo é novamente dividido e compatibilizado à lógica sequencial das mais diversas atividades exercidas nessas localidades, fato esse que se estendeu até as atividades cotidianas das pessoas.

Não muito distante desta temática, Simmel (1979), ao relatar os cenários criados pela industrialização na Berlim do século XVIII, faz uma análise a respeito das formas de ação da metrópole sobre a vida cotidiana dos indivíduos. Para esse autor, a vida nas cidades é orientada por três traços fundamentais sendo eles; o dinheiro, o predomínio da intelectualidade sobre as emoções e a pontualidade, sendo esta última intimamente relacionada com a difusão dos relógios de bolso na sociedade. Em sua concepção, a vida metropolitana agrega pessoas de interesses diversos, fato esse que aumenta a complexidade das relações e atividades diárias. Diante disso, o controle do tempo por meio dos relógios é algo fundamental para sincronizar e de certa forma, disciplinar os relacionamentos e afazeres, diz ele: “se todos os relógios de Berlim se pusessem a funcionar em sentidos diferentes, ainda que apenas por uma hora, toda a vida econômica e as comunicações da cidade ficariam transtornadas por longo tempo”. (SIMMEL, 1979, p.15). Em sua análise, a predominância de traços como esse no indivíduo metropolitano contribui para a supressão daqueles traços que

lhes são naturais. Os impulsos irracionais e instintivos que, a princípio, tendem a determinar de dentro para fora o seu modo de vida, acabam sendo excluídos em favor de um modo de vida que lhes é imposto de fora para dentro.

Sem dúvida, esse tempo urbano possui uma estreita relação com a organização do trabalho e principalmente com as necessidades econômicas do momento. Sendo assim, o tempo do mundo será aquele conduzido pelo capital. Para Castoriadis (2007), a instituição do tempo no capitalismo é demarcada por um fluxo que, como dito anteriormente, é homogêneo, uniforme e totalmente aritmetizado. Em seu ponto de vista, esse tempo é representado em nossa sociedade como o tempo do progresso, do crescimento ilimitado, da incessante busca pela acumulação. No entanto, as relações entre o tempo explicitamente instituído e a temporalidade efetiva da sociedade são desarmônicas e em seus relatos, ele descreve:

Não constatamos entre os dois a mesma clivagem, o mesmo grau e o mesmo tipo de clivagem. A instituição explícita do tempo numa sociedade arcaica não é em realidade, ou não essencialmente, a de um fluxo homogêneo no qual alguma coisa cresce sem fim (como ela é no capitalismo), mas muito mais a de um ciclo de repetições, escandido pela recorrência de acontecimentos naturais cheios de significações imaginárias ou de rituais importantes. Como tal, ela está muito mais próxima da temporalidade efetiva desta sociedade, tal como podemos compreendê-la, que é por sua vez comparável a pulsações regulares- enquanto ‘acidentais’ externos não vêm interromper ou modificar o curso- por trás das quais sua auto-alteração continua silenciosamente, como cada noite o verdadeiro pólo celeste se desloca com uma duração imperceptível.¹³ (CASTORIADIS, 2007, p.245).

Em sua obra datada de 1992, Castoriadis deixa claro que o tempo é algo pertencente a todo sujeito, uma criação do seu interior. Através do processo de socialização, a psique humana absorve o tempo instituído pela sociedade. Assim, para esse autor, “ela chega a conhecer doravante um tempo público – e deve continuar a viver acomodando-se com a difícil coabitação dos diversos extratos do seu próprio tempo, privado, com o tempo instituído, público.” (CASTORIADIS, 1992, p.274). Em sua análise, a psique humana não se reduz à sociedade, mas por outro lado, ela só pode ser acessada a partir de sua socialização, mediada pelas instituições. Contudo, cabe ressaltar que os pontos de tensão não se encerram entre o tempo privado do indivíduo e o tempo social (público), pois para esse autor, também devemos levar em consideração o “ritmo” e a “qualidade” do tempo privado – este sujeito a grandes oscilações – e a “constância” e “fixidez” do tempo público.

¹³ Aspas do autor.

O tempo pode ser simultaneamente objetivo e subjetivo. Cada sociedade possui uma vivência temporal que lhe é própria, específica e particular. Sendo assim, Castoriadis (2007) é taxativo ao afirmar que, para se analisar o tempo interiorizado em cada sociedade, torna-se necessário que levemos em consideração sua dimensão identitária e imaginária, o que ele denomina de “instituição explícita do tempo”.

O tempo instituído como identitário é nosso tempo de referência, aquele que nos é fornecido pelos calendários e relógios. É um tempo objetivo e divisível, que conecta os seres humanos uns aos outros e à natureza. Já o tempo instituído como imaginário é bastante real, é aquele repleto de significados, que traça os limites de tempo no interior de cada sociedade. Apesar de serem categorias distintas, ambas estão fortemente conectadas uma a outra.

O tempo identitário só é ‘tempo’ porque é referido ao tempo imaginário que lhe confere sua significação de ‘tempo’; e o tempo imaginário seria indefinível, irreferível, inapreensível - não seria *nada* fora do tempo identitário. (CASTORIADIS, 2007, p.247).¹⁴

O referido autor também ressalta que, dependendo da forma como o tempo imaginário se articula com o tempo indentitário, este poderá se estender significativamente. Ou seja, o tempo do calendário ou do relógio será balizado por nossa experiência de vida e das significações que aplicamos à temporalidade instituída.

Assim, ele ressalta:

(...) o tempo instituído não pode jamais ser reduzido a seu aspecto puramente identitário, calendário e mensurável. Mesmo nas sociedades ocidentais de capitalismo moderno, onde a tentativa desta redução foi levada mais longe, não somente subsiste, e maciçamente, uma qualidade de fluxo temporal como tal (tempo do ‘progresso’, da ‘acumulação’, etc.); mas esta própria redução do tempo em tempo puramente e somente mensurável, é apenas uma manifestação entre outras do imaginário desta sociedade e instrumento de sua ‘materialização’. (CASTORIADIS, 2007, p.248).

Na concepção desse autor, o que torna a sociedade capitalista possível é a “instituição explícita” de um tempo imaginário e identitário que, como dito anteriormente, são indissociáveis. Contudo, essa temporalidade explícita não pode ser considerada uma “temporalidade efetiva” do capitalismo, pois esta última está ligada ao “modo de fazer”, sendo a mesma considerada uma “temporalidade implícita”.

Castoriadis prossegue proferindo que,

¹⁴ Ênfases do autor.

a sociedade e cada sociedade, é ‘primeiro’ instituição de uma temporalidade implícita; (...). Cada sociedade tem sua maneira própria de viver o tempo, mas: cada sociedade é também uma maneira de fazer o tempo e de o fazer ser o que significa: uma maneira de se fazer ser como sociedade. E esse fazer ser do tempo social-histórico que é também o fazer-se ser da sociedade como temporalidade não é redutível à instituição explícita do tempo social-histórico, ao mesmo tempo em que é impossível sem esta. (CASTORIADIS, 2007, p. 243).¹⁵

No intuito de ilustrar suas reflexões, o autor utiliza o capitalismo como exemplo. Para ele, o tempo identitário do capitalismo é “um fluxo mensurável homogêneo, uniforme, totalmente arimetizado”. Por outro lado, o tempo imaginário é caracterizado como “um tempo infinito representado como tempo do progresso, de crescimento ilimitado, de acumulação, de racionalização, de conquista da natureza (...)”. Assim como já dito, essa construção explícita do tempo identitário e imaginário difere do que o autor denomina de “temporalidade efetiva”. Castoriadis (2007) destaca que essa é uma “temporalidade implícita” do mundo capitalista e divide-se em duas camadas. Numa camada dessa efetividade tem-se o tempo “da ruptura incessante, das catástrofes recorrentes, das revoluções, de uma destruição perpétua (...)”. Enquanto que na outra camada observa-se um “tempo da acumulação, da linearização universal, (...), da tradição do novo, (...)”. (CASTORIADIS, 2007, p. 244).

Ainda sobre a temporalidade efetiva, o referido autor descreve, a partir da narração de Tucídides, historiador ateniense, alguns aspectos dos povos de Esparta em oposição aos de Atenas. No texto a seguir, observa-se claramente a temporalidade efetiva dos atenienses vinculada ao “seu modo de fazer”.

Porque estes (sc. os atenienses) são inovadores, e rápidos na invenção e na realização pelos atos do que eles decidiram; enquanto que vocês, (sc. os Lacedemonianos) esperam salvar o que possuem, não inventam nada e não realizam nem o indispensável. E ainda, eles ousam além de sua potência, procurando o perigo, não o razoável, e permanecem cheios de esperança diante das adversidades; quanto a vocês, agem aquém de sua potência, não têm nem fé no que é certo, e julgam que nunca se livrarão dos seus males. Eles são infatigáveis, enquanto que vocês moderam seus esforços, eles se expatriam facilmente enquanto vocês não podem abandonar seu país; (...) Vitoriosos sobre seus inimigos, eles exploram ao máximo a vitória, e, vencidos, não se deixam abater (...). (TUCÍDIDES *apud* CASTORIADIS 2007, p. 245).

Seguindo as pistas deixadas por esses autores, podemos perceber com bastante clareza a influência marcante dos fatores sociais e culturais em nossa percepção do tempo. Deste

¹⁵ Grifos do autor.

modo, o tempo é repleto de temporalidades e uma hora, um mês, um ano vividos aqui no Brasil não são vivenciados da mesma forma na Inglaterra ou em uma tribo africana, por exemplo. E até em um mesmo país podemos identificar uma grande diversidade nas formas de viver e fazer o tempo em função do grau de desenvolvimento de suas regiões, do grau de urbanização, dos grupos e classes sociais ali existentes.

No entanto, observa-se que essa temporalidade descrita, choca-se a todo o momento com nossa temporalidade individual – fortemente marcada por nossos ritmos internos – que é comum a todo indivíduo e é obrigada a coexistir com os ritmos do tempo do mundo que não passa de uma invenção humana e a todo o momento tenta dissolver a nossa noção de tempo interior. Entretanto esse contato de origens tão distintas é sempre conflituoso e apesar de estarmos habituados e condicionados a seguir o ritmo de um tempo que nos é imposto, a nossa temporalidade individual sempre insistirá em ressurgir, como se fosse uma irmã mais velha exigindo a posse da chave da casa que lhe foi subtraída, evidenciando que, por mais que a temporalidade instituída tente encobrir nossa temporalidade efetiva, esta sempre estará presente.

3.3 O tempo na administração pública: uma temporalidade roubada

A administração pública está voltada para os interesses estatais, o que lhe confere um caráter altamente burocrático e, em certa medida, distante das demandas dos cidadãos. Enquanto nós estamos sujeitos às mais diversas temporalidades, que se estendem desde as sociais e instituídas às individuais, no serviço público, por sua vez, a temporalidade do indivíduo é omitida. Essas instituições não levam em consideração o fato de seus usuários e cidadãos possuírem uma temporalidade totalmente diferente do seu tempo burocrático. Assim sendo, ou os cidadãos incorporam o tempo burocrático intrínseco à administração pública ou se tornam excluídos dos processos nos quais estão envolvidos.

Whitrow (1993) explica que

O que distingue particularmente o homem da sociedade contemporânea de seus antepassados é que ele adquiriu crescente consciência do tempo. Assim que acordamos, pensamos em geral em que horas serão. Ao longo de nossa rotina diária estamos continuamente preocupados com o tempo e não cessamos de consultar nossos relógios. Em outras épocas, a maioria das pessoas trabalhava arduamente, mas se preocupava menos com o tempo do que nós. (...) Hoje somos governados por horários e muitos de nós carregamos agendas não para lembrar o que fizemos, mas para nos assegurarmos de que estamos no lugar certo, na hora certa. Temos uma necessidade sempre crescente de aderir a determinadas rotinas, de modo que as

complexas operações de nossa sociedade possam ocorrer de maneira regular e efetiva. Tendemos até a comer não quando sentimos fome, mas quando o relógio indica que está na hora da refeição. Em consequência, embora haja diferenças entre a ordem objetiva do tempo físico e o tempo individual da experiência pessoal, somos compelidos cada vez mais a relacionar nosso ‘agora’ pessoal ao cronograma determinado pelo relógio e o calendário. (WHITROW, 1993, p. 31).

Weber (1971, p.27) classifica a administração burocrática enquanto um “exercício da dominação baseado no saber.” Em sua concepção o conhecimento técnico proporciona às instituições burocráticas um extraordinário poder e dominação sobre todas as pessoas que se encontram dentro da sua esfera de autoridade. Para tanto, esse tipo de administração é baseado em critérios racionais e hierárquicos, que possui como características o formalismo e a impessoalidade. O primeiro é expresso por uma administração formalmente planejada, sendo a execução de suas ações realizada mediante as normas, que precisam constantemente ser modificadas de forma a se adaptarem às novas situações que por ventura venham a surgir. Já sobre a impessoalidade, o autor sugere uma tendência desse espírito formalista presente na administração burocrática se tornar algo “sem ódio ou paixões e, portanto, sem afeição ou entusiasmo. As normas dominantes são conceitos de dever estrito sem atenção para as considerações pessoais. Todos estão sujeitos a tratamento formalmente igual, isto é, todos na mesma situação de fato.” (WEBER, 1971, p. 28). Essas características apontadas pelo autor são, muitas vezes, necessárias em razão de permitirem uma maior eficiência do trabalho e da comunicação nas organizações se tornando, nos dias atuais, um elemento chave no atendimento às demandas do grande público (WEBER, 1971).

No entanto, de acordo com Motta e Pereira (1991, p.58) a concepção popular que temos hoje da burocracia, como um sistema ineficiente deriva do “excesso de burocratização, no excesso de formalismo e despersonalização que muitas vezes caracterizam as organizações”. Os autores salientam que esse fenômeno é confundido com a própria burocracia, mas na realidade é um de seus “efeitos imprevistos”, uma consequência indesejada que pode ser evitada por uma administração eficiente. Além disso, eles também apontam que esse excesso de burocratização pode gerar situações de constrangimento entre as instituições burocráticas e seu público, já que as relações pessoais são reduzidas ao mínimo e as peculiaridades dos casos individuais não são levadas em consideração. Em contrapartida, os cidadãos que dependem daqueles serviços prestados, acreditam que seu caso apresenta características que merecem um tratamento especial, partindo daí a grande maioria dos focos de conflitos. Diante da situação exposta pelos autores, parte considerável dos problemas

apresentados não é resolvida de forma adequada, o que envolve perdas tanto para os cidadãos quanto para as instituições burocráticas.

Outro ponto que também pode corroborar com tal indisposição entre os agentes públicos e os cidadãos é o fato de a Constituição Federal Brasileira limitar as ações das instituições públicas, uma vez que elas só podem fazer aquilo que a lei expressamente autoriza¹⁶, ao passo que as pessoas naturais estão livres para qualquer tipo de ação, desde que a lei vigente não as proíba ou que se silencie a respeito¹⁷. Ou seja, o primeiro exerce uma relação de subordinação à lei, enquanto o segundo exerce uma relação de não contradição com a mesma. Diante de tais normas constitucionais, os agentes públicos não podem lançar mão de critérios pessoais no ato das tomadas de decisões, mesmo que estas estejam voltadas para os interesses públicos, visto que eles só podem atuar com base na lei.

Segundo Pereira (1997), a burocracia estatal concentra-se prioritariamente nos processos, deixando de lado a alta ineficiência envolvida nos mesmos, pois na concepção vigente esse é o modo mais seguro de se evitar favorecimentos ilícitos e reafirmar o poder do Estado sobre os cidadãos. Para esse autor, o sistema administrativo impessoal, legal, formal e racional talvez até evitasse o nepotismo e a corrupção, mas é lento, caro e ineficiente.

Por meio de seu aparato burocrático, a administração pública atropela a temporalidade dos indivíduos, pois aqueles processos que se desenrolam no seio das instituições públicas, na grande maioria dos casos, não obedecem, embora devam, a tempos bem determinados com uma marcha concatenada e contínua de suas etapas. A burocracia, com a qual somos forçosamente obrigados a conviver, torna os processos nas instituições públicas descontínuos, com a realização atropelada de suas etapas e com longos espaços de tempos entre uma e outra (BONATO, 2008). Situações essas que, como veremos adiante, não levam em consideração as necessidades imediatas dos indivíduos – que tem o presente e o agora como categorias temporais dominantes – causando-lhes até mesmo situações de constrangimento, além de sérias consequências à preservação dos bens patrimoniais com o agravamento da entropia.

¹⁶ Art. 37 da Constituição Federal: a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade (...).

¹⁷ Art. 5º, inc. II da Constituição Federal: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

4 TERRITÓRIO X PATRIMÔNIO

O território é um importante instrumento metodológico de produção e interpretação socioespacial. Essa categoria conceitual é trabalhada por vários autores que, dependendo de sua linha de trabalho teórico-metodológica, ressaltam determinados aspectos dentro do território que podem ser: econômicos, políticos e culturais ou até mesmo mesclando mais de um desses. Diante disso, torna-se relevante que as diversas reflexões aqui apresentadas sejam explicitadas, enfatizando, principalmente, aquelas que mais se aproximam das preocupações teóricas e conceituais que orientam este trabalho na busca pela compreensão da realidade vivenciada pelas comunidades que residem nas áreas de entorno de bens patrimoniais.

4.1 O território e suas múltiplas dimensões

Raffestin (1993, p. 144), por exemplo, produziu uma análise do conceito de território abordando, especialmente, o caráter eminentemente político do território, associando-o ao espaço geográfico, enquanto substrato e palco de apropriação por atores diversos. Para esse autor, o território é “onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Nessa concepção, o território é caracterizado pelas relações de poder que as pessoas, grupos e organizações estabelecem entre si e para com os outros, podendo ser entendido também como uma base fixa, onde se localiza a nação e se projeta o trabalho humano. Ao se apropriar do espaço, de forma concreta ou abstrata, o homem acaba por territorializá-lo, visto que este – o espaço – é um palco pré-existente ao conceito de território. O autor ainda comenta que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sigmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).¹⁸

Santos (2006) aborda o território dentro de um enfoque político e cultural. Nesta obra o autor enfatiza a indissolubilidade e importância de se conhecer o território para as ações de

¹⁸ Ênfases do autor.

planejamento no mundo, da nação e do lugar; todos dominados pelo processo de globalização. É no território que teremos a mediação entre o mundo, a sociedade nacional e o local.

Para o autor:

O território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. (SANTOS, 2006, p.13).

Ainda para Santos:

O território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 2006, p. 14).¹⁹

Na abordagem de Santos (2006), é no território que se fundem a nação e o Estado Nacional, uma vez que um não se faz sem a existência do outro. O território usado é visto como algo muito próximo do espaço geográfico e não pode ser compreendido somente como um emaranhado de sistemas naturais e artificiais; o território vai muito além, ele é a base fixa onde o homem deposita seu trabalho, alicerça suas raízes e constrói sua identidade. O território é marcado pelo cotidiano e o abrigo de todos os homens, instituições e organizações.

Na análise de Marcelo Lopes de Souza (1995), o território também é definido por e a partir das relações de poder, e o poder não se limita ao Estado e não se confunde com violência e dominação.

Para o autor:

O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (Souza, 1995, p.86).²⁰

¹⁹ Grifos do autor.

²⁰ Ênfases do autor.

A visão desse autor reforça a interpretação de Santos (2006), trazendo para o debate uma concepção política e também cultural do território, o que evidencia a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades. O território é a representação espacial das relações de poder vivenciadas pelos grupos sociais, detentores de múltiplas diferenças culturais. Vindo ao encontro dessa questão, em 2009, Souza foi categórico ao afirmar que “a existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, (...); ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo com ele ser confundido”. (SOUZA, 2009, p.66). Além disso, para esse autor, as relações de poder no âmbito do território também podem ser expressas por meio de estabelecimento de normas e da imposição do seu cumprimento, sob pena de medidas repressivas morais ou materiais.

Souza (1995) ressalta ainda que a noção de território possui grande heterogeneidade de escalas espaciais e temporais. Sua abordagem principia-se na escala micro chegando até à macro:

Territórios existem e são construídos (e reconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN); territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes, séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também uma existência periódica cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81).

Outro estudioso da questão territorial, Haesbaert (2006) agrupou as várias concepções de território em três vertentes principais:

- Política: (...) a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. - Cultural (...) (ou simbólico-cultural): prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica (...): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2006, p.40).

Com a categorização dessas diferentes concepções contribuintes na construção do conceito de território, o referido autor faz distinção entre as mesmas, mas não as separa, pois elas fazem parte da realidade da produção do seu sentido e significado. Nesse contexto, o território se afirma como peça-chave na construção da identidade social, assim como produtor de aspectos econômicos e políticos.

Além disso, Haesbaert alerta que a ênfase na dominação do espaço traz como tendência a geração de territórios utilitários e funcionais, sem criar sentido e significados socialmente compartilhados e/ou relações de identificação com espaço vivido.

Assim, o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja, sobre o qual se constrói não apenas o controle físico, mas também laços de identidade social (...). Enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência o fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor. (HAESBAERT, 2002, p. 121).

A interação entre a dominação do espaço concreto e abstrato e a apropriação simbólica e emotiva, pelos sujeitos, deve compor a apreensão do conceito. Nesta interação ocorre a produção territorial. O território enquanto produto da interação se constitui numa relação desigual de forças, “envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectando-se contraditoriamente articulados”. (HAESBAERT, 2002, p.121). Ainda de acordo com esse autor, as sociedades tradicionais eram mais territorializadas, possuindo um maior vínculo e enraizamento com seu território, conexão essa que na sociedade moderna enfraqueceu.

Claval (1999, p.14), dentro de um enfoque mais humanista, também enfatiza que “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades”, o que indica que a identidade é atribuída pelo meio em que vivemos ou por alguns elementos existentes no mesmo, sendo esses de suma importância para a manutenção da identidade local.

4.2 O patrimônio no contexto territorial

O patrimônio, enquanto elemento de interlocução entre o passado e o presente, exerce grande influência no processo de estruturação do território. Seu conjunto de valores é capaz de (re) construir memórias e identidades, o que proporciona às localidades onde se encontram inseridos qualidades particulares.

Entretanto, trabalhos que abordam os processos de preservação do patrimônio apresentam uma maior ênfase na territorialidade de suas populações tradicionais, ao passo que o território tem uma abordagem teórico-metodológica pouco explorada e às vezes inexistente. De certo modo, isso ocorre em virtude do território estar ligado tradicionalmente a questões “macroestruturais” no âmbito da produção teórica das disciplinas como História Social,

Geografia Determinista, Economia Política, e Direito Constitucional. Em contrapartida a territorialidade sempre esteve relacionada a processos “microestruturais” voltados para a subjetividade dos indivíduos, principalmente no campo da Psicologia, Semiologia, Antropologia Cultural e Filosofia. (PENHA, 2005). As dificuldades metodológicas de integração entre as abordagens macro e micro focadas pela autora, podem ser percebidas com nitidez até mesmo na forma fragmentada das ações do poder público sobre o território, fato esse que se estende às cidades tidas como históricas, uma vez que, para Luchiari (2005), o governo urbano direcionado por uma “ideologia de planejamento empresarial” seleciona nessas cidades áreas que possam atrair o capital em detrimento de outras.

Na análise da referida autora, a preservação do patrimônio cultural está intimamente ligada a um processo seletivo de valorização das formas e práticas culturais, que traz consigo intervenções, decisões e escolhas que convergem em direção a um projeto político construído pela própria estrutura social da época. Esta abordagem explica, sob certa medida, o fato dos bens culturais tombados serem tradicionalmente representantes de grupos sociais hegemônicos. Além disso, dependendo dos objetivos dos agentes públicos sobre esses bens, novas formas de apropriação do território podem surgir, reordenando todo o seu conteúdo.

Em Santos (1999) encontra-se uma minuciosa análise acerca dos agentes formadores e transformadores do espaço geográfico, apontando a importância dos “objetos” e das “ações” em sua configuração e compreensão. Assim, o território enquanto extensão concreta do espaço também está sujeito às mesmas influências.

Para esse autor, é a partir da natureza que tudo se origina, ela tem a capacidade de prover todas as coisas, que são transformadas em objetos pela ação do homem através da técnica. Esta última, segundo Santos (2009), é empregada no espaço de forma desigual e seletiva, fator esse determinante e regulador do modo de vida das pessoas que nele vivem.

É por meio dos objetos e das ações que o espaço se estrutura e adquire forma, denominada por Santos (1999) de “meio ambiente construído”, onde também estão presentes aquelas formas herdadas do passado, que podem ser consideradas uma espécie de “rugosidade”, a qual é definida como tudo aquilo “(...) que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. (SANTOS, 1999, p. 113).

Em algumas cidades como Sabará, as ações/omissões tanto do poder público quanto do poder privado se concentram justamente nessas “rugosidades”. Nesse aspecto, o autor

ênfatiza que a capacidade de receber investimentos dessas localidades está associada às condições técnicas e organizacionais locais, tais como o suporte em infraestrutura, equipamentos, acessibilidade, leis locais e impostos (SANTOS, 1999). Estas características promovem para os investidores uma maior segurança quanto ao retorno em forma de lucro dos capitais investidos, acarretando obviamente uma verdadeira competição entre os lugares. Alicerçando-nos em D. Harvey, o autor também nós lembra que essa concorrência não se calca tão somente na atração de empresas voltadas para a produção, mas também na atração dos consumidores, através da criação de centros culturais ou até mesmo da invenção de paisagens urbanas agradáveis aos olhos dos visitantes. Em virtude da característica eminentemente dinâmica da sociedade, as formas e os objetos que se encontram inseridos nos mais diversos territórios, estão sempre assumindo novas funções para atender as demandas do mercado. Essas estratégias tanto por parte do poder público quanto por parte das empresas, buscam forjar, em muitas localidades, um ambiente muito mais propício ao consumo do que ao bem estar das pessoas que ali residem, transformando as cidades em um grande mercado a céu aberto. Esse é o caso de muitas normas de regularização urbana em vigor em municípios mineiros como Sabará, onde se torna visível a busca pela (re)valorização dos bens patrimoniais em função da readequação de muitos espaços para o turismo, de modo que “(...) o consumo estético das formas tem mais valor do que o seu uso social democrático”. (LUCHIARI, 2005, p. 99). Cabe ressaltar, que não se pode afirmar que essas intervenções no território sejam sempre constrangedoras para as comunidades locais, o problema que a crítica aponta talvez esteja em se atribuir um grande valor às formas em prejuízo das pessoas que vivem em seu entorno, afetando suas relações com o território e ao mesmo tempo produzindo novas territorialidades, questão que será analisada no estudo de caso a seguir.

5 SABARÁ

Neste capítulo, pretende-se construir um breve histórico da formação territorial do município de Sabará, como base para desenvolver o estudo específico dos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola. Discute-se também como as áreas de entorno dos bens patrimoniais são geridas pelo IPHAN e Prefeitura Municipal, buscando entender como a população local vê as imposições dessas instituições sob suas residências.

Vinculado à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) desde o dia 8 de junho de 1973 – quando foi sancionada a lei complementar federal nº14, que estabeleceu as primeiras regiões metropolitanas no Brasil –, o município de Sabará possui grande parte do território inserido no Complexo do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, fazendo limite com os municípios de Belo Horizonte, Caeté, Santa Luzia, Nova Lima, Raposos e Taquaraçu de Minas (FIG. 5).

Figura 5: Localização de Sabará na RMBH, segundo vetores de expansão urbana



Fonte: Souza, 2008

Com um território de 304 km², Sabará possui uma população é de 126.269 habitantes, sendo composto de quatro distritos, sendo eles: Carvalho de Brito, Mestre Caetano, Ravena e Sede. Esse município constitui-se como a principal cidade do vetor de expansão leste da RMBH, compreendido também pela cidade de Caeté. Em virtude de sua proximidade geográfica e da maciça oferta de loteamentos populares nas décadas de 80 e 90, Sabará encontra-se integrada fisicamente a Belo Horizonte, o que chega a formar, segundo Henrique (2006), os chamados “corredores urbanos”, pois os limites da malha urbana entre os dois municípios se interpenetram. Esses fatores lhe conferem, entre outras atribuições, a vocação de “cidade dormitório”, uma vez que grande parte da população de Sabará trabalha e estuda fora da cidade – principalmente em Belo Horizonte – retornando ao município apenas no fim do dia. Esse deslocamento é observado em todos os segmentos da sociedade sabarense; entretanto, a sua maior incidência está na população de menor poder aquisitivo, “que se dirige diariamente a Belo Horizonte para trabalhar ou para ter acesso a serviços mais avançados de comércio, saúde e educação”. (HENRIQUE, 2006, p.85).

Observa-se em Sabará uma grande disparidade entre o centro histórico e periferia e em virtude da valorização da região central, a população que chega à cidade ou a decorrente de seu próprio crescimento vegetativo, vê-se obrigada a recorrer à periferia para se instalar. Alguns bairros como Ademolandia, Pompeu, Jardim Borges e Nossa Senhora de Fátima sofrem com a precariedade dos serviços oferecidos pela Prefeitura local, como a falta de saneamento básico, transportes, escolas, hospitais e pavimentação das ruas. Em vários locais não há água tratada e o esgoto flui a céu aberto, penalizando a população residente.

5.1 Formação territorial

A origem de Sabará está supostamente atrelada à chegada da bandeira paulista de Fernão Dias Paes na região, no final do século XVII, trazendo consigo seu genro Manoel de Borba Gato. Segundo Lima Júnior (1965), essa região era ponto de apoio dos paulistas que procuravam a partir do Rio das Velhas, as lendárias minas de Sabarabuçu²¹, dando origem ao povoado de Roça Grande, hoje denominado Roças Grandes, distrito de Sabará. Os registros

²¹ Segundo Lima Júnior (1965), a Serra do Sabarabuçu se refere à lenda da serra resplandecente de Prata, que povoava a imaginação dos colonos e aticava a cobiça dos Reis de Portugal. Mais tarde, descobriu-se, que a dita será era na verdade a Serra da Piedade.

históricos não indicam com certeza a data de fundação do arraial. Porém, segundo Passos (1940), a região foi primeiramente devassada e ocupada por aventureiros ou vaqueiros advindos da Bahia pelos Rios São Francisco e das Velhas (FIG. 6), fato esse que antecedeu os intentos ambiciosos de Fernão Dias Paes e de seus companheiros paulistas.

Figura 6: Croqui de ocupação da cidade de Sabará

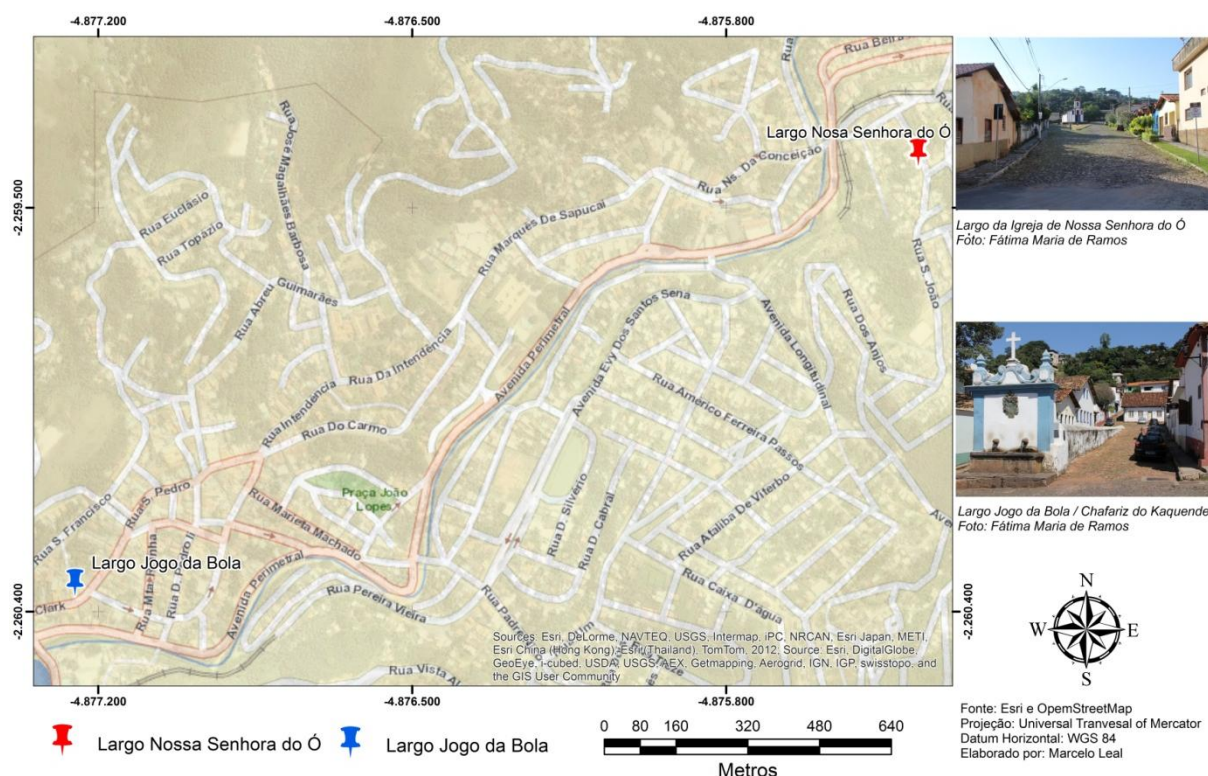


Fonte: Arrelaro *apud* Silva, 2010

Certo é que Borba Gato tornou-se liderança local, influenciando a ascensão do arraial de Sabarabuçu à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 1711 (LIMA JÚNIOR, 1965). Conforme Magalhães et al (2002), nesta época Sabará era a vila mais populosa e rica da comarca do Rio das Velhas, grande fornecedora de escravos e mantimentos para outras partes da Minas. A sua posição estratégica fez da Vila Real o mais importante empório comercial de Minas Gerais, assim como o maior centro de ourivesaria do Brasil, possuindo o melhor artesanato não só de alfaias sacras, como de joias de todo gênero. Essa região atraía muitos desbravadores, devido à vasta quantidade de reservas auríferas presentes no local. Com isso, segundo Passos (1940) surgiram nas proximidades outros arraiais como o de Tapanhuacanga, da Barra do Sabará, de Sant'Ana, de Santo Antônio da Mouraria, da Roça Grande, dos Porcos, da Cachoeira e o do Largo do Rosário (FIG. 6). Sendo os dois

primeiros correspondentes a atual localização dos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola (FIG. 7).

Figura 7: Mapa de localização atual dos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola em Sabará - MG



Em 1714, a Capitania de Minas foi instituída, sendo a Vila Real sua sede, pois essa localidade era um dos núcleos de mineração da província que mais ouro encaminhava à Coroa portuguesa. De acordo com Passos (1940), muitas vezes era a vida útil das lavras de mineração que definia a durabilidade dos núcleos de povoamento. Nesses locais, foram erguidas as primeiras capelas, sendo posteriormente substituídas por edificações mais imponentes; normalmente eram em torno delas que surgiam os arraiais. Ainda segundo o autor, o grau de desenvolvimento das vilas poderia ser percebido pelo esplendor de sua arquitetura religiosa, uma vez que as transformações ocorridas na sociedade se refletiam nas Igrejas, tornando as mesmas um bom indicativo de riqueza da época. Com a grande quantidade de ouro encontrada em suas minas e rios e o surgimento de uma sociedade opulenta, tornou-se possível a construção de inúmeros sobrados e igrejas, que hoje são testemunhas vivas dessa época. Dentre as edificações desse período têm-se as Igrejas de

Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Conceição, de São Francisco e de Nossa Senhora do Ó.

O processo de ocupação da cidade de Sabará ocorreu de forma totalmente dispersa, em áreas de melhor topografia e privilegiando as margens dos rios (IBGE, 1959). De acordo com Lima Junior (1965), da mesma forma que as demais cidades mineradoras do século XVIII, esse município também adotou a ornamentação portuguesa como padrão. E, assim como as construções religiosas, as casas civis passaram por um período de transição. No início eram construídas pequenas taperas que, aos poucos, foram substituídas por casas com fundações mais resistentes, cobertas com telhas ao invés de palha, como era de costume na época. O material utilizado com maior abundância era a taipa, embora, o referido autor também relate, em seus escritos, o uso da pedra. No entanto, o emprego desse material foi marcante somente na porção sul do Rio das Velhas, uma vez que nessa região essa matéria prima era encontrada com facilidade. Contudo, à medida que se direciona para o norte, ao longo do Rio das Velhas, observa-se o uso exclusivo da taipa.

Mesmo com a redução da extração aurífera no final do século XVIII, a mineração ainda continuou sendo uma importante atividade comercial para a cidade. Várias empresas passaram a explorar as jazidas de ouro do município, dentre elas a empresa inglesa Morro Velho sucedida em 1975 pela AngloGold. Em 1893 foi construída a estrada de ferro que liga Sabará a Santa Luzia, sendo que em 1895 foi implantada a estação Central do Brasil na Região.

Assim, dá-se início ao “ciclo do ferro” com a instalação da Companhia Siderúrgica Mineira na cidade, em 1917. Mais tarde, em 1921, essa empresa passou a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, atualmente denominada de ArcelorMittal. Segundo Garcia (2004), essa indústria foi a maior produtora nacional de ferro gusa até o início das operações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1946, movimentando uma imensa leva de trabalhadores para a região. Com a vinda dessa indústria, Sabará passou por grandes transformações, tanto no que se refere ao modo de vida, quanto na arquitetura local. Essa nova configuração do espaço culminou na reconfiguração das práticas materiais e temporalidades existentes na cidade (MASSEY, 2008; HARVEY, 2009). Esse período foi marcado pela construção de vilas operárias próximas a siderurgia e a Igreja Nossa Senhora do Ó, totalizando até meados de 1950 um total de 567 casas. Na ótica de Blay (1979), o surgimento das vilas operárias, em meio ao processo de industrialização brasileira, constitui uma das etapas de formação do operariado urbano. Sendo assim, essa iniciativa foi um

mecanismo eficaz de preservação e controle da social da força de trabalho. As moradias, oferecidas pela indústria, cumpriam o papel de atrair a escassa mão de obra qualificada existente no período, fixando e submetendo o trabalhador à lógica fabril, pois “perder o emprego representava perder a própria casa.” (BLAY, 1979, p. 79). Além de exercer esse fator de pressão sobre os trabalhadores, a autora também ressalta que essas moradias, nas proximidades das fábricas, também eram uma forma de investimento imobiliário para a empresa, uma vez que elas eram alugadas aos trabalhadores, permitindo aos empresários um aumento expressivo em seus lucros. Esse procedimento estabelecia vínculos dos operários com a siderúrgica e ao mesmo tempo impunha uma relação de sujeição dos trabalhadores aos empresários. Como veremos a seguir, no Largo Nossa Senhora do Ó a situação não era muito diferente, fruto da especulação imobiliária pela ação de empreendedores, seus moradores relatam que a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira só vendeu as casas a seus operários, em virtude da Prefeitura começar a cobrar impostos individuais sobre as residências, o que consequentemente diminuiria os lucros da empresa.

5.1.2 Largo Nossa Senhora do Ó

O termo largo é comumente utilizado para designar as porções de terras que circundam uma igreja ou residência. O Largo do Ó, que está localizado no bairro Siderúrgica em Sabará, tem sua origem atrelada à construção de uma pequena igreja no antigo Arraial de Tampanhoacanga, sendo esta considerada por muitos uma das obras primas do barroco mineiro. Segundo Passos (1942), o Arraial de Tampanhoacanga era um aglomerado de vários pequenos arraiais que se situavam entre as pontes da Igreja Velha e de João Velho Barreiro sobre o Rio Sabará afluente do Rio das Velhas. O seu povoamento data das primeiras décadas do século XVIII, quando uma grande quantidade de ouro de aluvião foi encontrada na região, culminando na ocupação dessa localidade por mineradores.

Assim, em 1717, os devotos de Nossa Senhora da Expectação do Parto que residiam no arraial solicitaram ao Senado da Câmara da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará algumas braças de terra, pois estavam “fabricando uma capela à mesma Senhora no Arraial de Tampanhoacanga, em um campestre que fica por trás do dito arraial, fora da rua pública (...)” (PASSOS, 1940, p.153-154). Os estudos de Vasconcellos (1964) nos demonstram que a precária capela de 1717 foi substituída por outra definitiva, em 1719. Nessa época, o capitão-mor Lucas Ribeiro de Almeida contratou o ajudante Manuel da Mota

Torres para executar a obra da futura Igreja. Acredita-se que no final de 1720, a obra já estivesse concluída, isso porque em 29 de dezembro desse ano, realizou-se uma festa em homenagem a padroeira, sendo efetuado por parte do capitão-mor Lucas Ribeiro de Almeida, um depósito de um ex-voto na Igreja em agradecimento a suposta interferência de Nossa Senhora da Expectação do Parto em uma tentativa de assassinato contra sua pessoa. Esse ex-voto encontra-se até hoje na parede da nave situada ao lado esquerdo da Igreja Nossa Senhora do Ó.

Essa edificação pode ser considerada uma das mais importantes construções religiosas do país, sendo uma típica representante da primeira fase do barroco de forte influência europeia. “Sua estrutura é à base de barro e madeira, sob o processo de taipa ou adobe.” (ÁVILA, 1984, p.36). Apesar de sua arquitetura marcada pela simplicidade, o seu interior é absolutamente exuberante, com uma explosão de azul, dourado e vermelho. A talha do altar é composta por colunas, ornamentadas com cachos de uvas e videiras. Existem também painéis pintados em ouro com motivos chineses, sendo seus personagens representados com olhos amendoados ou orientais. Esse monumento foi tombado pelo IPHAN em 13/06/1938, sendo inscrito no livro de Belas Artes, vol. 1, folha 20, inscrição nº 100, processo 67 – T-38 (FIG. 8).

Figura 8: Fachada e interior da igreja Nossa Senhora do Ó – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Segundo Machado (2009), nessa região, havia uma grande quantidade de fazendas e chácaras que se localizavam à direita, à esquerda e atrás das terras da Igreja. Entretanto, observa-se que no final do século XIX muitos proprietários de terras acabaram comercializando ou até mesmo abandonando suas propriedades. No início do século XX, um antigo zelador da igreja denominado José Elói manteve na região do Largo Nossa Senhora do Ó uma pequena fazenda destinada à criação de gado. Essa propriedade ocupava as terras que faziam esquina com o largo e a Rua Nossa Senhora do Ó. A autora também relata que, possivelmente, essas terras acabaram sendo ocupadas por posseiros que nelas construíram residências bem simples e mais tarde fizeram valer do direito de usucapião (FIG. 9 e 10).

Figura 9: Largo a partir da Rua Nossa Senhora do Ó – Em 1943



Fonte: Arquivo Público Mineiro/ Coleção Municípios Mineiros - Fotografia colorizada de Ferber

Figura 10: Visão do Largo a partir da Rua Nossa Senhora do Ó – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Machado (1999) também descreve que, anos depois, várias dessas moradias foram compradas por Nicolau Munaier e, quando a siderúrgica interessou-se em adquirir tais residências a fim de que fossem alugadas a seus funcionários, delegou a Antônio Géó, um antigo comerciante da região, as negociações das mesmas com o referido proprietário. Segundo relatos de seus moradores, entre os anos de 1915 e 1920, esse mesmo comerciante, Antônio Géó, também construiu algumas casas no Largo para que fossem alugadas aos operários. Porém, tempos depois, a companhia efetuou a compra desses imóveis, assim como daqueles primeiros pertencentes a Nicolau Munaier. Na década de 1960 a siderúrgica vendeu todas as casas de sua propriedade a seus funcionários e como se percebe nas figuras 8 e 9, com o decorrer dos anos esse local passou por transformações, as ruas foram calçadas, as árvores cortadas e as edificações sofreram modificações.

Em uma paisagem delicada que “mais se parece um cromo de cartão postal em alto relevo” (SANTA ROSA, 1974, p. 42), as casas do Largo Nossa Senhora do Ó se alinham vertente acima até chegar à pequena capela (FIG. 10). O largo que fica junto à Igreja de Nossa Senhora da Expectação do Parto ou de Nossa Senhora do Ó²², ocupava inicialmente trezentas braças²³ de terra (MACHADO, 1999), o que corresponde aproximadamente a 660m. No entanto, atualmente, essa área é bem menor.

Implantada sobre um pequeno adro de pedra elevado sobre o terreno, o acesso à entrada principal da Igreja Nossa Senhora do Ó ocorre através de uma escada também de pedra. Essa edificação faz frente para o Largo Nossa Senhora do Ó, que vai se estreitando e direcionando a visão do observador para as serras e bairros adjacentes. Hoje, o Largo do Ó é composto de quatro pequenos estabelecimentos comerciais e 21 residências. Por meio do croqui que se encontra na página seguinte, podemos observar como se encontra a distribuição espacial dessas edificações (FIG.11). Nos dias atuais, a quase totalidade de seus moradores é composta por pessoas idosas, representantes do ex-operariado da siderurgia ou viúvas dos mesmos, que ali residem há mais de 40 anos e até hoje ainda acertam seus relógios pelo apito da siderúrgica.

²² Esse título tem origem nas antífonas da novena rezada naquela igreja.

²³ Nesse período uma braça correspondia a 2,2m.

Figura 11: Croqui de distribuição das edificações do Largo Nossa Senhora do Ó



Organizadoras: Fátima M. Ramos e Simone R. Domingues

Fonte: IPHAN/Prefeitura Municipal de Sabará – Mapa de Volumetria

5.1.3 Largo do Jogo da Bola

Localizado no antigo Arraial da Barra, o Largo do Jogo da Bola situa-se atrás do Chafariz do Kaquende na região central da cidade de Sabará. Ao contrário do Largo Nossa Senhora do Ó, que mesmo escassas ainda se consegue algumas informações a seu respeito, sobre o Largo do Jogo da Bola praticamente não há nenhum tipo de registro sobre sua origem e desenvolvimento. As poucas informações encontradas sobre essa localidade, geralmente se referem ao Chafariz do Kaquende²⁴ ou à rua de mesmo nome, que é paralela ao largo e constitui-se como sua principal via de acesso. Entretanto, não há como negar que, desde sua construção, esse monumento exerce uma grande influência sobre a região e até os dias atuais ele ainda é utilizado pelos passantes que se servem de sua água. Com base em documentações da Câmara, até meados do século XIX, esse local era denominado de Largo “Atrás do Chafariz”. Esse monumento é famoso por suas lendas, que segundo populares, quem bebe de suas águas não mais se muda de Sabará e se for um visitante, sempre voltará à cidade. Além disso, a crendice popular também admite que a água do Kaquende desaparecerá quando as mãos humanas tentarem restringir ou controlar o seu uso.

Segundo Machado (1999) esse chafariz é datado de 1757, sua estrutura é de alvenaria e pedra sabão, com duas bicas que jorram água da nascente, onde é captada, caindo sobre um tanque de pedra, que data da construção original. Na sua parte posterior há um canal fechado de aproximadamente 150 metros, também em pedra, que conduz a água de sua nascente até o chafariz, esse conduto transpõe o largo dividindo-o longitudinalmente. As laterais dessa fonte são compostas por duas pequenas torres com uma cruz ao centro (FIG. 12). A autora também relata que inicialmente sua fachada era ornamentada em com figuras de armas imperiais, porém, após a consolidação do Estado brasileiro, as armas portuguesas foram retiradas, por um suposto mando de D. Pedro I. Esse monumento foi tombado pelo IPHAN em 07/02/1950, no livro das Belas Artes, vol. 1, folha 71, inscrição nº351, processo 418- T- 49.

²⁴ Nome de origem iorubá que significa mercado, comércio.

Figura 12: Chafariz do Kaquende – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Ainda de acordo com Machado (1999), antigamente nas adjacências do Largo do Jogo da Bola, mais especificamente a Rua Kaquende, era a principal via de escoamento das mercadorias que vinham e saíam pelo Porto da Ponte Grande, no Rio das Velhas. Havia nessa região um dinâmico mercado de escravos, onde também acampavam as tropas para comprar e vender mantimentos e animais como açúcar, sal, carne, mandioca, cachaça, fumo, rapadura, cavalos, burros e mulas. Nessa rua, assim como no próprio Largo do Jogo da Bola, também moravam importantes ourives, que utilizavam o ouro encontrado com facilidade na região para criar suas peças. Segundo a autora, as joias que eram produzidas nessa região eram comercializadas em vários países europeus.

Nos dias atuais, o Largo do Jogo da Bola é constituído por apenas cinco imóveis, sendo que somente dois possuem moradores (FIG. 13).

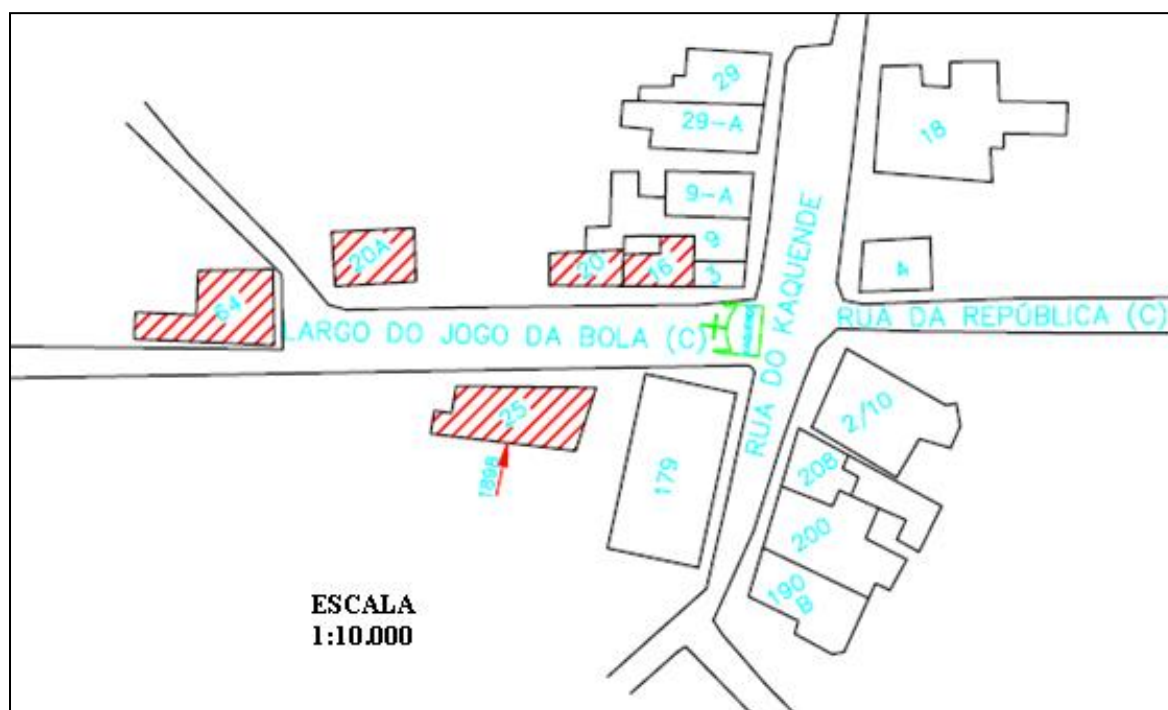
Figura 13: Vista do Largo do Jogo da Bola a partir da Rua Kaquende – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

As edificações restantes são ocupadas por estabelecimentos comerciais sendo eles: um depósito de revenda de gás de cozinha, um comitê partidário e um salão de festas. No croqui, observa-se a disposição atual de tais estabelecimentos e residências (FIG. 14).

Figura 14: Croqui de distribuição das edificações do Largo do Jogo da Bola



Elaboração: Fátima M. Ramos e Simone R. Domingues

Sobre base: Mapa de Volumetria do distrito Sede - IPHAN/Prefeitura Municipal de Sabará

5.2 Largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola: relações espaço-temporais

No que tange às práticas materiais e a temporalidade efetiva que se estabelecem no Largo do Ó e do Jogo da Bola, percebe-se nitidamente que nessas duas localidades os laços de vizinhança ainda são muito presentes entre seus moradores. Todos se conhecem pelo nome e suas trajetórias de vida se constroem e entrelaçam simultaneamente em um cotidiano²⁵ presente e passado, que cria laços dando alma ao lugar (MASSEY, 2008).

Morar, trabalhar, rezar, festejar. São nesses momentos que as práticas materiais das pessoas que ali vivem se constroem. Várias manifestações de diversas arquiteturas mostram a evolução de tempos diferentes, contando a história local e de seus moradores, pessoas que até hoje acertam seus relógios pelo apito da usina, como é o caso dos moradores do Largo do Ó. Temporalidade essa que hoje em dia não está mais tão ligada à produtividade de uma fábrica, mas que nem por isso deixou de comandar e até mesmo disciplinar a vida das pessoas que vivem na região (LE GOFF, 1980; FOUCAULT, 1988).

Nas manhãs ensolaradas, Senhor Jorge, aos 88 anos, abre seu pequeno comércio que é o mais antigo da região²⁶, onde vende balas e doces. Dona Nair, mulher de 76 anos, sai para fazer compras no mercado e observa os turistas que chegam para visitar a igrejinha. Logo acima, uma família também observa da janela de sua casa o vaivém das pessoas.

Aos poucos, o bate-papo nos portões vai surgindo. É hora do almoço e a calmaria torna-se ainda mais presente, muito ao contrário dos tempos áureos da siderúrgica, em que, segundo relatos, “a rua ficava escura de tantos trabalhadores uniformizados”²⁷. No início da tarde, algumas poucas e raras crianças brincam na calçada com vista para a igreja barroca.

É quinta-feira: Dona Lúcia se dirige à igreja para a limpeza semanal e o engomar das toalhas, a noite haverá celebração. No decorrer da semana, diversos movimentos religiosos surgem em seu interior.

O tempo passa... E a tranquilidade do Largo rompe-se com as festividades de São João, no mês de junho, que se estendem por duas semanas com barraquinhas, quentão, canjica, bingos, quadrilhas e shows. Tudo preparado pelos próprios moradores. É a maior festa da

²⁵ Segundo De Certeau (1996, p.31), o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha) nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta outra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

²⁶ Esse comércio está instalado no Largo há cerca de 30 anos.

²⁷ Entrevista realizada em 23/02/2012 com a moradora do Largo do Ó Maria de Lourdes.

comunidade. Na semana que antecede o Natal, a grande homenageada é Nossa Senhora da Expectação do Parto – a Nossa Senhora do Ó. Segundo relatos de seus participantes, nessa comemoração, as novenas se estendem durante toda a semana. Momentos esses, que, em tempos remotos, eram conduzidos ao som de violinos e violoncelos de seus moradores.

Já nas proximidades do Largo do Jogo da Bola, nota-se um comércio um pouco mais dinâmico, apesar de sua pujança ser totalmente diferente daquele existente no século XVIII (MACHADO, 1999). Artistas e artesões da própria cidade e de outras partes do Estado ali instalaram seus ateliês. Em sua casa, de frente para o chafariz, Dona Maria Marta de 69 anos e moradora do Largo do Joga da Bola há 46 anos confecciona palmas barrocas para serem vendidas aos turistas. Da janela de sua sala, ela observa as pessoas que se dirigem até o chafariz para tomar a água que jorra em suas torneiras. Em dias de festas, sua atenção para com o chafariz aumenta, pois há um grande receio de que os visitantes façam uso indevido do monumento.

Em Sabará, vários eventos de motivos culturais e religiosos acontecem no decorrer do ano. Mesmo sendo de uma forma indireta e até mesmo excludente, contata-se que são nesses momentos que as diversas trajetórias tanto dos moradores locais quanto dos visitantes se entrelaçam (MASSEY, 2008). Com a chegada dos turistas, parte das relações que se estabelecem nessas localidades se tornou permeada pelo dinheiro, atribuindo novas qualidades no espaço (HARVEY, 2009). Diante disso, alguns modos de vida da cidade tendem a se apresentar muito mais como tradições a serem recordadas que como práticas cotidianas, pois estas estão sujeitas a serem confundidas com eventos puramente turísticos. Além dos turistas, as práticas espaciais cotidianas dos moradores dessas duas porções do município também se entrelaçam com as trajetórias e ações dos agentes representantes dos órgãos que tutelam os bens patrimoniais na cidade (HARVEY, 2009). Contudo, devemos estar cientes de que, por se tratarem de relações que se estabelecem em sistemas contínuos e abertos (MASSEY, 2008), elas passam por transformações frequentes e é exatamente nesses momentos que os bens patrimoniais ali existentes desempenham um importante papel na manutenção dos valores e identidade local.

5.3 Gestão das áreas de entorno dos bens tombados: abordagem dos instrumentos legais de planejamento

Ao longo do desenvolvimento das medidas de preservação dos monumentos históricos, o papel das áreas circundantes aos bens tombados foi influenciado por diversas recomendações nos níveis regional e internacional. Segundo Castriota (2009) essas áreas que reconhecemos atualmente como “entorno” receberam várias designações diferentes. Assim, de arredor, elas passaram a ser denominadas de vizinhança, sendo que em meados do século XX, esse conceito amplia-se para entorno. Entretanto até os dias atuais, os critérios de definição dessas áreas de entorno não são claros, deixando uma lacuna na legislação vigente.

De uma forma geral, os trabalhos relacionados às áreas do entorno dos bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dividem-se em duas fases distintas. Segundo dados levantados em 2007, pela própria instituição, a primeira delas desdobra-se até a década de 1960, sendo marcada por grandes demandas judiciais e limitações à propriedade. E a segunda, estende-se de meados dos anos de 1960 até a sua consolidação na década de 1980, com destaque para o turismo cultural, uma maior interação com os moradores das cidades e o envolvimento das prefeituras no processo de preservação. Nesse período a palavra “entorno” já era utilizada por seus técnicos desde a década de 1970, para designar as áreas vizinhas aos bens tombados, cuja preservação era necessária para manter a integridade física e o valor cultural dos mesmos.

A influência que esse conceito sofreu ao longo dos tempos se refletiu diretamente nas práticas brasileiras, gerando novas reflexões acerca do assunto. Dentre os documentos que contribuíram para esse processo têm-se aqueles emitidos por organizações intergovernamentais, como as convenções e as recomendações de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização dos Estados Americanos (O.E.A) e outros produzidos por associações profissionais. Esses últimos, mesmo não gerando compromisso estatal, como aqueles produzidos pelos agentes intergovernamentais, acabam conquistando uma grande relevância internacional como, por exemplo, a Carta de Veneza, procedente do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos que deu origem ao Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios de Veneza–ICOMOS.

Em 1937, antes mesmo da criação do IPHAN, as Cartas de Atenas de 1931 e 1933 já norteavam os princípios para os cuidados no tratamento das áreas que envolvem os bens

tombados. Assim, o item III da Carta de 1931 que trata sobre a valorização dos monumentos faz as seguintes recomendações.

(...) respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.
Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.
Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo.
Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telégrafos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004, p. 14).

Essa carta indicou os princípios da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atualmente denominado IPHAN – no início de seus trabalhos. No texto do Art. 18 do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, percebe-se uma atenção que se restringe à necessidade de eliminação da publicidade nas áreas próximas aos bens tombados, fazendo referência aos cuidados com a vizinhança e a visibilidade.

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937).

Segundo Andrade (2010), ao se referir ao termo vizinhança, o referido decreto não abarca somente as edificações limítrofes ao bem tombado, mas todo aquele ambiente que guarda certa distância do mesmo.

Já a Carta de 1933, mesmo não estando voltada para as questões concernentes à preservação, também influenciou fortemente as ações do IPHAN. Vislumbrando a cidade moderna e sua relação com o patrimônio histórico, o item 69 traz a seguinte referência.

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes.
É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004, p.53-54).

Visando uma “higienização” das cidades que buscavam a todo custo se tornarem modernas, esse documento incentivava a destruição dos casarios seculares que estavam fixados no entorno dos monumentos, onde, em contrapartida, seriam criadas áreas verdes. Assim, para o IPHAN (2007), a política de preservação do patrimônio assume uma postura de preservação do bem isolado, não considerando aquilo que o cerca. Essa tese influenciou fortemente o grupo de profissionais ligado ao movimento modernista, que participou da fundação do IPHAN em 1937, daí sua importância no contexto brasileiro. Mesmo sendo formulada a partir da conjuntura dos países europeus, essa carta tornou-se referência ao longo das décadas de 1940 até 1980 para se dirimir impasses em algumas cidades do país, como é o caso do Rio de Janeiro, que teve a demolição de alguns imóveis cogitada ou até mesmo implementada, na busca pela ampliação da visibilidade da cidade.

Nos apontamentos do IPHAN (2007), somente no final da década de 1960 esse tema reapareceu de forma decisiva no cenário mundial. Em 1962, a UNESCO publica a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios; em 1964, a Carta de Veneza pelo ICOMOS; em 1967, as Normas de Quito pela OEA e em 1968, a Recomendação Sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas, também pela UNESCO.

Nas recomendações de 1962 e 1968 da UNESCO, fica explícita a atenção voltada para as áreas circunscritas nas proximidades dos monumentos. O documento de 1962 sugere que “(...) uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades dos monumentos (...)” (IPHAN, 2004, p. 83). Ao se construírem novos edifícios esses devem “(...) estar em harmonia com a ambiência que se deseja salvaguardar.” (IPHAN, 2004, p. 84). Os terrenos e imóveis que se situam nas imediações de um monumento notável devem receber proteção legal e ainda “qualquer publicidade deveria ser proibida nos sítios protegidos por lei e em suas imediações (...)” (IPHAN, 2004, p. 87).

Já a Recomendação de 1968 adverte que:

Os bairros históricos dos centros urbanos ou rurais e os conjuntos tradicionais deveriam estar registrados como zonas protegidas e uma regulamentação adequada para preservar o entorno e seu caráter deveria ser adotada, permitindo, por exemplo, determinar e decidir em que medida poderiam ser reformados os edifícios de importância histórica ou artística e a natureza e o estilo das novas construções. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004, p. 133).

E prossegue:

A preservação dos monumentos deveria ser uma condição essencial de qualquer plano de urbanização, especialmente quando se tratar de cidades ou bairros históricos. Os arredores e o entorno de um monumento ou de um sítio protegido por lei deveriam também ser objeto de disposições análogas, para que seja preservado o conjunto de que fazem parte e seu caráter. Deveriam ser permitidas modificações na regulamentação ordinária relativa às novas construções, que poderia ser suspensa quando se tratar de edificações a serem erigidas em uma zona de interesse histórico. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004, p. 133).

Entretanto, para o IPHAN (2007), foi a Carta de Veneza que se tornou referência para a preservação das áreas envoltórias dos monumentos no Brasil durante um longo período. Nesse documento, fica explícito o fato do “monumento ser inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa.” (IPHAN, 2004, p. 93). A estreita ligação entre as obras e o seu meio foi de suma importância para o conceito de ambiência adotado no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Nesse período, as questões relacionadas à visibilidade exigida por lei adquiriu um caráter menos literal. Nesse sentido, Castro (1991) tece o seguinte comentário.

Não se deve considerar que prédio que impeça a visibilidade seja tão somente aquele que, fisicamente, obste, pela sua altura ou volume, a visão do bem; não é somente esta a hipótese legal. Pode acontecer que prédio, pelo tipo de sua construção ou pelo seu revestimento ou pintura, torne-se incompatível com a visão do bem tombado no seu sentido mais amplo, isto é, a harmonia da visão do bem, inserida no conjunto que o rodeia. Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. (CASTRO, 1991, p.118).

Nessa época, como dito anteriormente, o turismo era visto como a saída para o desenvolvimento econômico e a preservação patrimonial de muitas cidades de nosso país (SANTOS, 1999). A evolução inicial da ideia de entorno, que se sustentava na preservação da visibilidade do bem tombado, para uma noção atual que está ligada à garantia de manutenção de sua ambiência, acabou por acarretar algumas consequências no processo de preservação dos bens patrimoniais. A esse respeito Fonseca (2005, p. 200) é categórica ao afirmar que “é evidente que essa nova orientação, centrada no conceito de ambiência, implica, mais ainda que a anterior, a colaboração dos moradores para ser implementada”. O que, conseqüentemente, em seu ponto de vista, fez com que a compreensão e definição atual do entorno do bem tombado tornasse alvo de grandes demandas e atritos.

No ano de 1994, o Documento de Nara – que se originou a partir da Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial, evento esse idealizado pela

UNESCO, ICCROM²⁸ e ICOMOS – trouxe à baila uma forte discussão acerca da autenticidade, como o próprio nome do evento indica. Essa questão tornou-se um princípio de primeira grandeza para que o monumento fosse elevado à categoria de patrimônio mundial.

Durante o encontro do Cone Sul²⁹, que ocorreu em 1995, originou-se a Carta de Brasília, que aborda o entorno dos bens tombados da seguinte maneira.

Conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos com um valor patrimonial pressupõe a manutenção de seu conteúdo sócio cultural, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto rural. Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade. Para isso, é necessário criar normas especiais que assegurem a manutenção do entorno primitivo, quando for possível, ou que gerem relações harmônicas de massa, textura e cor. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004, p. 326).

Esse documento, de âmbito regional, endossa os anteriores reconhecendo as áreas que envolvem os bens tombados como um elemento capaz de certificar a autenticidade dos bens patrimoniais. Cabe ressaltar que sua condição de autenticidade não fica restrita apenas àquelas características que são próprias do momento enquanto objeto, mas sim por uma imensa gama de informações que o extrapolam fisicamente.

Nessa perspectiva, em 1998, a Lei 9605 – sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente – complementa o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. No artigo 63 da seção IV, que diz respeito aos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, tem-se a seguinte referência:

Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especial protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida. (BRASIL, 1998).

No artigo 64 continua:

Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida. (BRASIL, 1998).

²⁸ Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais.

²⁹ Grupo de países formado por Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai.

Para Andrade (2010), embora a legislação brasileira considere a importância do ordenamento nas proximidades do bem tombado, as questões relacionadas à ambiência não são abordadas com profundidade, pois o foco de suas atribuições ainda é direcionado quase que exclusivamente ao bem tombado enquanto objeto. Além disso, a normalização vigente concentra seus esforços na punição de alguns atos, deixando de lado a gestão do território, definição e delimitação das áreas de seu entorno. No que diz respeito a esse último quesito, a autora ressalta que, na prática, essas delimitações são baseadas apenas nos campos visuais determinados pelos técnicos responsáveis.

A esse respeito, diz Andrade:

Essa ausência de critérios métricos gerou pontos positivos – uma vez que a normalização mecanizada esvazia as peculiaridades espaciais e jurídicas do entorno de determinado bem – e negativos – já que não há rapidez para assegurar o reconhecimento legal do entorno em áreas de interesse e especulação imobiliária. Os pontos negativos são reforçados pela não concomitância entre a inscrição do bem no livro do tombo e a determinação da delimitação e diretrizes de ordenamento do entorno. (ANDRADE, 2010, p.10).

Para a autora, ainda que o IPHAN tenha regulamentado, por meio da Portaria nº11 de 1986, a forma de tratamento das áreas de entorno do bem tombado no ato de abertura do processo de tombamento, muito raramente tais áreas são objeto de estudos mais aprofundados. O primeiro inciso do artigo nº4 da referida normalização faz menção à necessidade de documentação específica das edificações localizadas no entorno do bem patrimonial para abertura do processo de tombamento.

No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu valor cultural, existência de reinterpretação e outras documentações necessárias ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, os nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(s), o(s) seu(s) estado(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1986).

Nos anos subsequentes, essa discussão prossegue no âmbito de outros eventos como a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de 2003, o Memorando de Viena de 2005 e também desse mesmo ano, a Convenção de Xi'An. Esta última elaborou um documento focado exclusivamente na questão dos entornos.

A Convenção ocorrida em 2003, pela iniciativa da UNESCO, trouxe ao debate outros elementos circunscritos ao patrimônio cultural, promovendo a integração do patrimônio

natural ao imaterial. Assim, eles passam a ser vistos como elementos integrados, sendo o ambiente na qual eles se encontram um fator determinante.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004, p.373)

A noção de integração também é apontada em outros documentos como o Memorando de Viena, que surgiu em consequência de uma conferência internacional organizada pela UNESCO. Nesse documento, as características tangíveis e intangíveis também são indispensáveis para a compreensão do bem protegido.

A Declaração de Xi'an – resultado da XV Conferência do ICOMOS, que tratou sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural – assim como a convenção do Patrimônio Imaterial, também conferiu às áreas relativas ao entorno dos bens tombados “a capacidade de contribuir para a autenticidade, o significado, os valores, a integridade e a diversidade do patrimônio cultural, integrando, além dos aspectos físicos e visuais, o ambiente natural.” (IPHAN, 2007, p.18).

No primeiro artigo desse documento, há o reconhecimento da contribuição das áreas de entorno para a contextualização dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural.

(...), além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica. (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 2005).

Já no artigo nº7 recomenda-se que:

As silhuetas, os panoramas e as distâncias adequadas, entre qualquer novo projeto público ou privado e as edificações, os sítios e as áreas do patrimônio, são fatores fundamentais a serem considerados para evitar distorções visuais e espaciais ou usos inadequados em um entorno repleto de significados. (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 2005).

Essas orientações evocam a ideia de entorno direcionada para “o conhecimento da história e das características ambientais e culturais, ou seja, o espaço ou território ou paisagem são importantes para o entendimento de um todo, que não pode ser somente informado pelo bem protegido.” (IPHAN, 2007, p. 18).

Andrade faz uma síntese a respeito da gestão das áreas de entorno dos bens tombados ressaltando que atualmente os debates internacionais apresentam duas abordagens acerca do assunto. “A primeira considera o espaço circundante vinculado ao monumento e, portanto, necessita ser protegido, embora não apresente valores – históricos e artísticos – suficientes para serem tutelados.” Já a segunda visão sobre o tema “considera que o espaço circundante apresenta valor, significado e qualidades similares ao monumento e, portanto, deve receber a mesma proteção legal.” (ANDRADE, 2010, p.10). A autora ainda observa que, independentemente das abordagens, o entorno imediato às edificações tuteladas sempre será responsável pela contextualização do bem protegido. Além disso, a identificação e delimitação dessas áreas seriam de suma importância para as intervenções preventivas essenciais ao bem cultural.

Como visto, nos documentos normativos federais não há uma orientação que delimite com clareza a área de entorno do bem tombado. Corroborando com tal questão, Fonseca (2005) salienta que, ao contrário da legislação francesa onde o entorno dos bens tombados é fixado por lei em 500 metros, em nosso país essa definição é feita ao acaso. Outra questão que também se observa, é o fato de em momento algum esses instrumentos normativos fazem menção à realidade da expansão urbana e às necessidades de adequação das edificações aos padrões de vida vigentes, uma vez que as decisões do quê e de como preservar vem de fora e não da comunidade que ali vive. A falta de aproximação com a população gera na prática uma grande resistência quanto ao controle desses espaços, motivando uma série de conflitos entre os técnicos dos órgãos de tutela dos bens e os moradores que buscam modernizar suas residências.

Apesar das áreas analisadas no presente estudo estarem sob tutela do IPHAN, a Prefeitura do município de Sabará também fiscaliza as edificações tombadas, bem como respectivas áreas de entorno. Diante disso, serão analisadas as normas de regularização urbana em vigor no município, no âmbito de suas propostas referente às áreas preservação patrimonial – como o Largo do Jogo da Bola e Largo Nossa Senhora do Ó – também denominadas de logradouros especiais, sendo elas: a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras da cidade de Sabará. Todos esses instrumentos jurídicos são utilizados pelo

poder público com a finalidade de orientar e apoiar o planejamento territorial e a gestão municipal.

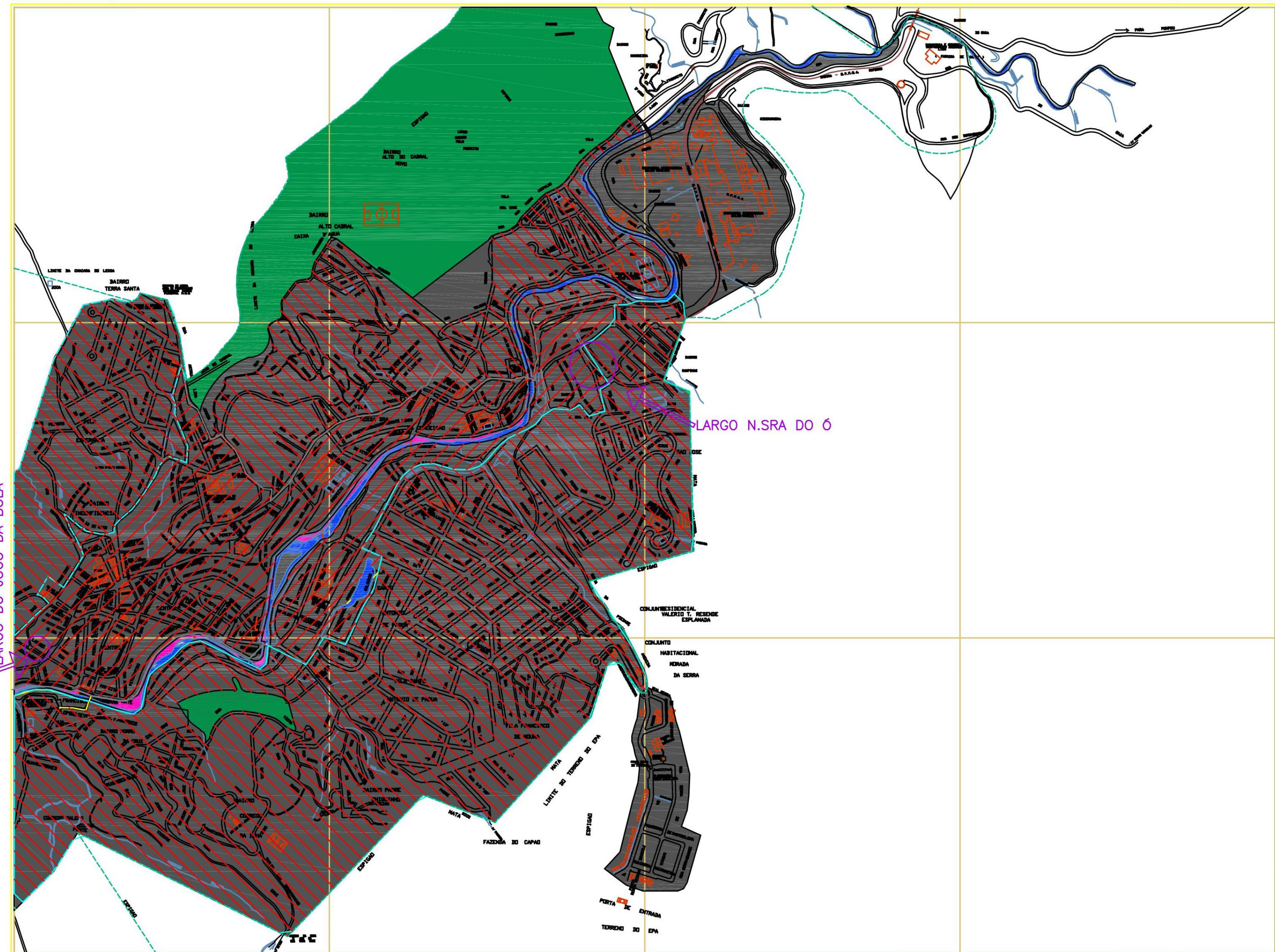
5.3.1 Lei de uso e ocupação do solo

A Lei Complementar n.º 004/2004 dispõe acerca da ocupação e o uso do solo no município de Sabará, estabelecendo e delimitando zonas sujeitas a normas de controle de uso. Na página seguinte, observa-se o mapa de zoneamento da Sede do município (FIG. 15) em que ficam estabelecidas algumas áreas de interesse especial que, em virtude de suas especificidades, possuem algumas diretrizes que prevalecem sobre as demais zonas. Dentre elas têm-se as denominadas Áreas de proteção do Patrimônio Cultural (APC), representadas no mapa pelas áreas hachuradas em vermelho. No art. 7.º do referido documento, essas áreas dividem-se em três categorias, sendo que cada uma delas possui características próprias.

- I – APC I – Sítios cujas características arquitetônicas e urbanísticas, apresentando edificações de alta qualidade arquitetônica, isoladas ou em conjuntos homogêneos, representativos de fases da história da cidade, exigem a adoção de medidas de preservação rigorosas de modo a manter sua configuração e valorizá-la;
- II – APC II – Áreas que possuem localização especial em relação aos sítios citados no inciso anterior, onde os parâmetros construtivos serão controlados visando à manutenção da paisagem e das características específicas do patrimônio municipal;
- III – APC III – Áreas cuja localização interfere com o conjunto arquitetônico e paisagístico de interesse cultural, onde serão adotados parâmetros de ocupação do solo que minimizem sua interposição com a APC II. (SABARÁ, 2004).

As localidades descritas como APC I, podem ser entendidas como aquelas onde estão situados os patrimônios em si e todo seu entorno imediato, como é o caso do Largo do Ó e do Jogo da Bola. As áreas apresentadas como APC II, são aquelas próximas aos bens tombados e seu entorno imediato. Como se observa no mapa, essas duas áreas – APC I e APC II – se sobrepõem uma à outra. De acordo com o inciso 3º do artigo citado, nas áreas definidas como APC I os parâmetros urbanísticos para reformas e novas edificações serão definidos caso a caso, levando-se em consideração a análise de vizinhança onde a edificação se insere e obedecendo à volumetria e padrão predominante na localidade. Para tanto, será ouvido o órgão municipal responsável pela proteção e defesa do patrimônio histórico e cultural e obedecidas a legislações federais, estaduais e municipais. As áreas demarcadas como APC II, como já citado, possuem seus parâmetros construtivos controlados a fim de se preservar as características típicas do patrimônio situado no ambiente.

(7802 ; 628,2)



(7799 ; 628,2)

| ÁREA 13

 CURSO D'ÁGUA
 LIMITE INTERMUNICIPAL
 PERÍMETRO URBANO

	ZUM
	ZUMA
	ZEU
	ZEL

APC I _ ÁREA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL I (1)
 APC II _ ÁREA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL II (2)
 APC III _ ÁREA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL III (3)

AIS I _ ÁREA DE INTERESSE SOCIAL I (4)
 AIS II _ ÁREA DE INTERESSE SOCIAL II (5)
 AIS III _ ÁREA DE INTERESSE SOCIAL III

AA I _ ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL I (6)
 AA II _ ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL II (7)
 AIU _ ÁREA DE INTERESSE URBANÍSTICO (8)
 AIU _ ÁREA DE INTERESSE URBANÍSTICO (9)

- (1) – COMPREENDEM AS EDIFICAÇÕES RELACIONADAS NO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 7º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.
- (2) – COMPREENDEM OS ASSENTAMENTOS RELACIONADOS NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 8º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.
- (3) – COMPREENDEM OS LOTEAMENTOS RELACIONADOS NO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 8º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.
- (4) – COMPREENDE O SÍTIO RELACIONADO NO PARÁGRAFO 1º INCISO II, DO ARTIGO 9º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.
- (5) COMPREENDEM TAMBÉM AS VARAS RELACIONADAS NO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 9º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.
- (6) COMPREENDEM TAMBÉM AS ÁREAS RELACIONADAS NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 10º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.
- (7) COMPREENDEM AS ÁREAS RELACIONADAS NO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 10º DO TEXTO DA LEI DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE SABARÁ
PREFEITO MUNICIPAL
WANDER JOSÉ GODDARD
COORDENAÇÃO
CARMEN TERESA LOPES ALVES
BIOS CONSULTORIA S/A

ÁREA 12

FONTE:
 CEMIG—1999
 TELEMIG—1995—1997
ESCALA:
 1:6250
DATA:
 DEZEMBRO / 2004
DESE:
 JUNIA SIBELE DA CUNHA
 CREA — 44306D
FOUR:
 12/16

O anexo II desse documento especifica os tipos de usos consentidos nessas duas porções do município, sendo o uso residencial permitido em ambas. As instalações comerciais, de serviços e institucionais são admitidas mediante algumas condições, que não foram especificadas no documento, já o uso industrial não é permitido em nenhuma delas. As áreas definidas como APC III são aquelas contíguas ao distrito Sede e, apesar de na legislação elas estarem sujeitas a normas de controle de uso, seus critérios de ocupação e uso não são definidos no documento.

5.3.2 Código de Obras

O Código de Obras do município exerce a função controle e fiscalização do espaço construído da cidade, estabelecendo normas técnicas para as construções. No texto de apresentação do Decreto nº 170/79, que dispõe sobre a aprovação das plantas de edificações, é enfatizado que a adoção da referida normalização “representará a preservação do passado, a adaptação ao presente e as aspirações do futuro.” Assim, em seu inciso X do art. 1º adverte que “em caso de reconstrução de imóveis na zona tombada pelos Patrimônios Históricos Nacional e Estadual, será permitida sua aprovação de acordo com o original.” Dando suporte a esse decreto, a Lei nº 136/82 institui as normas construtivas a serem seguidas nos projetos de edificações no município. No art. 3º, sinaliza que “as edificações que compõem o Patrimônio Histórico do Município deverão ser preservadas conforme seu estilo de época.” No parágrafo único, referente a esse mesmo artigo, especifica que “as novas edificações a serem construídas nos logradouros especiais, deverão ter suas fachadas com as mesmas características e volumetria do estilo predominante na área.” Mais adiante, no art. 5º têm-se, conforme se verifica no quadro (1), os modelos de assentamento das edificações nos lotes situados nos logradouros especiais.

Quadro 1: Assentamento das edificações no lote – logradouros especiais

Lote	Taxa de ocupação ³⁰	Coefficiente de aproveitamento ³¹	Frente do lote	Afastamento lateral	Afastamento de fundos	Afastamento frontal	Nº de pavimentos (*)
Até 120 m ²	0,60	1,0	-	- (**)	-	0	2
De 120 a 360 m ²	0,60	0,6	-	- (**)	-	0	1
A partir de 360 m ²	0,60	0,6	-	- (**)	-	- (***)	1

Fonte: SABARÁ, 1982

OBS.: (*) 1 – A construção do 2º pavimento nas novas edificações fica ainda condicionada às edificações vizinhas laterais. Se a vizinhança não apresenta 2 pavimentos será exigido um recuo frontal do 2º pavimento de 3,0m (mínimo).

(*) 2 – A altura máxima permitida para as edificações de 1 pavimento será de 5 metros e para as edificações de 2 pavimentos será de 8 metros, a partir do ponto mais alto do alinhamento.

(*)3 – No caso de reforma das edificações, originalmente de 1 pavimento, o segundo pavimento, quando necessário, terá obrigatoriamente recuo frontal de 3,0m.

(*) 4 – Na existência do 2º pavimento, este deverá atingir toda a extensão da fachada.

(**) – Somente aos lotes com testada superior a 10m será permitido o afastamento lateral a partir da fachada, que deverá ser de 1,50m da divisa (quando houver).

(***)– Nos lotes com testada superior a 10m será permitido o afastamento frontal, que deverá ser de 3,0m do alinhamento da rua. (SABARÁ, 1982).

O art. 52 faz referência à introdução de corpos de balanço como: marquises, saliências, quebra-sol, elementos decorativos, armários, varandas, balcões ou áreas de serviço. O parágrafo único desse item adverte que “não será permitido o emprego de corpos de balanço nas edificações situadas nos logradouros especiais.” Além disso, em caso de qualquer tipo de reforma ou construção nas edificações das áreas de entorno dos bens tombados, o desenho da fachada deverá ser submetido à análise e aprovação. Nesse caso, o art. 56 especifica que “as vergas dos vãos deverão ser retas ou apenas alteadas, mantendo-se o alinhamento horizontal das vergas de portas e janelas.” Quanto ao dimensionamento dos respectivos vãos das fachadas principais, o art. 58 apresenta o seguinte quadro (2).

³⁰ Relação entre a projeção horizontal da edificação e a área do lote.

³¹ Relação entre a área total construída e a área do lote.

Quadro 2: Dimensões das portas e janelas

	Janelas (m)		Portas (m)	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
Altura	Uma vez e meia a largura adotada		2,70	2,10
Largura	1,10	0,90	1,20	0,90

Fonte: SABARÁ, 1982

Entretanto o inciso 1º do referido artigo notifica que “os compartimentos destinados à cozinha, sanitários e/ou área de serviço poderão ter janelas quadradas nas dimensões 0,80 m x 0,80 m.” No que diz respeito às esquadrias das fachadas principais, o art. 59 ressalta que estas “deverão ser, obrigatoriamente, de madeira, com ou sem vidro branco liso.” Esse mesmo item traz consigo três incisos, sendo eles:

1º – Esquadrias metálicas, grades externas e vidros coloridos não serão permitidos nessas fachadas.

2º – As folhas de vedação das janelas (venezianas, etc.) não poderão abrir para o exterior da edificação.

3º – As grades de segurança, deverão ser internas e constituídas de ferros de ½ “(meia polegada) aproximadamente, retos e dispostos paralelamente. (SABARÁ, 1982).

O art. 61 faz menção às coberturas, que devem “ser compostas de telha cerâmica curva (...)”, sendo permitidas apenas as coberturas com duas águas³². Ainda com relação à estética dessas edificações, o art. 66 dispõe que “as caixas d’água deverão, de preferência, estar localizadas entre o forro e a cobertura ou, se fixadas externamente, não poderão ser vistas na fachada.”

Cabe ressaltar que, pelo Plano Diretor da cidade de Sabará, a preservação do patrimônio é abordada enquanto bem muito mais econômico que social, estando voltado para o turismo (LUCHIARI, 2005). Sendo assim, tanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo, quanto o Código de obras do Município, são articulados para atender estritamente aos interesses econômicos vigentes que são representados na cidade, principalmente, por essa atividade econômica. É nesse sentido que, segundo Harvey (2009), o poder do capital se articula com o tempo e espaço, tornando possível o controle e a produção do espaço pelos grupos hegemônicos. Vindo ao encontro a tal fato, percebe-se que as normalizações apresentadas se mostram capazes de ressaltar o valor econômico da cidade, mas não levam em consideração as transformações ocorridas no espaço e as necessidades dos cidadãos ao longo do tempo.

³² Telhados com 2 (duas) faces, correspondendo ao formato de V invertido.

5.3.3 Preservação das áreas de entorno dos bens tombados em Sabará: limites e contradições

Diferentemente de outras cidades históricas mineiras – como Tiradentes, São João Del Rey, Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro – em Sabará não ocorreu o tombamento conjunto de todo seu centro histórico. Bastante descaracterizados, foram tombados apenas bens isolados na cidade e um único conjunto, a Rua Dom Pedro II, antiga Rua Direita. Em um parecer técnico datado de 1953, o chefe do 3º Distrito (MG) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sylvio de Vasconcellos, faz a seguinte justificativa.

Salvo um único trecho constituído pela Rua Dom Pedro II não há outro local que, por suas próprias características se recomende ao tombamento. Algumas ruas possuem ainda algumas casas antigas, mas de tal modo insinuadas entre outras modernas, de tão pouco valor individualizado e tão relacionadas com conjuntos vizinhos já novos que não valeria a pena serem protegidas.³³

Entretanto, o que se observa na prática é que, mesmo não havendo o tombamento do conjunto arquitetônico, as áreas de entorno dos bens tombados na cidade tendem a ser tratadas pelos órgãos de proteção como uma composição unitária e homogênea de uma ambiência colonial, quando na realidade suas características não se enquadram nessa concepção. A fim de se verificar a relevância de tal procedimento, tem-se a seguir o mapeamento sucinto das possíveis datações das edificações localizadas nos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola. Os croquis apresentados foram confeccionados, respectivamente, com a ajuda de Sr. Jorge, 88 anos e Dona Oneida, 69 anos, ambos moradores dessas regiões. Com algumas nebulosidades típicas da memória, eles nos forneceram algumas informações sobre as possíveis datas de construção dessas edificações que, mais tarde, foram confirmadas ou refutadas por meio de fotografias e entrevistas com outros moradores.

Na página seguinte, verifica-se o croqui de datação das do Largo Nossa Senhora do Ó (FIG. 16).

³³ Centro de Documentação e Informação (CDI) – 13ª SR/IPHAN – Pasta Sabará do Arquivo Permanente.

Figura 16: Croqui de datação das edificações do Largo Nossa Senhora do Ó



Organizadoras: Fátima M. Ramos e Simone R. Domingues

Fonte: IPHAN/Prefeitura Municipal de Sabará – Mapa de Volumetria

Nessa localidade, todas as edificações foram implantadas no alinhamento frontal do lote. Os telhados são compostos por duas águas, com caída para as laterais dos lados esquerdo e direito das residências. Apesar da grande maioria das casas já ter sido bastante modificadas, notam-se edificações pertencentes a três períodos distintos do século XX. As moradias representadas na figura (17) estão localizadas no lado direito do largo a partir da Rua Nossa Senhora do Ó. As edificações correspondentes aos n^{os} 26, 32, 38, 42 e 48, são as mais antigas do largo (1900-1925) e foram erguidas por um mesmo construtor, seguindo um mesmo padrão arquitetônico. Com exceção da casa de n^o 22, que possui varanda e até mesmo garagem, todas as fachadas são compostas por apenas uma janela, havendo somente um recuo na lateral esquerda, onde se localiza a entrada principal das residências que permite o acesso independente a cada uma das casas pela rua. Pela figura, também se observa que os telhados das casas de n^{os} 38 e 42 apresentam, em suas extremidades, uma mudança de inclinação denominada de galbo³⁴, essa técnica construtiva é típica do período colonial.

Figura 17: Largo Nossa Senhora do Ó, casas de n^{os} 22, 26, 32, 38, 42 e 48 – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

³⁴ Além de conferir uma melhor estética aos telhados, o galbo cumpre uma importante função técnica, que é de afastar o lançamento das águas fluviais das paredes da edificação.

Mesmo apresentando atualmente padrões construtivos diferenciados, as moradias da figura (18) correspondentes às edificações de nºs 56, 72, 78, 84, 90 e 96 foram identificadas como construídas entre os anos de (1926-1950). O número 56 possui esquadrias típicas da arquitetura neocolonial, enquanto as casas 72, 84 e 96 apresentam um viés *art déco* que possui como algumas características a presença de frisos geométricos e platibandas nas fachadas. Dentre as três edificações apresentadas com essa tendência, a de nº96 ainda mantém suas características bastante originais. Cabe ressaltar que a edificação de nº78 está sendo totalmente reconstruída sob orientação de seguir os mesmos padrões arquitetônicos da edificação original. As edificações da imagem relativa ao início da década 1960 correspondem da direita para esquerda, aos nºs 78, 84, 90, 96 e 100, sendo esta última representada na figura (19). Nota-se que a casa de 90 foi completamente modificada, sendo construído, inclusive, um segundo andar e garagem.

Figura 18: Largo Nossa Senhora do Ó, casas de nºs 56, 72, 78, 84, 90 e 96 – Em 21/03/2012 e casas de nºs 78, 84, 90, 96 e 100 no início da década de 1960



Fonte: Arquivos da autora e acervo do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil.
Recorte da autora

Na figura (19) observa-se a casa de nº100, com tendências modernistas. Esta edificação foi construída na década de 1970, porém até o início da década anterior, constata-se que nesse mesmo logradouro havia uma edificação com características totalmente diferentes. Na imagem da figura (18), que corresponde às edificações no começo da década de 1960, podemos confirmar tais alterações. A edificação de nº118 possui estilo *art déco* e juntamente com a de nº140 são identificadas como pertencentes aos anos (1926-1950), sendo a primeira datada de 1937. Com suas varandas típicas da arquitetura residencial industrial, essas casas correspondem aos modelos de edificações típicos das vilas operárias descrita por Blay (1979).

Figura 19: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 100, 118 e 140 – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Na figura (20) temos as edificações de nºs 43, 49, 81 e 81”A”, localizadas no lado esquerdo do largo a partir da Rua Nossa Senhora do Ó. Essas edificações foram construídas no último quartel do século XX, enquanto os nºs 69/75 e 95, representadas pela figura (21) são associadas aos anos de (1900-1925). Nota-se também que, mesmo reformadas, as fachadas dessas últimas edificações ainda apresentam as mesmas características observadas na imagem correspondente à década de 1950.

Figura 20: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 43, 49, 81 e 81 “A” – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

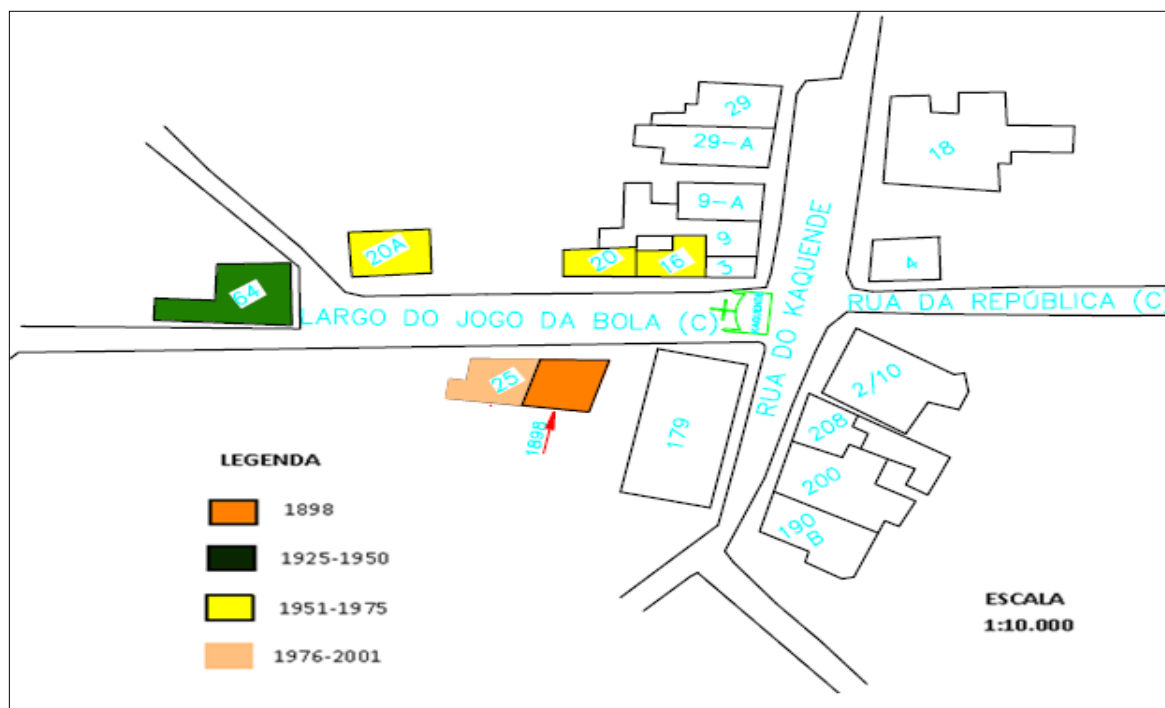
Figura 21: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 69/75 e 95 – Em 21/03/2012 e década de 1950



Fonte: Arquivos da autora e acervo do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil.
Recorte da autora

No que diz respeito ao mapeamento das temporalidades das edificações localizadas no Largo do Jogo da Bola, temos o seguinte croqui representado pela figura (22).

Figura 22: Croqui de mapeamento das temporalidades das edificações do Largo do Jogo da Bola



Elaboração: Fátima M. Ramos e Simone R. Domingues

Sobre base: Mapa de Volumetria do distrito Sede - IPHAN/Prefeitura Municipal de Sabará

Segundo informações da moradora entrevistada, das cinco edificações existentes nessa localidade, três pertencem ao mesmo núcleo familiar, sendo elas representadas na figura (23) correspondente aos n^{os} 16, 20 e 20 “A”. Essas casas foram erguidas entre aos anos de 1951 e 1975.

Figura 23: Largo do Jogo da Bola, casas 16, 20 e 20 “A” – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Na figura (24) temos três edificações, sendo duas delas correspondentes ao mesmo lote de nº25. O primeiro prédio ao lado esquerdo da figura é o mais antigo do Largo do Jogo da Bola, com tendência neocolonial, sua construção data de 1898. O segundo foi edificado na década de 1980. Atualmente, essas edificações funcionam como salões de eventos da Sociedade São Vicente de Paulo. A moradia de nº64, também com características da arquitetura neocolonial, possui datação correspondente a década de 1930.

Figura 24: Largo Nossa Senhora do Ó, casas 25 e 64 – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Mesmo que de uma forma um pouco rudimentar, percebe-se, a partir dos croquis e fotografias apresentados, o que Santos (1999) denominou de “materialização do tempo no espaço” ou “rugosidades”, pois na visão desse autor é através das formas construídas que o tempo se cristaliza no espaço, fazendo uma ponte entre o presente e o passado. Diante de datações tão diversas, fica claro que na concepção dos construtores da época, essas residências jamais foram pensadas enquanto conjunto.

Nos dias atuais, essas edificações sofrem diversos tipos de deterioração. Um deles refere-se à destruição das características originais dos elementos das fachadas para a concepção de uma nova forma. Em outros casos, não se chega a destruir os elementos arquitetônicos, mas a falta de manutenção acaba levando as edificações às ruínas em virtude do processo de entropia (GREENE, 2005). Além disso, grande parte das construções presentes nessas duas porções do município de Sabará se caracteriza pela simplicidade, tanto no que diz respeito aos recursos decorativos quanto nas formas de suas linhas, sendo representativas de classes sociais baixas que sempre estiveram excluídas socialmente. Ao longo dos anos, algumas formas dessas edificações se perderam, outras, a duras custas de seus moradores, ainda permanecem um pouco mais preservadas. Fazendo-se uma análise do conjunto, observa-se que a quase totalidade dessas casas não seguem nenhum padrão arquitetônico e internamente todas elas sempre foram muito pequenas, mal comportando o tamanho das famílias que tinham em média 6 a 8 filhos. Em virtude disso, segundo relatos dos moradores, as ruas assim como as áreas circunscritas aos largos garantiam aos meninos e meninas da época um espaço de múltiplas relações e talvez a extensão da própria casa, sendo essas as únicas opções de lazer das crianças que ali residiam (MASSEY, 2008).

No Largo Nossa Senhora do Ó, no início da década de 1960, foi instalado pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em parceria com a Prefeitura local, um pequeno parque em uma área bem em frente à Igreja. Essa localidade, onde foi montado o parque estava, até então, cercada e tomada pelo mato alto (FIG. 25).

Figura 25: Largo N.Sra do Ó na década de 1950³⁵



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil

No entanto, logo após o assentamento dos brinquedos, o IPHAN solicitou à siderúrgica que retirasse o parquinho, pois a sua localização estava interferindo na visibilidade da Igreja Nossa Senhora do Ó (FIG. 26).

Figura 26: Parque instalado no Largo N.Sra do Ó no início década de 1960



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil

³⁵ Data inferida.

Abaixo, verifica-se o conteúdo da carta de Sylvio Vasconcellos ao Sr. Januzs Wsciklica, Diretor da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, em 28/01/1963.

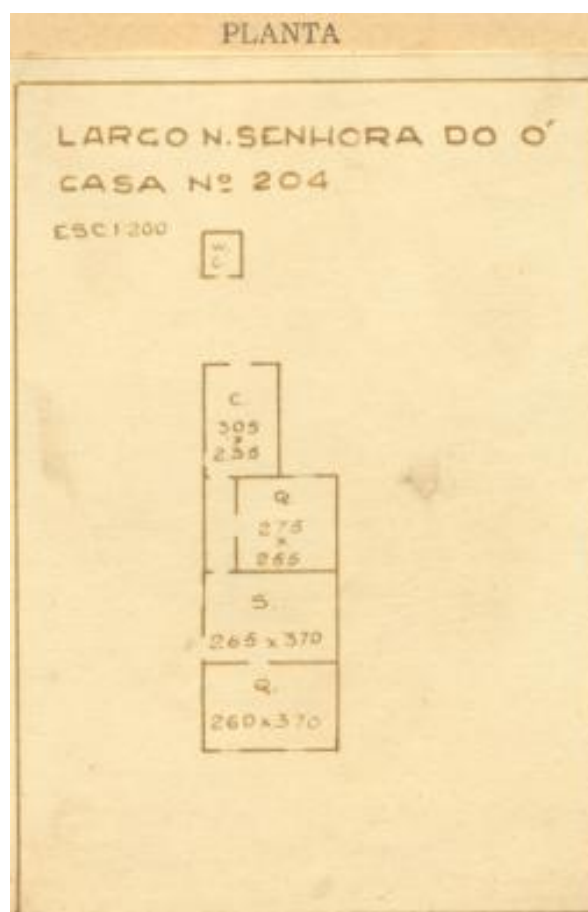
Esta repartição tomou conhecimento da louvável iniciativa dessa companhia fazendo montar um play-ground para as crianças nas imediações da capela de Nossa Senhora do Ó.

Embora louvada a iniciativa, cumpre lembrar que a capela citada é considerada como monumento nacional, de modo que a montagem de aparelhos na rua fronteira à mesma em muito prejudicará a visibilidade do templo. Assim sendo, desejaria solicitar o obséquio de sua interferência no sentido de transferir os aludidos aparelhos para outro local, ainda que para o adro posterior a capela, onde causarão menos prejuízos à mesma. Lembraria que a área atrás da capela, por sua configuração topográfica e menos trânsito, presta-se muito melhor à instalação dos aparelhos que o adro fronteiro, pelo que à transferência ora solicitada não diminuirá, ante valorizará, a iniciativa tomada por esta companhia.

Certo de sua atenção, aproveito para apresentar-lhe os protestos do maior apreço.³⁶

Essa atitude demonstra um dos princípios básicos do Art. 18 do Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937, onde se proíbe nas proximidades do bem tombado, qualquer tipo de intervenção que interfira na visibilidade da coisa tombada. Segundo relatos dos moradores, os brinquedos foram retirados da localidade logo em seguida, não sendo acatada a sugestão de transferência dos mesmos para o adro posterior da igreja, como sugeriu a instituição. Essa carta é o único registro documental encontrado nos arquivos do IPHAN, a respeito de sua atuação na área de entorno da Igreja Nossa Senhora do Ó. Sobre a área de entorno do Largo do Jogo da Bola, a situação ainda é pior, pois não se encontrou nenhum apontamento a seu respeito. Aliás, a impressão que se tem é que, apesar dessas localidades serem fiscalizadas e haver até mesmo certo rigor nas formas controle de suas edificações, elas não existem enquanto objeto de investigação para os órgãos de tutela, uma vez que nenhum tipo de estudo ou registro com relação às mesmas foi encontrado nos registros da referida instituição. Ainda assim, mesmo com a ausência de estudos técnicos oficiais sobre esses pontos da cidade, percebe-se que algumas poucas residências localizadas no Largo Nossa Senhora do Ó, que foram erguidas com o objetivo de alojar os funcionários da siderúrgica, ainda preservam sua divisão interna original. Na planta a seguir, datada de 1954, observa-se que internamente essas edificações não possuem uma separação muito clara entre as funções sociais e de serviços, apresentando-se como um grande corredor subdividido em dois quartos, sala e cozinha (FIG.27).

³⁶Centro de Documentação e Informação (CDI) – 13ª SR/IPHAN – Pasta Sabará do Arquivo Permanente.

Figura 27: Planta da casa 204 – Em 1954

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação AcelorMittal Brasil

No entanto, a grande maioria das edificações presentes nessa localidade teve seus cômodos originais demolidos para a construção de novos espaços internos, que pudessem atender às novas necessidades de seus moradores. Tais transformações técnicas sofridas por essas edificações conferem ao ambiente onde estão inseridas novas relações sócioespaciais, haja vista que, para não se tornarem obsoletos, esses bens são cada vez mais obrigados a estar em constante adaptação aos tempos atuais (SANTOS, 1999). As adequações a essa nova realidade são essenciais para que as famílias - principais responsáveis pela manutenção das características originais desses bens - consigam manter-se nesses imóveis contribuindo, de forma efetiva, para a preservação dessas edificações.

Além disso, algumas casas que eram construídas sobre terrenos um pouco maiores, foram tendo seus espaços livres cada vez mais reduzidos em virtude de partilhas entre herdeiros e vendas de parte dos lotes. De tal modo que nos dias atuais a grande maioria dos

terrenos dessas localidades comporta apenas o tamanho da casa, não sobrando nenhuma área livre. Durante as entrevistas constatou-se que, em muitos casos, as únicas possibilidades de extensão da área construída que esses moradores vislumbram é a constituição de um segundo pavimento em suas residências ou a instalação de telhados de amianto ou metálico, que são mais baratos e podem servir de cobertura para áreas de serviço e lazer externas.

Verifica-se também que o processo de descaracterização do Largo Nossa Senhora do Ó iniciou-se quando a Companhia Belgo Mineira vendeu as residências para seus funcionários na década de 1960. Assim, ao tomar posse dos imóveis, os novos proprietários iniciaram uma adequação mais intensa dessas edificações às novas necessidades do momento.

O acesso às fichas cadastrais de algumas dessas edificações com suas respectivas plantas, que foram encontradas recentemente na Fundação AcerlorMittal Brasil, nos trouxe algumas informações através dos quais a siderúrgica realizava o controle das reformas nas edificações que, na época, ainda eram de sua propriedade. Por meio dessas fichas, que eram individuais para cada residência, a empresa registrava e datava detalhadamente as solicitações de manutenção de seus inquilinos/empregados. Além disso, essas fichas também permitiam à siderúrgica o pleno controle de quais funcionários estavam lotados em seus imóveis e das datas que eles entravam e saíam dos mesmos. No quadro (3), foram listadas as principais demandas dos moradores entre os anos de 1942 e 1957.

Quadro 3: Intervenções nas casas do Largo do Ó e Rua Nossa Senhora do Ó pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira entre os anos de 1942 e 1957

(continua)

Casa	Data	TIPO DE SERVIÇO	LOCALIZAÇÃO
36	04/01/1943	Trocar uma torneira	Rua N. Sra do Ó
	13/08/1943	Consertar fogão e fazer uma coberta no tanque	
	13/08/1943	Fazer engradamento da coberta	
	30/11/1944	Fazer um cômodo com planta	
	14/12/1944	Fazer o engradamento do cômodo	
	10/01/1945	Fazer a instalação do cômodo	
	19/11/1945	Trocar três torneiras	
	08/05/1946	Consertar a serpentina do fogão	
	04/01/1947	Remendar o fogão	
	28/03/1953	Trocar a fachada da porta principal	
38	16/10/1943	Fazer engradamento do telhado	
	05/12/1944	Fazer instalação de água quente	
	25/03/1946	Remendar fogão e trocar chapa	
75	19/06/1942	Reparações e assentar uma pia	
	05/09/1942	Ligação da pia	
	24/11/1942	Colocar um quadro de madeira	

(continua)

Casa	Data	TIPO DE SERVIÇO	LOCALIZAÇÃO
75	26/11/1942	Fazer duas janelas	Rua N. Sra do Ó
	26/07/1944	Assentar uma fechadura	
	15/03/1945	Fazer reparações de uma parede	
	15/03/1945	Substituir o forro da casa	
	15/03/1945	Fazer instalação de água quente no chuveiro	
	02/05/1945	Fazer modificação na instalação elétrica	
	01/12/1945	Consertar uma calha	
	28/09/1948	Trocar as torneiras estragadas	
	23/03/1953	Fazer remendos para limpeza	
119	07/01/1943	Reparar uma janela	
	25/10/1943	Fazer reparações	
	31/01/1945	Consertar o telhado	
	06/03/1945	Fazer conserto de uma parede	
	22/07/1947	Consertar o forro da esteira que está caindo	
	28/07/1948	Fazer reparação na pilastra do portão e cerca de tela	
	10/02/1949	Fazer reparações urgentes na casa ameaçada de ruir	
	03/1949	Socorrida em março conserto total	
	17/03/1949	Reparar o telhado	
	28/07/1954	Fazer 25 postes de cantoneira para cerca	
122	09/09/1954	Fazer 1 tabique de madeira para dividir sala	
126	21/09/1956	Reformar o assoalho e duas janelas	
134	10/01/1947	Reformar o assoalho da casa	
135	20/12/1943	Fazer consertos e tijolar uma área	
	25/06/1946	Fazer reparações para limpeza	
	19/09/1946	Consertar uma torneira	
	02/10/1946	Colocar um pendente na privada	
	19/03/1947	Consertar o telhado da cozinha	
	25/11/1954	Colocar vidro no basculante	
	16/11/1957	Trocar uma fechadura	
	S/d	Fazer uma cerca de tela	
139	17/06/1947	Consertar a torneira do tanque e colocar tampo na privada	
	27/11/1956	Trocar fechadura	
141	18/09/1942	Consertar esgoto	
	31/03/1943	Fazer reparação	
	03/08/1943	Fazer instalações sanitárias e chuveiro	
	08/01/1944	Consertar encanamento	
	18/08/1944	Aumentar um cômodo na casa	
	11/01/1945	Fazer uma cerca de tela	
	08/03/1945	Desentupir esgoto	
	10/04/1946	Fazer uma cerca de tela	
	18/08/1953	Fazer reparações na serpentina	
	16/03/1954	Fazer um pequeno tabique de taboas de frisos	

(conclusão)

Casa	Data	TIPO DE SERVIÇO	LOCALIZAÇÃO
141	15/02/1955	Consertar a serpentina	Rua N. Sra do Ó
	13/04/1956	Instalar um pendente no quarto interno	
	18/04/1956	Reparar o portão	
142	10/01/1957	Reparar assoalho da casa	
149	01/01/1943	Fazer uma Coberta	
	01/01/1943	Engradamento da cobertura	
	25/05/1943	Consertar um fogão e fechar um quarto	
	25/05/1943	Fazer instalação elétrica no quarto	
	30/08/1944	Cercar o quintal com arame	
	21/02/1945	Colocar fechadura	
	11/07/1946	Fazer reparação na cozinha e no telhado	
155	11/12/1948	Reparação para limpeza	
	16/03/1954	Fazer a instalação de água quente	
158	07/06/1955	Instalar um tambor para depósito de água	
	21/09/1956	Reparar a janela e o assoalho	
175	04/08/1943	Consertar instalação elétrica	
	04/08/1943	Reparação de esgoto	
	04/03/1944	Fazer uma cobertura para o tanque	
	25/05/1945	Desobstruir o esgoto do tanque	
	11/11/1946	Consertar a torneira do tanque	
	19/03/1947	Consertar o telhado e fazer uma cerca divisória	
180	22/12/1942	Fazer engradamento para cobertura do tanque	
	09/02/1943	Fazer pilastra para cobertura do tanque	
	31/03/1943	Fazer dois caixões de porta	
	21/03/1944	Fazer reparações	
	02/08/1944	Fazer instalações elétricas	
	21/11/1944	Assentar uma porta	
	23/11/1944	Assentar uma pia	
	15/10/1945	Colocar um vaso sanitário	
	05/04/1946	Fazer instalação de água quente para chuveiro	
	10/04/1946	Fazer remendos no fogão	
	17/01/1948	Consertar esgoto	
	06/05/1953	Consertar o tampo de uma janela e fazer duas janelas pequenas	
272	28/06/1954	Reparar o encanamento da pia da cozinha	
282	30/09/1944	Fazer diversas reparações	
	26/10/1944	Consertar o telhado	
	03/04/1948	Consertar o tijolo do assoalho e tirar pingueira	
	28/06/1949	Construção e instalação da privada e banheiro	
282 “A”	13/09/1948	Fazer uma sarjeta para proteger o alicerce	
	10/03/1949	Trocar fechadura de uma porta	
	28/06/1949	Construção e instalação de privada e banheiro	
204	17/01/1954	Trocar a fechadura da porta principal	Beco N. Sra do Ó (Largo)
	18/05/1954	Trocar a porta principal	
244	30/06/1956	Revisão da instalação elétrica	

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil

Essas obras, listadas no quadro anterior, eram realizadas pela própria empresa e os custos das mesmas eram deduzidos nos salários dos operários através de vales. Infelizmente, nos parece que houve extravio de algumas fichas, pois foram encontradas na região da Igreja Nossa Senhora do Ó apenas três (3) fichas identificadas como pertencentes ao largo de mesmo nome, seis (6) referentes ao Beco Nossa Senhora do Ó³⁷ e vinte (20) pertencentes à Rua Nossa Senhora do Ó. Muitas dessas fichas estavam em branco, não possuindo nenhum tipo de indicação de reparo. Além disso, vários logradouros identificados não têm mais o mesmo número, dificultando a localização exata das residências, que, na medida do possível, foram identificadas por meio dos nomes dos antigos moradores reconhecidos pelos entrevistados e não pelos endereços das casas que constavam nas fichas de controle da siderúrgica.

Mesmo extrapolando o recorte espacial da presente pesquisa, que focaliza prioritariamente os largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola, algumas informações coletadas nessa documentação são capazes de nos apontar indícios de que algumas edificações já estavam sofrendo problemas relacionados ao processo entropia desde 1954, como é o caso da edificação de número 244 no Beco Nossa Senhora do Ó (largo). Ao analisar as demandas apresentadas no quadro três (3), também se verifica que apesar da quantidade de reparações realizadas pela siderurgia no período retratado, em determinadas situações, as solicitações de manutenção dos inquilinos se repetem em um curto espaço de tempo, o que nos faz inferir que alguns problemas não eram resolvidos de imediato ou eram atendidos por etapas. Em algumas edificações como a de nº 36 na Rua Nossa Senhora do Ó, houve três (3) solicitações de serviços para a construção e finalização de um cômodo entre 30/11/1944 e 10/01/1945. Na casa de nº 75, quase três meses após o pedido de assentamento da pia, a instalação hidráulica ainda não tinha sido realizada. A edificação de nº119, mesmo tendo várias solicitações de reformas que se iniciaram no ano de 1943, esteve na iminência de ruir em 1949. Na casa nº 204, no Beco Nossa Senhora do Ó (largo), observa-se dois pedidos de intervenção na porta principal entre os meses de janeiro e maio de 1954.

³⁷ Em entrevista, os moradores da região não reconhecem essa localidade denominada pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira como Beco Nossa Senhora do Ó. Entretanto, ao fazermos a identificação pelos nomes dos antigos moradores que constavam nas fichas, observou-se que aquelas moradias estão localizadas no Largo do Nossa Senhora do Ó e na Rua Joaquim Siqueira que é segmento do Largo.

Em entrevistas realizadas com os moradores³⁸ dessas duas porções do município de Sabará, nota-se que atualmente os problemas ainda persistem e como o tamanho dos terrenos e imóveis é reduzido, essas residências acabam sofrendo modificações constantes, a fim de se adaptarem a nova forma de morar e às necessidades impostas pelo mundo contemporâneo. No intuito de se manter as características originais e de frear os impactos da velocidade das mudanças empreitadas nessas localidades, todas as adequações nas edificações devem ser aprovadas pelo IPHAN, sendo as obras balizadas pelo Código de Obras do município. É justamente nesse momento que a temporalidade das necessidades imediatas desses moradores acabam se chocando com o tempo burocrático dos órgãos de tutela dos bens patrimoniais, levando muitos a burlarem os trâmites burocráticos que lhes são impostos pelas instituições públicas. A excessiva burocracia nos processos que se desenrolam nessas instituições é sentida a flor da pele pelos moradores das áreas de entorno dos bem tombados em Sabará (MOTTA e PEREIRA, 1991). Diante das dificuldades que essas pessoas enfrentam para fazer qualquer tipo de melhoramento em suas residências, muitas obras acabam sendo embargadas por falta de alvará. No relato da moradora 1, que vive no Largo Nossa Senhora do Ó há mais de 60 anos, isso ficou bem claro. Segundo ela, a casa onde vive foi construída a cerca de 60 anos atrás e até então nunca tinha passado por qualquer tipo de reforma. Observando a ficha de cadastro (FIG. 28) e planta da edificação (FIG. 29), verifica-se que desde 1956 a residência da moradora entrevistada, com quatro (4) cômodos, já apresentava problemas na instalação elétrica.

³⁸ Em virtude de se preservar o direito a identidade e privacidade dos entrevistados, eles não serão designados pelos nomes, mas sim pelo número de sequência em que aparecem no texto.

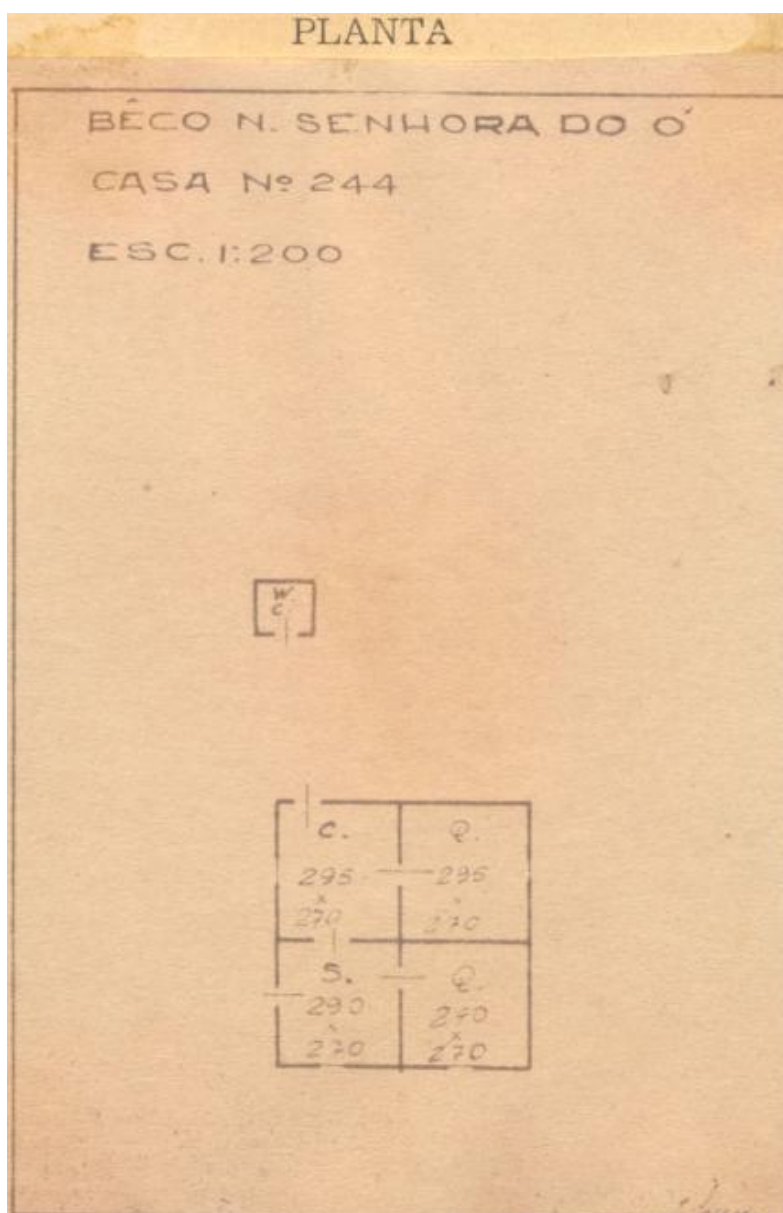
Figura 28: Ficha de cadastro da casa 140 - Em 1956³⁹

[illegible]

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil

³⁹ Na época, o endereço dessa residência correspondia a Beco Nossa Senhora do Ó, nº 244.

Figura 29: Planta da casa 140 - Em 1956



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação AcerlorMittal Brasil

Sendo assim, em 2007, com o dinheiro de sua aposentadoria, após uma vida de trabalho, tornou-se possível o início das obras. O telhado estava em situação precária com as madeiras de sustentação em estado avançado de decomposição e infiltrações de toda ordem. Com o início das atividades, outros problemas vieram à tona e todo o imóvel teve que ser reformado. Entretanto, as obras foram embargadas por falta de autorização do IPHAN, o que causou a ela e seus familiares muitos transtornos e constrangimentos.

Em seu discurso ela tece o seguinte comentário:

A casa estava toda estragada menina, você precisava ver, não sei como estava em pé, eu não sei como o telhado não caiu. Aí colocamos laje, colocou o telhado e tudo, rebocamos, trocamos o piso porque era de cimento vermelho, entendeu? (...) deu muito trabalho menina. Ficou duas semanas embargado, primeiro foi o patrimônio e depois a Prefeitura. (...). Aí eu tive que ficar indo lá na Prefeitura, falei com eles que não tinha como. Achou que a gente ia fazer segundo andar. (...) a gente cintou tudo neh!! Meu irmão teve que ir a Belo Horizonte, lá no patrimônio de lá. Tirou foto da casa (...), pra mim foi um constrangimento muito grande. A gente com massa aqui na sala, eles entraram, mexeu em tudo, tirou foto. (...). Então de maneira que você não pode fazer mais nada. Não é fácil não viu (...), aqui todo mundo quando vai reformar a casa, eles vêm e falam: tem que por do mesmo estilo. (...). A casa é da gente, a gente comprou e pagou, paga imposto em dia e quando quer fazer uma reforma, você não pode (...) tanto a Prefeitura como o IPHAN vem e barra mesmo. Aí pegamos a licença, duas semanas com chuva caindo no mês de março. (...). Minha mãe de 91 anos, na época, foi pra casa da irmã dela, porque aqui não tinha como ficar. (Moradora, 63 anos).⁴⁰

Na imagem a seguir, verifica-se a situação atual da referida edificação após as reformas (FIG. 30).

Figura 30: Fachada atual da casa 140 – Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

Vergonha e timidez são, segundo Gouveia et al. (2005), os sentimentos associados ao constrangimento. Enquanto uma ansiedade social, o constrangimento é resultante da

⁴⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Largo do Ó em 23 de Nov. 2011.

preocupação que se manifesta nas pessoas frente à insegurança de se contrariar as normas vigentes. É o medo gerado por avaliações negativas dos outros, acompanhado pela incerteza acerca das ações relacionadas ao incidente que produziu tal situação. A ansiedade e desgaste que essas situações geram, acabam encurtando os intervalos de elaboração dos momentos de olhar, compreender e concluir dessas pessoas (LACAN, 1996), afetando as suas interpretações acerca das situações que vivenciam e agravando ainda mais suas relações com os órgãos de tutela de suas residências.

O constrangimento vivenciado pela moradora despontou a partir do momento que ela foi repreendida, sem se levar em consideração as peculiaridades da situação pela qual ela passava naquele momento, o que não condiz com o princípio do formalismo burocrático weberiano. Esse princípio estabelece que as ações realizadas pelas instituições burocráticas sigam normas preestabelecidas. Entretanto, ele também deixa claro que essas normas devem ser constantemente adaptadas às situações imprevistas que podem surgir no decorrer dos processos, questão essa que provavelmente foi omitida na situação explicitada pela entrevistada (WEBER, 1971). Diante disso, o excesso de formalismo e despersonalização dessas instituições se torna evidente (MOTTA e PEREIRA, 1991).

Nota-se também que o “agora pessoal” desses indivíduos, que possuem o presente como categoria temporal predominante, acaba sendo uniformizado e reprimido pelo processo ritualístico da burocracia (WHITROW, 1993). Fato esse que se torna nítido quando suas residências, que já não atendem às necessidades cotidianas atuais, precisam passar por algum tipo de modificação. O tempo de tramitação dos pedidos de autorização junto aos órgãos competentes é lento e muito burocrático, esbarrando até mesmo na falta de funcionários. Apesar desse tempo burocrático racional e legal possuir características lineares e progressivas, na prática, elas não se efetivam, pois os intervalos de tempo entre as diversas etapas dos trâmites legais são descontínuos e sujeitos a todos os tipos de imprevistos. Além disso, não se pode esquecer que essa temporalidade da administração pública também é atropelada pela temporalidade de seus próprios funcionários e até mesmo de outros processos burocráticos inseridos no decorrer dos trâmites legais, aos quais essas instituições estão sujeitas. Essas características da temporalidade burocrática são muito distantes da temporalidade vivenciada pelas pessoas que residem nas áreas de entorno dos bens tombados, pois, como dito anteriormente, seu “agora pessoal” está condicionado ao momento presente e às suas necessidades imediatas.

Deste modo, para que a licença das obras em suas residências seja concedida, esses moradores são obrigados a percorrer as diversas fases de um processo burocrático imposto pelo IPHAN, enquadrando-se em uma temporalidade instituída, racional e legal (WEBER, 1971). Sendo assim, torna-se imprescindível que, diante da necessidade de reforma de suas residências, essas pessoas contratem um especialista para a elaboração de um projeto que deve ser encaminhado à Secretaria de Obras da Prefeitura local para análise e correções, quando necessário. Caso o bem seja tombado apenas pelo município, o projeto é enviado para aprovação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural de Sabará. Entretanto, em situações em que os bens estão sob a tutela IPHAN, os projetos também devem ser enviados para avaliação nessas instituições que, posteriormente, encaminharão novamente o pedido de autorização deferido ou não para a Secretaria de Obras do município, que dará o parecer ao requerente. Infelizmente, ao entrevistarmos os técnicos responsáveis pela fiscalização e avaliação das obras nas áreas de entorno de bens tombados do município, não obtivemos a mesma espontaneidade e naturalidade dos relatos dos moradores locais. Mesmo estando cientes dos fins acadêmicos das entrevistas, essas pessoas tendiam a resguardar suas opiniões e vivências temendo, talvez, ameaças à sua privacidade ou constrangimentos com colegas e chefes de trabalho. Para tanto, os discursos desses funcionários eram sempre calcados no fazer burocrático e nas legislações norteadoras de seus trabalhos, utilizando-as, muitas vezes, como escudo para se protegerem frente às faltas de condições de trabalho e mazelas do setor.

Cabe ressaltar que os moradores dessa localidade possuem situação financeira parca e poucas informações a respeito dos trâmites legais para reformas ou modificações em suas residências. Com isso, contratar um especialista para confeccionar o projeto exigido pelos órgãos competentes onera gastos que, para essas pessoas, são elevados. Em decorrência disso, muitas obras acabam sendo embargadas por falta de alvará para execução. Em outros momentos, mesmo tendo consciência do percurso a ser percorrido até a concessão da licença, muitos moradores preferem prosseguir com as obras sem o parecer dos órgãos competentes, haja vista que após sua conclusão muito dificilmente serão demolidas, fato esse que costuma ocasionar estragos muitos maiores às edificações, uma vez que a ausência de suporte técnico pode acarretar a perda irreversível das características originais desses imóveis.

A respeito dessa questão a moradora 2, faz o seguinte comentário diante dos obstáculos encontrados para se trocar a janela de sua casa localizada no Largo Nossa Senhora do Ó.

Nós pedimos e deixaram não, nós pusemos na marra e ninguém mexeu com a gente não (...). Aí estão falando também que não quer que mexa na estrutura. Esse lote está à venda, aí as pessoas já chegam perguntando, mas já falando isso. Todo mundo hoje em dia tem carro, como é que vai fazer? Ficar com carro a vida toda na rua? Para fazer garagem (...) tem que mexer. Eles vivem vigiando, tem fiscal neh...qualquer pessoa que tá mexendo e eles vê que muda alguma coisa, eles vão e travam (...), fala que tem que voltar ao que era (...).(Moradora, 53 anos).⁴¹

Como dito anteriormente, devido ao fato dessas casas seguirem o alinhamento do lote e o único recuo existente ser o suficiente apenas para o trânsito de pessoas, grande parte das edificações existentes nessa localidade não possuem garagem, gerando um grande desconforto para as pessoas que ali vivem. Além disso, a obrigatoriedade de manutenção das características originais da fachada e sua volumetria deixam os proprietários receosos quanto à desvalorização de seus imóveis.

Em seu relato, a moradora 3, que vive no Largo Nossa Senhora do Ó há cerca de 70 anos, fala sobre suas experiências com o IPHAN. Segundo a mesma, fazem aproximadamente 30 anos, que seu falecido marido reformou a parte interna da residência onde moravam. Dentre as modificações realizadas, tem-se a substituição do teto que era de forro por laje, a troca do piso que era de taco e o concerto das janelas que estavam em estado avançado de deterioração. Porém, ao começar a interferir na fachada da casa, o IPHAN embargou a obra.

Lá fora, eles não deixaram mexer sabe, não deixaram. Não deixou pintar a janela, tudo bem. Aí do jeito que estava meu marido mandou arrumar tudo direitinho e tá até hoje, mas hoje em dia tem muita gente que faz tudo, não liga não, tá é fazendo e pronto. Depois que tá pronto, não desmancha e pronto, mas cada um tem uma cabeça.

Há pouco tempo, eu coloquei a grade lá na frente, tava dando muito assalto, muita coisa. Eu tava ficando mais sozinha, com Deus. Então, a minha filha colocou e o patrimônio não queria deixar de jeito nenhum, queria que arrancasse. Eles vieram aqui, encheram a paciência... aí eu falei:

— Ah não, a grade eu não vou tirar não, de jeito nenhum, só se eles colocar um guarda aqui 24 horas.

Agora ultimamente eles vieram aí falaram que ia pintar a casa (...), que ia reformar o Largo, mas não vieram não. Aí eu mandei pintar a minha que a minha tava muito feia. Eu mandei limpar, mandei pintar, limpei só por fora também, por dentro não limpei não. (Moradora, 90 anos).⁴²

Sabará está entre os municípios de maior índice de criminalidade da RMBH. E, como não poderia deixar de ser, o Largo Nossa Senhora do Ó, também está inserido nesse universo. Mesmo passando a impressão de um lugar pacato, basta um olhar um pouco mais atento para

⁴¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada na Rua Nossa Senhora do Ó, em 09 de abril de 2011.

⁴² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Largo Nossa Senhora do Ó, em 13 de fev. de 2011.

percebermos, com facilidade, que a realidade não é o que aparenta. Durante as entrevistas com os moradores, a preocupação com a segurança é algo recorrente, uma vez que na concepção dessas pessoas, os materiais impostos pelos agentes fiscalizadores são inadequados para proporcionar a eles e suas famílias proteção. Referindo-se a seu pequeno comércio, o morador 4 faz o seguinte comentário: “aqui, não pode por uma porta de aço, tem que ser essa aí, aqui tem que ser madeira. Arrombaram uma vez e levaram cigarros.” (Morador, 88 anos).⁴³

As reformas em telhados também implicam em grandes demandas. A moradora 5, vive há 26 anos na região de entorno da Igreja Nossa Senhora do Ó e descreve os obstáculos por ela enfrentados na construção de um telhado na sua residência. A casa onde a entrevistada reside não se localiza exatamente na área de estudo do presente trabalho, mas sim na rua de mesmo nome que é paralela ao Largo Nossa Senhora do Ó e também faz parte da área de entorno da Igreja Nossa Senhora do Ó. No entanto, devido à importância de suas informações, seu relato será considerado.

Essa moradora narra que, mesmo sendo de laje, o segundo andar de sua casa estava com sérios problemas de infiltração. Deste modo, em agosto de 2009, seu marido entrou em férias do trabalho e resolveu ele mesmo executar as obras de expansão da área construída da casa, para tanto foi erguido um telhado sobre o segundo pavimento (FIG. 31).

Figura 31: Construção de telhado na Rua Nossa Senhora do Ó - Em 21/03/2012



Fonte: Arquivos da autora

⁴³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Largo Nossa Senhora do Ó, em 09 de abril de 2011.

Nesse terceiro andar foi instalada uma pequena sala de ginástica para seu filho e um escritório para seu marido. Assim, como o habitual, essa obra também não teve o acompanhamento nem do IPHAN, nem da Prefeitura local e foi interdita nos últimos arremates.

O IPHAN alegou que estava atrapalhando a visão. Na carta falava que o telhado ultrapassava a altura prescrita. Tinha que desmanchar e rebaixar o telhado. Aí tiramos fotografia e levamos na prefeitura. Aí eles falaram que iriam analisar e encaminhar ao IPHAN. A casa estava toda descascando, por causa da infiltração. A gente ia colocar tudo de vidro, mas resolvemos colocar colonial para dar menos problemas. Quando chegou a notificação ficamos apreensivos com receio de sermos obrigados a desmanchar a obra, que estava praticamente pronta. (Moradora, 45 anos).⁴⁴

No Largo do Jogo da Bola a situação não é diferente. A moradora 6, que reside na localidade há cerca de 50 anos, menciona a impossibilidade da construção de um segundo andar em sua residência e os problemas que vem enfrentando após a execução das obras do projeto de revitalização na região. Esse projeto foi concebido e executado pela Prefeitura, no final de 2007. Dentre as intervenções realizadas nas casas dessa região têm-se pinturas nas fachadas, troca de portões, mudança de posicionamento das grades das janelas, uniformização de esquadrias, entre outros. Sobre as intervenções em sua casa, ela descreve a seguinte situação.

Eles mudaram as janelas que eram um basculante grande. Eles falaram que tinha que ser colonial e colocou essa janela, eles pintaram só a parte de fora. Com a grade do lado de dentro, eu não abro a janela porque tenho que ir do lado de fora. Do lado de dentro, eles nem colocaram alisares. Eu vou lá na Prefeitura reclamar, se não fizerem nada (...), vou voltar com meu basculante pra lá. Na época eu perguntei: e se eu quiser fazer um cômodo por cima? Eles disseram que não pode. Se um dia eu tiver dinheiro eu faço, depois de feito eles não vão fazer nada. Na casa grande, como eles são primos do prefeito, eles conseguiram. (Moradora, 69 anos).⁴⁵

Na imagem a seguir, observa-se o estado atual das janelas na casa da moradora em questão nos ambientes externo e interno da residência (FIG. 32).

⁴⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada na Rua Nossa Senhora do Ó, em 03 de março de 2011.

⁴⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Largo do Kaquende, em 16 de abril de 2011.

Figura 32: Janelas externas e interna no Largo do Jogo da Bola – Em 09/04/2012



Fonte: Arquivos da autora

Na figura apresentada, nota-se a precariedade dos serviços executados pela Prefeitura. A moradora também enfatiza que os arremates do ambiente interno de sua residência, foram realizados com seus próprios recursos e não pelo órgão municipal. Além disso, com a instalação das grades de segurança na parte interna das janelas, elas permanecem fechadas durante todo o dia, apesar do calor. Tal fato acaba impedindo a entrada de luz e ventilação no quarto e na sala de sua residência podendo acarretar a ela e seus familiares até mesmo problemas de saúde.

Em decorrência do Largo do Jogo da Bola possuir somente duas famílias residentes nas edificações sob a tutela do IPHAN, entrevistamos também uma moradora na Rua Kaquende, que também está situada na área de entorno do chafariz. A moradora 7, também com 69 anos, vive na região há 46 anos e quando seu falecido marido comprou a casa onde hoje ela reside com seus familiares, a edificação já se encontrava em estado precário de conservação. Com o nascimento dos filhos, eles tentaram aumentar os cômodos da casa, construindo um segundo andar, mas o IPHAN não aprovou. Tempos depois, em virtude de sua localização na rua, a moradia por ela ocupada se tornou alvo frequente de carros e caminhões desgovernados. Sendo assim, a moradora e seu marido se viram obrigados a fazer um recuo frontal na edificação perdendo dois cômodos, ou seja, a casa que já estava pequena para a família se tornou menor ainda. Nesse mesmo período, eles colocaram pedras nas paredes da fachada e substituíram o portão de madeira por um de ferro. Entretanto, foram obrigados a retirar as pedras e trocar o portão novamente por um de madeira que, em seu ponto de vista, é de difícil conservação, o que força a sua troca constante.

O que nos chamou atenção em seu relato é o fato de, na concepção dessa moradora, “quem tem dinheiro faz qualquer coisa” se referindo ao proprietário da “casa grande”, também mencionado pela moradora 6 no item anterior. Essa residência, por elas abordada, se localiza na Rua do Kaquende, ao lado do chafariz e, segundo informações das próprias entrevistadas, durante sua fase de construção ela chegou a ser interditada por algum tempo, mas o proprietário conseguiu a liberação da continuidade das obras junto ao IPHAN, o que gerou, até mesmo, suspeita de burla por parte das pessoas de menos recursos. Como mencionado nos capítulos anteriores e endossado pelos relatos, esses moradores enfrentam sérias dificuldades quando precisam efetuar algum tipo de modificação em suas residências, sendo que somente aqueles proprietários de melhores condições financeiras conseguem arcar com os custos de produção e execução dos projetos. Diante disso, aqueles moradores que possuem condições financeiras mais parcas, ficam praticamente impossibilitados de fazer qualquer tipo de reforma ou construção mais abrangente em seu imóvel, já que, além de gastarem com materiais e mão de obra, essas pessoas precisam encomendar um projeto junto a um especialista para se conseguir a autorização da obra junto ao IPHAN, o que significa um custo a mais. Em virtude disso, alguns proprietários acabam sendo induzidos a burlar os trâmites legais, a fim de se fazer as adequações necessárias em suas residências. Atitude essa que, em muitos casos, ocasiona a destruição das características originais dos imóveis, em virtude da falta de acompanhamento técnico nas reformas. Enquanto outros, menos propensos a violações explícitas das normas, acabam desistindo de qualquer manutenção em suas residências, permitindo que o tempo flua sobre elas até a perda total de sua estrutura em decorrência do processo de entropia, como é o caso da edificação a seguir (FIG. 33).

Segundo informações concedidas por funcionários da Prefeitura, o proprietário do referido imóvel tinha como objetivo demolir as ruínas dessa edificação e construir uma nova casa. Entretanto, como não lhe foi concedida autorização, ele resolveu deixar o imóvel deteriorar-se, sem nenhum tipo de manutenção, até que ele chegasse à situação demonstrada pela figura.

Figura 33: Ruínas da casa de número 78, no Largo do Ó – Em 2006



Fonte: INSTITUTO YARA TUPINAMBÁ. Projeto de revitalização do Largo do Ó. Adaptado pela autora

Em 2006, as ruínas do referido imóvel estavam à venda. Porém, segundo os moradores das imediações, o seu proprietário, que não mora em suas proximidades, estava encontrando algumas dificuldades em vendê-lo e uma das causas responsáveis por tal empecilho seria o fato dessa edificação pertencer à área de entorno da Igreja Nossa Senhora do Ó e, obviamente, sofrer uma série de restrições para qualquer tipo de empreendimento. Além da fachada que, nesse período, estava visivelmente afetada pelo processo de degradação, internamente, as pilastras que ainda perduravam estavam totalmente tomadas por processos degenerativos em estado avançado. O referido imóvel encontrava-se em condições precárias e enquanto não fosse reformado e reinserido no tecido urbano, ele continuaria sujeito à passagem do tempo com evolução avassaladora dos agentes de degradação. Infelizmente, isso não foi possível e anos depois, esse imóvel foi vendido, mas o processo de entropia sobre ele se encontrava em estágio tão avançado, que se tornou inviável qualquer tipo de reforma, caracterizando sua perda total.

Atitudes como essas são as mais danosas para os bens patrimoniais, pois esses imóveis, assim como tudo que se encontra ao nosso redor, também são um sistema composto por uma infinidade de componentes e sempre estarão susceptíveis a perda de energia ocasionada pelo processo de entropia (GREENE, 2001). Consequentemente, esse fenômeno acarreta às construções uma série de manifestações patológicas que levam à desagregação de sua estrutura física e identidade local, posto que, na grande maioria dos casos, a capacidade de

manutenção a que estão sujeitas é bem menor que essa perda. Todavia, mesmo que essa desordem seja controlada, diminuindo assim a entropia do sistema, a entropia total, que inclui a energia gasta por nosso corpo na reordenação do sistema, na verdade aumenta. (GREENE, 2001). A fim de ilustrar esse processo, a figura (34), datada de 2012, retrata a construção de uma nova edificação com as mesmas características da anterior, no terreno onde se localizavam as ruínas da edificação original representada na figura (33).

Figura 34: Reconstrução da casa de número 78, no Largo do Ó – Em 02/2012



Fonte: Arquivos da autora

Cabe salientar que edifícios como esse não são um simples aglomerado de tijolos e massas, eles estão repletos de memória, costumes e valores de uma época, algo que nesse caso de reconstrução, foi totalmente perdido. Além disso, de acordo com Rosso (1980), as edificações construídas pelos homens têm como objetivo satisfazer determinadas necessidades que podem ser domésticas, sociais ou econômicas. No entanto, a partir do momento em que elas se tornam obsoletas e à mercê da deterioração imposta pelo tempo, essas edificações passam a não atender mais a quaisquer das necessidades elencadas pelo autor. Fatos como esse demonstram que na prática, a memória para os órgãos de tutela dos bens patrimoniais está muito mais voltada para o suporte material enquanto documento, do que para os sentidos e valores que eles carregam consigo no transcorrer dos tempos.

Diante desse panorama, a recuperação e manutenção das edificações que fazem parte de sítios urbanos protegidos devem ter firme propósito de retardar os efeitos dos processos de

entropia, maximizando seu tempo de vida útil, de forma a atender as necessidades de seus usuários, tornando-as funcionais no tempo presente sem que, contudo, percam seus valores de referência e identidade para as comunidades locais.

Com a falência dos acervos arquitetônicos das cidades, as relações que se materializam nesses espaços assumem novas formas, muito distantes daquelas práticas que ali se estabeleciam em tempos passados. Além disso, enquanto algumas temporalidades são apagadas nos centros urbanos em decadência, outras vão tomando forma por meio das técnicas e da entropia, que se fundem ao espaço e proporcionam aos lugares as características de cada época (SANTOS, 1999). Assim verifica-se que a passagem do tempo influencia diretamente na transformação dos espaços, que aqui ocorre por meio das renovações sem acompanhamento técnico e das ruínas, um testemunho da corrosão do tempo.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo tempo tempo tempo...*

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo tempo tempo tempo
Entro num acordo contigo
Tempo tempo tempo tempo...*

*Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo tempo tempo tempo...*

(...)

*Ainda assim acredito
Ser possível reunirmos-nos
Tempo tempo tempo tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo tempo tempo tempo...*

Oração ao Tempo
CAETANO VELOSO (1979)

A rapidez de pensamento e ações do mundo contemporâneo nos impõe um tempo como elemento estruturador do espaço (HARVEY, 2009), quando, na realidade, também existem temporalidades diversas que são intrínsecas a cada pessoa, processos e ações com o tempo. Ou seja, o tempo é repleto das mais variadas temporalidades, sendo essas intimamente relacionadas às nossas relações espaciais.

Assim, é como em um pequeno mundo de todos os dias que os encontros e desencontros da vida cotidiana dos moradores dos largos Nossa Senhora do Ó e do Jogo da Bola se entrelaçam e se constroem, estruturando o espaço e o tempo nessas localidades. No entanto, observa-se que as práticas diárias que se estabelecem nessas duas porções do município acabam sendo permeadas pelas práticas materiais dos agentes representantes dos

órgãos que tutelam os bens patrimoniais na cidade, injetando e fundindo nesses espaços novas temporalidades.

Com isso, percebeu-se na pesquisa que se propôs uma nítida assincronia entre as diversas temporalidades existentes no processo de preservação das áreas de entorno imediato dos bens patrimoniais. Essas temporalidades podem ser do Estado, dos moradores, do capital e até mesmo da entropia. As consequências dessas dissonâncias temporais têm sido claramente desastrosas tanto para a preservação dos bens em si, quanto para a memória e identidade locais. Todos os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo acabam sendo tratados sob uma mesma temporalidade linear imposta pela administração pública, que não leva em consideração suas peculiaridades ou aquelas situações que ocorrem fora do controle do indivíduo e das instituições.

Diante da complexidade do tema proposto, utilizaremos a ideia da ampulheta como uma metáfora que nos permite demonstrar com um pouco mais de clareza essas diversas facetas do tempo de uma forma totalmente diferente daquela do relógio, a que estamos acostumados. Esse aparelho, a ampulheta, mede o tempo através da passagem de areia entre dois cones de vidro – ligados por um pequeno orifício que tem a função de regular o escoamento da areia entre um cone e outro. No término do escoamento da areia ou o processo finaliza ou esse instrumento deve ser virado a fim de que ele possa continuar. O tempo de passagem da areia para qualquer um dos cones corresponde, sempre, a intervalos regulares. Na ampulheta, não se avalia o número de voltas percorridas pelo ponteiro como em um relógio convencional, mas sim se houve no transcorrer do escoamento da areia tempo suficiente para a tarefa se completar no intervalo dado.

No processo de preservação patrimonial existem diversas ampulhetas, de vários tamanhos, associadas a diversos atores e ações. Tais instrumentos correspondem a diferentes temporalidades sendo estas, muitas vezes, conflitantes. Para ajustar os tempos de escoamento das areias entre ampulhetas de tamanhos diferentes, torna-se necessário um número maior ou menor de giros, o que nos permite a ideia de que o tempo acelera ou retarda. Na realidade, é a quantidade de vezes que giramos esse instrumento que nos dá a impressão de tempo acelerado ou não, o que provavelmente acaba distorcendo nossa percepção do tempo que, na verdade, sempre passa na mesma velocidade. Nesse caso, a velocidade em que a areia cai.

Cada uma das temporalidades presentes no processo de preservação patrimonial poderia ser medidas por uma ampulheta diferente, que variaria de tamanho conforme seus atores e ações. Assim, a temporalidade dos órgãos burocráticos poderia ser medida por

ampulhetas maiores, que se enchem lentamente. Em cada uma das etapas do trâmite burocrático, a ampulheta precisa ser girada para dar continuidade ao processo. Desse modo, a areia continua a cair e uma nova etapa pode se desenvolver. Entretanto, em virtude das etapas do processo nas instituições públicas não obedecerem a uma cadência bem estabelecida, estando sujeitas a vários atropelos no desenrolar de seu processo, temos a sensação de que na transição entre uma fase e outra a ampulheta não é girada, o que interrompe o fluxo da areia e impede que uma nova etapa se inicie, pois o tempo burocrático é linear, mas o intervalo entre suas etapas está sujeito a descontinuidades. Enquanto isso, o tempo evolutivo e irreversível do processo de entropia está agindo sobre essas edificações, podendo culminar até mesmo na perda total desses bens patrimoniais.

Por outro lado, o tempo de nossas necessidades imediatas e da entropia seria medido por uma ampulheta menor que rapidamente escoar a areia. Para acompanhar o mesmo intervalo de tempo das ampulhetas maiores, as ampulhetas menores devem ser giradas mais vezes e de forma a entrarem em sincronia com as maiores, o que reforça ainda mais a sensação de que o tempo sopra com mais e mais velocidade sobre nós. Contudo, a velocidade que a areia escoar em ambas as ampulhetas é a mesma, porém o intervalo de tempo que medem não.

Para ajustar essas temporalidades, muitos moradores locais acabam burlando os trâmites legais necessários para se realizar as modificações em seus imóveis, pois sabem que após a obra concluída dificilmente o órgão de tutela irá colocá-la abaixo. Enquanto aqueles que se sujeitam a todos os passos do processo burocrático imposto pelo IPHAN são obrigados a se submeterem à burocracia, muitas vezes excessiva, e os atropelos dos trâmites legais para se conseguir a autorização de execução das obras, isso sem contar com o maior dispêndio financeiro. Nesse sentido, acaba vigorando na cidade o ditado popular de “dois pesos e duas medidas”, pois quem encaminha um projeto de construção ou reforma em seu imóvel está sujeito aos rigores da lei e da burocracia, enquanto aqueles que não se sujeitam a essas imposições acabam sendo, de alguma forma, privilegiados.

Esse descompasso entre as temporalidades no processo de preservação patrimonial acelera a entropia e ao mesmo tempo impõe às populações locais um maior desgaste psicológico, econômico e até mesmo familiar. O fato de essas edificações estarem sob a tutela do IPHAN não gera subsídio para sua manutenção e os moradores são os únicos a arcarem com a conservação desses imóveis que, apesar de particulares, fazem parte da história da cidade. No que concerne ao Largo Nossa Senhora do Ó, constata-se que no período em que a

siderúrgica era responsável pela manutenção das residências dessa localidade, havia uma maior sintonia entre as temporalidades e o foco de tensão era bem menor, pois apesar das temporalidades da indústria e dos moradores serem diferentes, elas eram relativamente compatíveis. Nesse caso, tanto a ampulheta da indústria quanto à ampulheta das necessidades imediatas dos moradores e da entropia são pequenas e com fluxo de escoamento menos sujeito aos atropelos, ao contrário do fluxo do tempo da administração pública.

O tempo burocrático, só faz sentido se estiver em consonância com o tempo da vida desses moradores e dos bens patrimoniais. Essa falta de sincronia é gerada pela hegemonia do tempo burocrático processual sobre as demais temporalidades existentes nesses espaços. A padronização dos processos pela burocracia deixa de lado tanto o tempo da vida quanto o tempo da entropia. Para que a tensão entre as temporalidades do IPHAN, dos moradores e da entropia fossem compatibilizadas, o tempo processual da burocracia deveria ajustar-se, por antecipação, aos ritmos da vida dos moradores locais e da entropia a que os bens patrimoniais estão sujeitos. Diante disso, seria necessário que os órgãos de tutela enfatizassem as soluções preventivas, de forma que as edificações fossem continuamente acompanhadas e, em caso de intervenções, o desenrolar dos trâmites legais para concessão das autorizações das obras, fossem menos burocráticos. Atrelado a isso, também se faz necessário que as áreas de preservação patrimonial sejam contempladas com programas contínuos e de fácil acesso de arquitetura pública e de financiamento para populações de baixa renda. No que diz respeito a esse último, o governo federal disponibiliza uma linha de crédito exclusiva para a recuperação de imóveis históricos privados, porém ela não atende a cidade de Sabará. Com a solução desse impasse, seria possível dar uma maior ênfase na prevenção da entropia sobre essas edificações, diminuindo a incidência de intervenções de grande porte nas mesmas e ao mesmo tempo fazendo os ajustes necessários às necessidades dos moradores. Cabe também exigir da burocracia vistorias periódicas e preventivas a essas edificações, além da manutenção de um cadastro similar ao adotado pela indústria, para controlar e avaliar quais e quando foram feitos os pedidos de mudanças pelos moradores para sincronizar o tempo burocrático, o tempo vivido e a entropia e assim garantir a preservação do documento arquitetônico e das memórias pública e privada, o que parece ser o mínimo necessário para se preservar o patrimônio conforme determinas a constituição.

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução: J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Editora Abril, 197. 356p. (Coleção “Os Pensadores”).

ANDRADE, Inês El – Jaick. O debate sobre as áreas envoltórias dos bens patrimoniais. **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ, nº15, p.7-18, dez. 2010. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufrj.br/site/cadernos_proarq/cadernos-proarq_15.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. **Memória e consciência histórica**. Fortaleza: EdUECE, 2006. 186 p.

ÁVILA, Affonso. **Iniciação ao Barroco Mineiro**. São Paulo: Nobel, 1984. 84p.

ÁVILA, Affonso. Igrejas e Capelas de Sabará. **Separata da revista Barroco**, nº8, Belo Horizonte, UFMG. 1976.

BISPO, Regina Célia de Moraes. **Região Metropolitana de Belo Horizonte**: Um estudo sobre a população, a expansão urbana e as densidades demográficas. 1988. 39f. Monografia (conclusão de curso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte.

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política do habitante. In: BLAY, Eva Alterman (org.). **Luta pelo espaço**: textos de Sociologia Urbana. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 74-86.

BONATO, Gilson. **O tempo do processo penal**: do discurso da razoabilidade à entropia do tempo esquecido. 2008. 255f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Direito, Curitiba. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/17199/GILSON%20BONATO%20.pdf;jsessionid=DF22503D44AE9B0C59F9BC88D8C99F20?sequence=1>>. Acesso em: 22 set. 2011.

BRASIL. Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Senado Federal – Portal de Legislação**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102488>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BRASIL. Artigo 216. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=121699>> Acesso em: 03/09/2011.

BRASIL. Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Senado Federal – Portal de Legislação**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/mate-pdf/12234.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2012.

BRUNI, José Carlos Bruni. Tempo e trabalho intelectual. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 3, n.1/2. n.p. 1991. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol03n12/TEMPO.pdf>. Acesso em: 03 de jun. 2012.

CARSALADE, F. L. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológico- existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. UFBA, Salvador, 2007. (Tese de doutorado). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7J7HZK>>. Acesso em: 30 setembro. 2009.

CARVALHO, Grasielle Anjos. **Análise Espacial Urbano - sócio – ambiental como subsídio ao planejamento territorial do município de Sabará**. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 418 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado**: As encruzilhadas do labirinto III. Tradução: Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 294 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 379 p.

CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na Preservação de Bens Culturais : O Tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991, 118 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradutor: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP. 2001. 282 p.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**. Niterói, UFF, Ano I, n.2, 1999. P. 7-26.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural**. Xi'an, 2005. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2012.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. 351 p.

DUNCAN, David Ewing. **Calendário**: A epopéia da humanidade para determinar um ano verdadeiro e exato. Tradução: João Domenech. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 429 p.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução: Michael Schroter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 165 p.

FÉRES, Luciana Rocha. **Mecanismos legais de preservação do patrimônio dos centros urbanos**. 1999. 212 f. Monografia (Especialização). Curso de Especialização em Revitalização Urbana Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte.

FINGERMAN, Dominique. O tempo na experiência da psicanálise. **Revista USP**, São Paulo, n. 81, p. 58-71, março/maio 2009. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n81/06.pdf>> Acesso em: 03 agosto. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-Iphan, 2005. 294 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Lígia M. Pondé Vassalo. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 277 p.

GARCIA, Carlos Henrique Menezes. **O Trabalho em rota de colisão**: Privatização, Luta Operária e Estratégias Sindicais na Siderurgia Brasileira. 2004. 286f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000377011>>. Acesso em: 28/05/2011.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2006. 542 p.

GONDAR, J. O. Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. **Revista Ágora**: Estudos Em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 103-117, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982006000100008&script=sci_arttext> Acesso em: 03 agosto. 2011.

GOUVEIA, Valdney V. et al. Auto-imagem e sentimento de constrangimento. **Revista Psico**, Rio Grande do Sul, n. 3, v. 36, p. 231-241, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1393/1093>>. Acesso em: 30 abril. 2012.

GREENE, Brian. **O universo elegante**: Supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva. Tradução: José Viegas Filho. São Paulo: Schwarcz, 2001. 476 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade . 2. ed. rev. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006. 395 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em:<http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111314desterritorializacion.pdf>. Acesso em 22 agosto. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna** : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18ª ed. São Paulo: Loyola, 2009. 349 p.

HENRIQUE, Giovana Maria Nassif. **Escritos de rua – o grafite em Sabará**: uma representação do “outro”. 2006. 136 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BRASIL). **Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 08 agosto. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **O entorno dos bens tombados**. Caderno de Estudos do Programa de Especialização em Patrimônio, Rio de Janeiro, COPEDOC/IPHAN, 2007. 123 P.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. 407 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986. Da instauração do processo de tombamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=325>. Acesso em: 20 de março de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BRASIL). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro – Volume XXVII ano 1959.

INSTITUTO YARA TUPINAMBÁ. **Projeto de revitalização do Largo de Nossa Senhora do Ó, Sabará/MG**. Belo Horizonte. Março/2006.

LACAN. Jacques. **ESCRITOS**. Tradução: Inês Oseki-Depré. São Paulo, SP: Perspectiva, 1996. 342 p.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de idade média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Tradução: Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1980.392 p.

LEFEBVRE, Henri . **A vida cotidiana no mundo moderno**. Traduzido por Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. 216 p.

LEIBNIZ, G.W. **Correspondência com Clarke**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, 471p. (Os Pensadores, XIX)

LIMA JUNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965. 231 p.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **Revista Geosp** – Espaço e Tempo, São Paulo, n.17, p.95-105, 2005.

MACHADO. Maria de Lourdes Guerra. **Nas Ruas de Sabará**. Belo Horizonte: Consórcio Mineiro de Comunicação, 1999. 413 p.

MAGALHAES, Beatriz Ricardina et al. Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: **Seminário Sobre Economia Mineira**, X, 2002, Belo Horizonte. CEDEPLAR – UFMG. 2004. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF>>. Acesso em: 29 maio.2011.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Tradutores: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MOURA, Eli Eri. Manipulações do tempo em música – uma introdução. **Revista Claves**, n.4, p. 66-90, Nov.2007. Disponível em:<http://www.cchla.ufpb.br/claves/pdf/claves04/claves_4_manipulacoes.pdf>. Acesso em: 19 março. 2011.

MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Introdução à Organização Burocrática**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 310 p.

NEWTON, Isaac. **Principia**: princípios matemáticos de filosofia natural – Livro 1.Tradução: Trieste Ricci et al. São Paulo: EDUSP, 2ª edição, 2002. 325 p.

NOGUEIRA, Maria Angélica. **Preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento urbano na cidade de Sabará**. 1995. 120 f. Monografia (Especialização). Curso de Especialização em Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da história de Sabará**: A ordem 3ª do Carmo e Sua Igreja, Obras de Aleijadinho no Templo. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1940.167 p.

PENHA, Eli Alves. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.59, n.1, p. 7-27, jan./jun., 2005.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista de economia política**. 1997, v. 17. n. 3, p. 24-38. Disponível em:< <http://www.rep.org.br/pdf/67-3.pdf>>. Acesso em: 10 de março 2012.

PRIGOGINE, Ilya. **O nascimento do tempo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988. 92 p.

PUENTE. Fernando Rey. **Os sentidos do tempo em Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 2001. 381 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 225 p.: il.

ROSSO, Teodoro. **Racionalização da construção**. São Paulo: FAUSP, 1980. 300 p.

SABARÁ – MG. **Plano Diretor de Sabará**. Lei Complementar nº 12, de 08 de janeiro de 2008.

SABARÁ – MG. **Lei Complementar de uso e ocupação do solo do município de Sabará nº 004/2004, de 27 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre a ocupação e o uso do solo no Município de Sabará e dá outras providências.

SABARÁ – MG. Lei nº136/82, [s.l.]: [s.n.], [1982]. Institui normas de edificações para o município de Sabará. **Código de Obras Municipal, S/D**. Paginação irregular.

SABARÁ – MG. Decreto nº 170/79, de 03 de dezembro de 1979. Dispõe sobre aprovação de plantas de levantamento de edificações não aprovadas e não embargadas em tempo hábil pela Prefeitura Municipal de Sabará. **Código de Obras Municipal, S/D**. Paginação irregular.

SANTA ROSA, Antônio. **Conhecendo o Sabarabussu**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974. 63p. : il.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.13-21.

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. **Ciencia e Cultura**. 2002, v. 54, n. 2, p. 21-22. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200020&script=sci_arttext >. Acesso em: 09 janeiro. 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec. 1999. 308 p.

SILVA, Jaqueline Pugal da. Crescimento urbano de Sabará [MG]: modificação e conservação da cidade segundo seus instrumentos legais de planejamento. **Revista Labor & Engenho**, Unicamp. V.4, n.2, p. 1-16, 2010. Disponível em: <http://www.labore.fec.unicamp.br/index.php/conpadre/article/view/64>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: Velho, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 4ª edição, 1979. P.11-25.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: INÁ, Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. P. 77-116.

SOUZA, Renata Guimarães Vieira de. **A explosão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população: o caso do município de Nova Lima –1991/2000.** 2005. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Disponível em:
<https://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/dissertacoes/2005/Renata_Guimaraes_Vieira_Souza.pdf> Acesso em: 25 maio. 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Antunes. Geografia e trabalho de campo. In: **Colóquio: O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI**, 1996, Florianópolis, p. 27-29.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987. p. 79-99.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Capela Nossa Senhora do Ó.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1964. 100 p.

VIEIRA. André Guirland. Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, UFRGS. v. 14, n. 3, p. 599-608, 2001. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n3/7845.pdf>> Acesso em: 08 maio. 2011.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: Edmundo Campos (Org.). **Sociologia da Burocracia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. P. 15-28.

WHITROW. G. J. **O tempo na história: concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias atuais.** Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, reimpressão, 1997. 242 p.

WHITROW. G. J. **O tempo na história: concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias atuais.** Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 242 p.